

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

ANA ROSA MARQUES

**SABERES GEOGRÁFICOS INTEGRADOS AOS ESTUDOS TERRITORIAIS SOB A
ÓTICA DA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DAS
MESAS, SERTÃO DE CAROLINA/MA**

**Área de concentração: Produção do Espaço Geográfico
Orientadora: Profa. Dra. Margarete Cristiane de Costa Trindade Amorim**

Presidente Prudente

2012

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

**SABERES GEOGRÁFICOS INTEGRADOS AOS ESTUDOS TERRITORIAIS SOB A
ÓTICA DA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DAS
MESAS, SERTÃO DE CAROLINA/MA**

ANA ROSA MARQUES

**Tese de Doutorado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação da Universidade Estadual
Paulista, FCT, Presidente Prudente**

**Área de concentração: Produção do espaço
geográfico**

**Orientadora: Profa. Dra. Margarete Cristiane
de Costa Trindade Amorim**

Presidente Prudente

2012

Marques, Ana Rosa.

Saberes geográficos integrados aos estudos territoriais sob a ótica da implantação do Parque Nacional da Chapada das Mesas, sertão de Carolina – MA , Ana Rosa Marques, São Luís, 2012.

199 f

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Campus de Pres. Prudente, 2012.

Orientadora: Profa. Dra. Margarete Cristiane de Costa Trindade Amorim.

1.Unidades de conservação. 2.Paisagem. 3.Ordenamento territorial.

4.Territorialidade. I.Título

CDU: 910.1(812.1)

AGRADECIMENTOS

À possibilidade de nascer, o dom da vida pelo fio condutor de minha mãe e meu pai.

Ao apoio de minha família, um conjunto: Cláudio, Eugênia e Eleonora.

À sábia orientação da Profa. Margarete que compõe sempre em sintonia com as pessoas e não com as coisas, ampliando os horizontes: do pesquisar e consolidar a ciência geográfica.

Por tudo e por todos, em especial ao nosso grupo DINTER, que percebeu que o processo coletivo é sempre o mais forte.

Aos professores e professoras de ambas as instituições: UEMA e UNESP-PP que trocaram conhecimentos por todo o tempo decorrido do processo de doutoramento.

Os momentos vividos que sempre estarão na memória. Creio que isso é que vale a pena.

As alegrias e tristezas que nos fazem sentir e ser.

Os encontros de saberes.

Um todo complexo que se formou a medida do tempo.

À diversidade de apoios de pessoas e das instituições: CAPES, UEMA, UNESP PP, CEI, IBAMA/MA, ICMBio/PNCM, AMA, UFMA, Instituto PIPES, Colégio MARISTA do Araçagy, e outros não mencionados.

Aos sujeitos participantes da pesquisa, o povo do cerrado, que proporcionaram a edificação desse resultado final, mas que não termina aqui, e, sim, começa, sem um prazo para finalizar, num constante e infinito movimento como os ciclos da natureza.

Agradeço do mais profundo do meu ser.

EPÍGRAFE

*Oricuri madurou ô é sinal
Que arapuá já fez mel
Catingueira fulôro lá no sertão
Vai cair chuva granel
Arapuá esperando
Oricuri "maduricer"
Catingueira fulôrando sertanejo
Esperando chover
Lá no sertão, quase ninguém tem
estudo
Um ou outro que lá aprendeu ler
Mas tem homem capaz de fazer
tudo doutor
E antecipa o que vai acontecer
Catingueira fulora vai chover
Andorinha voou vai ter verão
Gavião se cantar é estiada
Vai haver boa safra no sertão
Se o galo cantar fora de hora
É mulher dando fora pode crer
A cauã se cantar perto de casa
É agora é alguém que vai morrer
São segredos que o sertanejo sabe
E não teve o prazer de aprender
ler
Oricuri madurou ô é sinal
Que arapuá já fez mel*

*Oricuri (O Segredo do Sertanejo)
João do Vale*

RESUMO

Este trabalho apresenta a importância da conservação ambiental por intermédio das unidades de conservação do Brasil no bioma cerrado. Para tanto, tem-se como hipóteses: que o processo de criação do Parque Nacional da Chapada das Mesas (PNCM) não priorizou a territorialidade das populações que habitam essa área; na sua implantação não se levou em consideração os processos históricos da ocupação da região. E que as rápidas transformações paisagísticas que estão em curso nesta região afetam a noção de pertencimento da sociedade sob o ponto de vista da percepção ambiental. Neste sentido, apresenta-se como objetivo geral: desenvolver uma análise integrada do meio ambiente da região da Chapada das Mesas sob a ótica da implantação do Parque Nacional da Chapada das Mesas no período de 2005 a 2009; e, os específicos: compreender como ocorreram as principais ações desenvolvidas na fase posterior à sua criação e a percepção da população sobre essa questão. Os pressupostos teóricos e procedimentos metodológicos seguiram uma perspectiva do sistema GTP, onde os estudos do meio ambiente necessitam de uma abordagem mais complexa, procurando assim interagir com diversas formas de análise de um mesmo espaço territorial. Com a coleta e análise de dados alicerçados na linha da pesquisa qualitativa, buscando-se uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. Abordam-se concepções sobre paisagem e a complexidade territorial, na área de abrangência do PNCM, apresentando o processo de ocupação, de origem indígena, suplantado pela frente pastoril, seguida pelo agronegócio, uma coexistência das diversas territorialidades. Somando-se a esse contexto a criação do PNCM, impondo novas formas de convivência com o ambiente, anteriormente “livre” para o uso coletivo dos sertanejos. Analisam-se os estudos de criação do PNCM e as ações desenvolvidas na fase de implementação inicial, discutindo as percepções dos sujeitos que possuem ligações com esse processo. Foram abordadas as dificuldades e as facilidades sobre a implementação de unidades de conservação no Brasil, completando com alguns casos sobre a gestão de áreas protegidas em nível mundial. Apresentam-se como resultados: o ordenamento territorial deve partir da valorização da paisagem como sustentáculo da memória coletiva das populações do lugar e a sua importância para a melhoria da conservação ambiental. Destacando-se a territorialidade do sertanejo, a paisagem impressa na memória desses territórios e os conflitos que emergem dos seus diversos usos, em direção à consolidação do diálogo necessário entre as instituições governamentais e não governamentais desta área de estudo. Propõe-se a instituição da Paisagem Cultural como instrumento participativo a ser discutida amplamente com a sociedade da Chapada das Mesas. Foram confirmadas as hipóteses iniciais, que resultaram nas seguintes proposições: as populações tradicionais devem permanecer em sua área no interior do Parque, seja pela assinatura do Termo de Compromisso, que já é um direito adquirido, ou pela criação de uma zona especial de uso, validado pelo papel desempenhado por esse grupo social no processo histórico e também pela sua importância cultural. Para iniciar as discussões sobre a paisagem protegida sugere-se a implantação de uma estrada-parque, conservando a paisagem ao olhar da rodovia.

Palavras-chave Unidades de conservação. Paisagem. Ordenamento territorial. Territorialidade.

RESUMÉN

Este trabajo presenta la importancia de la conservación ambiental a través de las unidades de conservación en el bioma brasileño conocido como *cerrado*. Para ello tenemos la siguiente hipótesis: en la creación del Parque Nacional de la *Chapada das Mesas* (PNCM) se priorizó la territorialidad de las poblaciones que habitan en esa área sin llevarse en consideración los procesos históricos que llevaron a la ocupación de esa región. Y que las rápidas transformaciones paisajísticas que se están llevando a cabo afectan la noción de pertenencia de esa sociedad desde el punto de vista ambiental. En este sentido, se presenta como objetivo general: desarrollar un análisis integrada del medio ambiente de la región de la *Chapada das Mesas* bajo la óptica de la implantación del Parque Nacional de la *Chapada das Mesas* en el período 2005 a 2009; y, los específicos: comprender como ocurrieron las principales acciones desarrolladas en la fase posterior a su creación y a la percepción de su población sobre esta cuestión. Los presupuestos teóricos y los procedimientos metodológicos seguirán la perspectiva del sistema GTP, donde los estudios del medio ambiente necesitan un abordaje más complejo, procurando de esta forma interactuar con diferentes formas de análisis de un mismo espacio territorial. Con la colecta y análisis de datos forjamos una línea de investigación cualitativa, buscando una relación dinámica entre el mundo real y el sujeto. Se abordan concepciones sobre paisaje y la complejidad territorial, en el área donde se encuentra el PNCM, presentando el proceso de ocupación, de origen indígena, suplantado por la frente pastoril, seguida por el agro-negocio, lo que a la práctica supone la coexistencia de diversas territorialidades. La creación del PNCM también ha impuesto nuevas formas de convivencia con el ambiente, anteriormente “libre” para el uso colectivo de los *sertanejos*. Se analizan los estudios de creación del PNCM y las acciones desarrolladas en la fase de implementación inicial, discutiendo las percepciones de los sujetos que tienen vínculos con ese proceso. Fueron tratadas las dificultades y las facilidades sobre la implementación de unidades de conservación en Brasil, completando con algunos casos de gestión de áreas protegidas a nivel mundial. Como resultados alcanzados por esta investigación se destaca que: el ordenamiento territorial debe surgir de la valorización del paisaje como sustento de la memoria colectiva de las poblaciones del lugar y su importancia para la mejora de la conservación ambiental. Destacando la territorialidad del *sertanejo*, el paisaje impreso en la memoria de estos territorios y los conflictos que emergen como resultado de sus diferentes usos, en dirección a la consolidación del diálogo necesario entre las instituciones gubernamentales y no gubernamentales de esta área de estudio. Se alude, todavía, a la institución del Paisaje Cultural como instrumento participativo que pretende la conservación ambiental y cultural, que supone la base necesaria para el desarrollo consensual del territorio y que tiene que ser ampliamente discutida con la sociedad de la *Chapada das Mesas*. Fueron confirmadas las hipótesis iniciales, que se convirtieron en las siguientes proposiciones: las poblaciones tradicionales tienen que permanecer en el interior del Parque, sea a través de la signatura de un compromiso formal, ya que se trata de un derecho adquirido, o por la creación de una zona especial de uso, validado por el papel llevado a cabo por ese grupo social en el proceso histórico de ocupación de esta región y también por su importancia cultural. Como primera discusión sobre el paisaje protegido sugerimos la implantación de una carretera-parque, conservando el paisaje singular de la *Chapada de las Mesas* a la mirada de los que transitan por la carretera.

Palabras clave: Unidades de conservación. Paisaje. Ordenamiento territorial. Territorialidad.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Esquema de análise do sistema GTP.....	18
Figura 2- Morro Testemunho no interior do PNCM.....	47
Figura 3- Localização Regional do Parque Nacional da Chapada das Mesas.....	48
Figura 4- Parque Nacional da Chapada das Mesas: bacias hidrográficas e sub-bacias.....	50
Figura 5- Vista aérea da cachoeira do Prata no rio Farinha.....	51
Figura 6- Parque Nacional da Chapada das Mesas – Geologia.....	53
Figura 7-Canyons com formação arenítica no interior do Parque da Chapada das Mesas.....	54
Figura 8- Parque Nacional da Chapada das Mesas – Geologia II.....	56
Figura 9- Organização da drenagem em estrutura concordante horizontal, com início de incisão do talvegue.....	57
Figura 10- Evolução do entalhamento dos talvegues por imposição tectônica (efeitos epirogenéticos).....	57
Figura 11- Recuo da camada resistente por solapamento basal da camada friável.....	58
Figura 12- Talus do relevo do Parque Nacional da Chapada das Mesas.....	59
Figura 13- Clima da área de abrangência do Parque Nacional da Chapada das Mesas.....	60
Figura 14- Morfologia Tabuliforme atual da Chapada das Mesas.....	61
Figura 15- Configuração geomorfológica do Parque Nacional da Chapada das Mesas.....	61
Figura 16- Parque Nacional da Chapada das Mesas – Geomorfologia.....	62
Figura 17- Área de distribuição do cerrado.....	64
Figura 18- O PNCM inserido na área do bioma cerrado	66
Figura 19-Mapa de Cobertura Vegetal e do Tipo de Ocupação do Solo da área do Parque Nacional Chapadas das Mesas (Carolina/MA).....	67
Figura 20- Geofácia: campo rupestre no interior do PNCM	68
Figura 21- Geofácia: cerrado sentido restrito no interior do PNCM.....	69
Figura 22- Geofácia: cerradão em área do interior do PNCM.....	69
Figura 23- Antropização por meio de desmatamento.....	72
Figura 24- Desmatamento e queimada do cerrado para plantio de roça no toco.....	73
Figura 25-Antropização que resulta em incêndios no interior do PNCM.....	74
Figura 26- Antropização sobre a geofácia das veredas	74
Figura 27- Geocomplexo no PNCM.....	76

Figura 28- Indígena Krahô (Timbira) com machadinha artesanal.....	82
Figura 29- Aldeia Pedra Branca, Terra Indígena Krahô, estado do Tocantins.....	83
Figura 30- Vista aérea de uma fazenda tradicional no PNCM.....	87
Figura 31- Sertaneja moradora do interior do PNCM.....	88
Figura 32- Moradia tradicional na área de abrangência do PNCM.....	89
Figura 33- Parede de moradia tradicional.....	89
Figura 34- Moradia tradicional confeccionada em taipa.....	89
Figura 35- Parede de taipa.....	89
Figura 36- Casa de madeira coberta por telhado em cavaco de madeira.....	91
Figura 37- Detalhe do telhado de cavaco de madeira de Bacuri.....	91
Figura 38- Utensílios sertanejos: cuias, cabaças, pilão e caçua.....	92
Figura 39- Caçua de couro de boi.....	92
Figura 40- Fogão a lenha tradicional.....	92
Figura 41- Moenda de cana artesanal em madeira, coberta com fibra de Buriti.....	95
Figura 42- Delimitação da infraestrutura básica de apoio do modelo de agricultura modernizadora.....	97
Figura 43- Unidades de conservação federais, por tipo de uso, 2009.....	104
Figura 44- Número de visitantes nos Parques Nacionais.....	109
Figura 45- Vista aérea da cachoeira de São Romão.....	112
Figura 46- Primeira reunião com a comunidade após a criação do PNCM.....	118
Figura 47- Brigadistas em atuação nas reformas das estradas no PNCM.....	123
Figura 48- Focos de calor PNCM, jun/2005.....	124
Figura 49- Focos de calor PNCM, set/2005.....	125
Figura 50- Focos de calor PNCM, jun/2006.....	126
Figura 51- Focos de calor PNCM, set/2006.....	127
Figura 52- Atividade prática do curso em área do cerrado.....	132
Figura 53- Atividade teórica – Tema: Geografia da Chapada das Mesas.....	133
Figura 54- Força das águas em meio à paisagem da cachoeira do Prata.....	156
Figura 55- Esquema analítico sobre a complexidade socioambiental e cultural da região da Chapada das Mesas.....	160
Figura 56- Representação artística do cenário atual da paisagem da Chapada das Mesas às margens da rodovia BR 230.....	172
Figura 57 - Representação artística de um cenário hipotético com a implantação da monocultura do eucalipto no mesmo ponto de visualização da rodovia BR 230.....	173

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Caracterização dos sujeitos da pesquisa.....	45
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	17
1.1. A análise dos dados segundo a pesquisa qualitativa.....	35
1.2. Os sujeitos da pesquisa.....	43
1.3. Caracterização dos sujeitos da pesquisa.....	45
2. CONTEXTO GEOGRÁFICO DO SUL MARANHENSE COM DESTAQUE PARA O PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DAS MESAS.....	46
2.1 O potencial ecológico da Chapada das Mesas.....	46
2.2. Contexto geográfico da região da Chapada das Mesas com destaque para o Parque Nacional da Chapada das Mesas.....	48
2.3. . O potencial ecológico da área de abrangência do PNCM.....	54
2.4. A exploração biológica.....	63
2.5 A ocorrência da fauna.....	70
2.6-A ação antrópica no interior da unidade.....	71
3. TERRITÓRIOS: COLONIAL, DO AGRONEGÓCIO, DA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL... MAS AFINAL QUE TERRITÓRIO É ESSE?.....	78
3.1. Um território denominado: Chapada das Mesas.....	78
3.2. Nuances históricas do processo de ocupação da região e a territorialidade do povo sertanejo do cerrado.....	80
3.3. Sobreposição de territórios, uma complexidade em tempos atuais.....	95
4. AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE NO BRASIL.....	100
4.1. Historicidade sobre as Unidades de Conservação no Brasil.....	100
4.2. Aspectos relevantes sobre as Unidades de Conservação no Brasil.....	104
4.3 . O processo e as discussões preliminares sobre criação da unidade de conservação..	110
4.4. O início da implementação do Parque Nacional da Chapada das Mesas	116
4.5. A continuidade do processo implementação do PNCM seguindo as diretrizes da gestão participativa.....	119
4.6. Curso de formação de monitores ambientais locais da Chapada das Mesas: uma troca de saberes para a sustentabilidade local e a sua relação com a implementação do PNCM.....	131

4.7. A percepção dos monitores ambientais locais e alguns representantes da comunidade da área de abrangência do PNCM sobre o processo de implementação da unidade.....	137
5. AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PERANTE OS DESAFIOS E PRESSÕES DA MODERNIZAÇÃO DOS MEIOS DE PRODUÇÃO, A TESE EM QUESTÃO.....	144
5.1- O processo de ocupação e as derivações atuais da organização do território da Chapada das Mesas.....	144
5.2. A implantação do PNCM como apoio à conservação da paisagem da Chapada das Mesas.....	154
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	174
REFERÊNCIAS.....	
APÊNDICE A. Roteiro de entrevistas.....	197
APÊNDICE B. Arquivo com geofotografias da região da Chapada das Mesas.....	

INTRODUÇÃO

A escolha do tema deste trabalho é fruto da trajetória acadêmica da autora, que teve início na graduação, em aulas de campo, na unidade de conservação denominada Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira-SP, onde houve a simbiose entre a teoria e a prática conservacionista que permeia desde então a vida pessoal e profissional da mesma.

Após anos dedicados ao ensino, pesquisa e atividades relacionadas às áreas naturais, consolidou-se a ligação com o tema desta investigação, ou seja, a implementação do Parque Nacional da Chapada das Mesas, no ano de 2006, do qual a autora participou como analista ambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), junto à equipe responsável pela gestão da unidade de conservação, objeto central deste trabalho.

A experiência em atuar em uma implantação de unidade de conservação gerou diversos questionamentos à autora, principalmente a respeito da forma como essas áreas são instituídas pelo poder público. Sendo assim, ampliou-se o universo da prática para a pesquisa teórica na busca de uma maior compreensão sobre esse fenômeno.

Outra questão a ser ressaltada nesta trajetória de escolha do objeto de pesquisa são as pessoas que habitam esses lugares denominados sertões: os sertanejos. Um grupo bastante singular que possui muito a dizer sobre as formas de conviver com o meio ambiente e que necessita ser mais considerado no momento de se projetar empreendimentos para o seu território.

Sobre esse universo é que foi elaborado o projeto de pesquisa que tem como premissa a discussão sobre o modelo de criação e implantação de unidades de conservação da categoria de proteção integral.

Esse modelo de unidades de conservação (UC) é compreendido como uma forma de proteção de áreas naturais, que são santuários que englobam grande parte da história natural de nosso planeta e o que resta de biodiversidade preservada nesses territórios. Congrega um mosaico de informações de extrema importância para a continuidade da vida na Terra.

Esses territórios representam uma maneira eficiente para a preservação das comunidades biológicas, reduzindo os efeitos negativos resultantes das atividades humanas.

A maior ameaça à diversidade biológica é a perda de habitat sendo que a gravidade dos problemas ambientais varia de acordo com as regiões do globo. Surge, então, a necessidade vital de conservação e preservação de áreas altamente ameaçadas pela expansão da exploração humana.

A conservação de toda essa diversidade depende da proteção da variabilidade em diversos níveis, os ecossistemas e os habitats, as espécies e as comunidades, os genomas e os genes. Neste sentido, a Convenção sobre Diversidade Biológica, ratificada pelo Brasil em 1994, prevê, como uma das responsabilidades principais para a conservação das espécies, identificação e monitoramento de ecossistemas e habitats, justificando-se pela importância do Brasil neste cenário da biodiversidade, segundo (IBGE, 2010, p.147) “[...] para proteger este inestimável patrimônio, o País destina uma área de mais de 750.000 km² a UCs federais, aproximadamente 9% do território nacional.”

Um grande potencial que necessita ser melhor estudado e protegido, pois

O Brasil está incluído entre os países dotados da chamada megadiversidade, grupo de 12 nações que abrigam 70% da biodiversidade total do planeta. À importância de âmbito global da conservação da biodiversidade no Brasil, soma-se a sua relevância para a economia do País. Entre as espécies vegetais de maior importância econômica destacam-se aquelas de uso medicinal, objeto de intenso extrativismo (na maioria das vezes predatório) e alvo de biopirataria. (IBGE, 2010, p.136)

Essa potencialidade representada pela megabiodiversidade que existe no Brasil ainda corre muitos riscos, principalmente, pelas altas taxas de extinção de espécies, John Terborgh e Carel Van Schair (2002) enfatizam que em nível global, cerca de 5% de áreas protegidas são “[...] parcialmente uma ilusão”,

[...] porque muitas das terras hoje incluídas nas áreas protegidas são monumentos naturais, o que é ironicamente chamado de “rochas e gelo”. Infelizmente, a biodiversidade tende a concentrar-se em terras férteis de planície, em áreas que as pessoas estão relutantes em destinar ao uso de outras espécies; desse modo, áreas protegidas em habitats de boa qualidade são pouco extensas e em pequeno número. (TERBORGH; SCHAIR, 2002, p. 25).

Urge, pois, a necessidade de repensar e valorizar a importância dessa biodiversidade, e proteger espaços com variabilidade genética de porções localizadas em diversos biomas, no caso brasileiro, o bioma amazônico, a caatinga, o cerrado, o pantanal, os campos, a mata atlântica, as áreas costeiras, entre outras fisionomias.

Imersa neste contexto, foi analisada a implementação de uma unidade de conservação no cerrado do sul do estado do Maranhão, inserida na categoria de proteção integral tendo como fio condutor ações que ocorreram desde a criação do Parque Nacional da Chapada das

Mesas, em 2005, até o momento de mudança do primeiro quadro funcional que atuava na sua gestão inicial, o que ocorreu no ano de 2009.

Todas as unidades de conservação brasileiras têm a sua gestão com base no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei 9.985/2000, que no seu capítulo II, descreve sobre o conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, com os seguintes objetivos:

I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais; II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional; III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais; IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento; VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica; VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural; VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos; IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados; X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica; XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico; XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

A importância desta Lei se deve ao fato de que existe um amparo legal para a criação e implementação de áreas protegidas no Brasil, constando em seus objetivos as principais formas de proteger os nossos biomas; incluindo, também, as populações tradicionais, a cultura humana e a manutenção da vida, de uma maneira integrada ao meio ambiente.

A implantação das unidades de conservação no território nacional deve seguir as determinações dessa Lei, estando a sua aplicação na esfera do governo federal com o Ministério do Meio Ambiente, por meio das autarquias: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio), sendo este segundo recentemente criado pela Medida Provisória nº 366, de 26 de abril de 2007, resultante de uma divisão do IBAMA.

Comentando sobre as experiências da gestão de unidades de conservação em países tropicais, no caso específico da categoria: parque nacional, John Terborgh e Carel Van Schair (2002, p. 26) enfatizam que

a maioria dos parques tropicais possui pessoas vivendo dentro deles, às vezes legal, outras ilegalmente. A caça ilegal de vida selvagem é um problema praticamente universal. Ocorrem explicitamente atividades ilegais em muitas áreas protegidas. A lista delas é familiar, incluindo contrabando, exploração madeireira, invasão por agricultura, mineração de ouro, de diamantes e de outros minerais preciosos, pastoreio e extração de produtos naturais para o mercado comercial.

Entre todas essas ameaças, destaca-se também que muitas áreas tropicais protegidas “[...] não foram adequadamente demarcadas, são inacessíveis a turistas, não possuem dotação orçamentária suficiente, concluindo que “quando os parques são obrigados a operar sob tais circunstâncias deficientes, não se precisa de muito para perceber que problemas institucionais são regra e não exceção.”(TERBORGH; SCHAIR, 2002, p. 26-27).

Como parte dessa regra, o Parque Nacional da Chapada das Mesas, criado em dezembro de 2005, teve o início de sua implementação realizado pelo IBAMA e, a partir do segundo semestre de 2007, passou para a competência do recém-criado ICMBio, o que provocou alguns problemas de continuidade em algumas das ações que já estavam em andamento, dando uma amplitude ainda maior aos problemas que já acompanhavam o início da gestão do PNCM.

Insere-se neste trabalho também uma análise do movimento da sociedade civil organizada na região da Chapada das Mesas, denominado SOS rio Farinha, que resultou nos estudos técnicos sobre a biodiversidade da região, culminando com a criação da unidade. E, posteriormente discorrendo sobre o processo de implementação da mesma.

Para a realização desta pesquisa, partiu-se da hipótese de que o processo de criação do Parque Nacional da Chapada das Mesas, como unidade de conservação de categoria proteção integral, não priorizou o estudo da territorialidade das populações que habitam essa área. Além disso, na implantação do Parque, não se levou em consideração os processos históricos da ocupação da região que resultou na organização social presente nas configurações territoriais consolidadas nesta área de estudo. As rápidas transformações paisagísticas que estão em curso nesta região afetam a noção de pertencimento da sociedade sob o ponto de vista da percepção ambiental.

Portanto, este trabalho teve como objetivo desenvolver uma análise integrada do meio ambiente da região da Chapada das Mesas sob a ótica da implantação do Parque Nacional da Chapada das Mesas no período de 2005 a 2009 e compreender como ocorreram as principais ações desenvolvidas na fase posterior à sua criação e os resultados alcançados perante a percepção da população da área de influência da unidade de conservação em estudo.

Também teve como propósito discutir a participação social no contexto da gestão ambiental da área em questão, apresentar as visões dos diversos sujeitos envolvidos na implementação da UC e contextualizar o histórico da criação da unidade de conservação e os usos desse território.

Para atingir tais objetivos, foram elaborados cinco capítulos que serão apresentados a seguir.

No capítulo 1 – **Pressupostos teóricos e procedimentos metodológicos**, descreveu-se a opção metodológica, com base na perspectiva do sistema GTP, proposta por Bertrand; Bertrand (2007). Segundo esta perspectiva os estudos do meio ambiente necessitam de uma abordagem mais complexa e que envolvam diferentes maneiras de se “ver” o ambiente, procurando assim interagir com diversas formas de análise de um mesmo espaço territorial.

Além disso, foram descritos os procedimentos de coleta e análise de dados, que seguem a linha da pesquisa quanti-qualitativa, buscando-se uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito.

No capítulo 2 – **Contexto geográfico do sul maranhense com destaque para o Parque Nacional da Chapada das Mesas**, que foram abordadas concepções sobre paisagem para a geografia, inserindo a região desta chapada, em especial a área de abrangência do Parque Nacional da Chapada das Mesas. Conjuntamente com essas discussões está o Geossistema, seguindo a proposta metodológica de Bertrand; Bertrand (2007), que apresenta o físico e o humano em estreita ligação com a “escala” de leitura adaptável a escala dos fenômenos observados: em escala horizontal, uma unidade de paisagem pequena denominada geótopo, passando para o geofácia, uma área maior, e culminando em um geocomplexo, como sinônimo de região, fazendo uma análise ambiental (física integrada com a humana).

No capítulo 3 – **Territórios: colonial, do agronegócio, da conservação ambiental... mas afinal que território é esse?** Apresenta-se a complexidade territorial da região da Chapada das Mesas, o seu processo de ocupação, de origem indígena (Timbira), cultura suplantada com a frente pastoril no final do século XIX, e que perdura até os dias de hoje. Na década de 1980, a nova ocupação pelo agronegócio ocasionou, assim, a coexistência das diversas territorialidades produzidas pelos seus habitantes. Somando-se a esse contexto, como

uma forma de conservação do bioma do cerrado, ocorreu a criação de uma unidade de conservação: Parque Nacional da Chapada das Mesas, que possui como determinante a imposição de novas formas de convivência com o ambiente, anteriormente “livre” para o uso comunitário dos sertanejos.

No capítulo 4 – **As unidades de conservação como instrumentos de proteção do meio ambiente no Brasil**, discutiu-se o processo de criação do PNCM e o diálogo com a comunidade local, que resgatou o processo histórico dos estudos de criação do Parque Nacional da Chapada das Mesas, somando as análises dos relatos das entrevistas a algumas lideranças locais e representantes da instituição responsável pela gestão da UC em questão. Analisou-se também, com base em dados levantados pela pesquisa, o diálogo e as ações desenvolvidas na fase de implementação inicial da UC e as percepções das pessoas que possuem ligações com esse processo.

No Capítulo 5 – **As unidades de conservação perante os desafios e pressões da modernização dos meios de produção, a tese em questão**, foram abordadas as dificuldades e as facilidades sobre a implementação de unidades de conservação no Brasil, traçando um paralelo com a análise da implementação do Parque Nacional da Chapada das Mesas. Completando com alguns casos sobre a gestão de áreas protegidas do Brasil e do mundo.

Para completar a análise foram aprofundadas algumas discussões sobre o ordenamento territorial, partindo da valorização da paisagem como sustentáculo da memória coletiva das populações do lugar e a sua importância para a melhoria da conservação ambiental integrada aos processos de ordenamento territorial da região em questão, destacando-se a territorialidade do sertanejo da Chapada das Mesas, a paisagem impressa na memória desses territórios e os conflitos que emergem dos diversos usos para um mesmo território.

Ao final deste trabalho foi elaborado um prognóstico para o ordenamento territorial da região, visando a consolidação do diálogo necessário entre as instituições governamentais e não governamentais que atuam neste território.

1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O olho do abutre

Suspenso como se estivesse imóvel, alto no céu agitado, fragmento de vida entre os retalhos de nuvens que o vento desprende da abundância da parede [...] sobre a alta cordilheira, o abutre perscruta em seu vôo imóvel a imensidão rugosa das cristas. Sua abóboda silenciosa desenha uma paisagem que é o seu território: rochedos e lagos, florestas e estradas, rebanhos e cidades. O olho do abutre está à procura deste íntimo e derradeiro fragmento de osso esmagado, concentrado substancioso de seu mundo de pássaro.

(BERTRAND; BERTRAND, 2007, p. 309)

Com a inspiração do *olho do abutre*, que trazem os autores de uma forma muito interessante, foi pensada a concepção metodológica deste trabalho, devido ao objeto de análise ser um território inserido em outros territórios que compõem uma paisagem singular e que possuem inúmeras características biofísicas. Optou-se assim por utilizar uma perspectiva interdisciplinar com o apoio do método GTP Geossistema- Território e Paisagem, para ampliar os conhecimentos a serem gerados pela pesquisa.

O olhar do abutre apresenta uma forma de pensar como se deve estudar e escrever sobre um determinado espaço geográfico. Como esclarecem Bertrand; Bertrand (2007, p. 310)

[...] através do olho do abutre, da objetiva do satélite ou a partir do simples olhar posto em um mapa de dimensão europeia [...] É preciso aqui prestar contas de uma como da outra. Nenhuma apresentação monolítica, monográfica, monodisciplinar seria satisfatória. Daí provém esta tentativa de sobrevoo, a partir de diferentes horizontes, a partir destes olhares cruzados. Sua única ambição é preservar a diversidades de realidades e dos esclarecimentos no âmbito de uma reflexão global.

Seguindo a trajetória do olhar do abutre, para que se possa ter uma abordagem mais complexa do meio ambiente, utiliza-se a perspectiva metodológica do modelo GTP, Geossistema, Território e Paisagem. (BERTRAND; BERTRAND, 2007).

Passos traz uma referência para a melhor compreensão desse modelo de análise ambiental, citando a conferência de abertura do VII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada (Curitiba, 1997) apresentada pelo Prof. Bertrand o qual chama a atenção para o fato de que:

A conceitualização unívoca (ex: ecossistema) que até hoje prevaleceu permitiu realizar progressos essenciais, porém ainda insuficientes. A

[...] idéia consiste em prever várias entradas possíveis em um mesmo sistema especulando sobre finalizações possíveis e as hierarquias internas”. E, então, propõe um sistema com três “entradas” teleológicas: 1- A fonte ou a “entrada” naturalista: o Geossistema; 2- O recurso ou a “entrada” sócio-econômica: o Território; 3- O ressurgimento ou a “entrada” sócio-cultural: a Paisagem. (PASSOS, 2003, p. 69).

Segundo a proposta do modelo GTP (Figura 1), utiliza-se, para explicar o Espaço Geográfico, três entradas, compreendendo-se a percepção e a função de uso como intrínseco ao processo inicial de apreensão da realidade vivida, para depois partir para a teleologia dos subsistemas que tem como fio condutor a entrada naturalista, que é o geossistema, seguida da entrada socioeconômica, representada pela categoria território, e por fim a entrada sociocultural, referenciada pela categoria paisagem, que engloba a artialização do vivido, chegando ao final com a interface entre todas essas categorias, que compõem a análise integrada do meio ambiente.

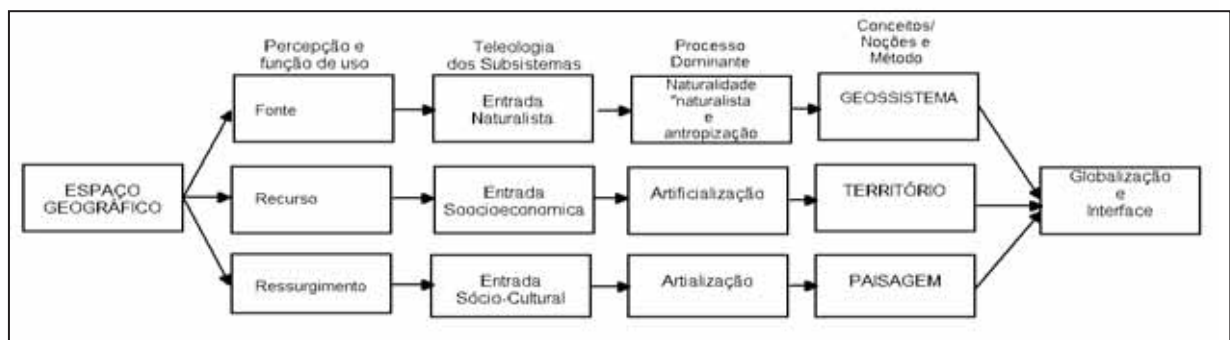


Figura 1 – Esquema de análise do sistema GTP.
Fonte - Bertrand; Bertrand, 2007, p. 299.

A opção em fazer uma abordagem metodológica com o apoio do GTP, deu-se pelo fato de os estudos do meio ambiente necessitarem de uma ampliação de formas de análise que envolvam diversas formas de “ver” o ambiente; neste sentido, esse modelo procura interagir com diversas formas de análise de um mesmo espaço territorial, começando pela concepção do geossistema, termo este que foi utilizado pela primeira vez por V.B. Sochava em 1960. À esse respeito, Bertrand; Bertrand (2007) definem que:

O geossistema serve para designar um “sistema geográfico natural homogêneo associado a um território”. Ele se caracteriza por uma morfologia, isto é, pelas estruturas espaciais verticais (os geohorizontes) e horizontais (os geofácies) um funcionamento, que engloba o conjunto de

transformações dependentes da energia solar ou gravitacional, dos ciclos da água, dos biogeociclos, assim como dos movimentos das massas de ar e dos processos de geomorfogênese. (BERTRAND; BERTRAND, 2007, p. 51).

Ao se fazer a entrada no processo de investigação pelos processos biogeoquímicos e geomorfológicos de uma determinada região, teremos uma noção da modelização sistêmica da natureza, que envolve o objeto a ser estudado.

A abordagem se inicia com base na perspectiva de Bertrand; Bertrand (2007, p.52) que escrevem, apoiados em componentes do geossistema, definidos como: “[...] abióticos (litosfera, atmosfera, hidrosfera) que formam o geoma; bióticos ou biomassa (fitomassa e zoomassa) que constituem o bioma e antrópicos, compondo assim uma integração dos elementos do geossistema”.

Delimitando-se o geossistema em unidades espaciais, “[...] a partir de uma grade taxocorológica com duas entradas: uma entrada horizontal (geotópo, geofácies, geocomplexo, etc.) e uma entrada vertical (geohorizontes)” (BERTRAND; BERTRAND, 2007, p. 91), que representa o espaço-tempo da natureza antropizada, ou seja, é a "fonte" (SOURCE) jamais captada, representando o natural que está passando por um processo de antropização.

Monteiro (1978) expõe a sua visão sobre a importância da análise do meio ambiente contemplar a inserção do ser humano, que segundo o autor, tem um papel singular dentro do sistema, que deve ser considerado tanto pelas suas intervenções que prejudicam e alteram o meio ambiente por meio de impactos ambientais, quanto pelo viés da possibilidade de restauração e manutenção do equilíbrio entre o uso e a conservação desse mesmo meio ambiente. Expõe essa questão da seguinte maneira:

Minhas preferências pessoais procuram evitar a consideração das relações entre natureza em termos de antagonismo entre sistemas oponentes. Antes, procuro encará-lo dentro da perspectiva (embora incômoda à análise) de um sistema singular de tipo complexo, evolutivo e cibernético. O homem - parte integrante da natureza - tende (não sem razão) a ser visto como o “vilão”, responsável pela destruição da natureza. Será necessário conceder-lhe crédito de confiança (e há também razões para tal) de que ele pode e deve ser capaz de ser um elemento catalizador do jogo de relações e capaz de introduzir circuitos positivos de “feed-backs” regeneradores e auto-reguladores do sistema. (MONTEIRO, 1978, p. 45).

Ao imputar ao ser humano o compromisso de ser auto-reguladores do sistema, o autor demonstra claramente a importância de se fazer uma análise integrada do meio ambiente, que

considere a antropização como parte do sistema em estudo, o quê, na abordagem do modelo GTP, é contemplado e quando iniciamos a análise pelo geossistema, consideram-se a presença e o papel do ser humano no ambiente como parte integrante e indissociável do mesmo.

Neste trabalho, para se iniciar a análise integrada do meio ambiente, considera-se o geótopo, a menor unidade do geossistema, como as nascentes, em áreas de veredas, e pequenas amostras de unidades paisagísticas que se destacam em meio à unidade maior: denominadas geofácies, que se espalham por toda a unidade de conservação. As geofácies são as diversas unidades paisagísticas que compõem a formação denominada de Chapada das Mesas. Podem ser divididas entre os topos dos morros, as planícies e os vales fluviais com a cobertura vegetal do bioma cerrado, que possui diversas características fisionômicas como cerradão, cerrado sentido restrito, campo rupestre, campo sujo, campo e matas galerias.

O conjunto de todas essas unidades paisagísticas compõe o geocomplexo, que engloba os conjuntos de várias fisionomias de paisagem, que podemos considerar, como a delimitação da unidade de conservação, o Parque Nacional da Chapada das Mesas e a sua área de abrangência denominada Chapada das Mesas.

O GTP pode ser considerado também uma forma de apreensão da realidade sob as dimensões: temporal e histórica. Designado por Bertrand; Bertrand (2007) ao escreverem que

Ele leva em consideração tanto a evolução (memória do geossistema) quanto a fenologia (“estados” do geossistema). [...] O geossistema não é um fim em si mesmo. Ele permite ressituar de modo interativo os elementos que o compõem (a vegetação no geossistema, o fogo no geossistema) e ele é aberto à interdisciplinaridade (a memória dos terroirs na arqueologia). (BERTRAND; BERTRAND, 2007, p. 91).

A interdisciplinaridade se apresenta quando incluímos a dimensão naturalista em conjunto com a dimensão social pelo ponto de vista do território, que, segundo os autores, “[...] é preciso acabar com o determinismo natural e o possibilismo geográfico.” (BERTRAND; BERTRAND, 2007, p. 91).

A introdução da análise territorial se justifica, em uma primeira concepção, considerando que “[...] não existe “território sem terra” e que a natureza está presente e impregnada mesmo nos espaços mais artificializados.” (BERTRAND; BERTRAND, 2007, p. 121).

Essa conceitualização sobre o território se dá em um contexto específico imerso em uma abordagem naturalista que irá permear a análise inicial partindo da entrada pelo

geossistema, sendo complementada com as outras noções acerca do território, sob o ponto de vista de outros autores.

Sobre essa questão conceitual acerca do território e suas diversas abordagens, Rogério Haesbaert, em seu texto “Des-caminhos e perspectivas do território” (2004, p.93), discorre sobre a necessidade de se superar a “[...] dicotomia material/ideal,” propondo um território que envolva ao mesmo tempo, “a dimensão espacial concreta das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o “imaginário geográfico” que não apenas move como integra ou é parte indissociável destas relações.”

Uma outra abordagem sobre território advém das formulações teóricas sobre o poder, oriundo da concepção elaborada por Michel Foucault, comentadas por Raffestin (1993, p.53), apresentando assim as formulações de concepções territoriais desse autor como:

- 1- O poder não é alguma coisa que se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos;
- 2- As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicos, sociais, etc.), mas são iminentes a elas;
- 3- O poder (também) vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados. [...]

Ao comentar e traduzir essa conceitualização sobre o poder elaborada por Foucault, Roberto Machado (FOUCAULT, 1986, p. XIV) escreve que:

Podemos dizer que quando em seus estudos Foucault foi levado a distinguir no poder uma situação central e periférica e um nível macro e micro de exercício, o que pretendia era detectar a existência e explicitar as características de relações de poder que se diferenciam do Estado e seus aparelhos. Mas isso não significava, em contrapartida, querer situar o poder em outro lugar que não o Estado, como sugere a palavra periferia. O interessante da análise é justamente que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras.

Fazendo uma releitura desta compreensão sobre o poder, e a transportando para o nosso universo geográfico, é possível dizer que: essa noção sobre poder transfere a concepção da visão naturalista do território, com sua definição clássica e clara sobre espacialização física, citada como aporte para a discussão sobre geossistema, numa abordagem Bertraniana; em um dado momento, segue um pressuposto naturalista. Sendo assim, nos remete à

abordagem relacional do território (RAFFESTIN, 1993), sem definições de limites e fronteiras que possam ser visualizadas e percebidas na concretude do conhecimento humano.

Raffestin (1993, p.150-151) nos apresenta, sob o ponto de vista das relações de poder, os diferentes elementos do sistema territorial que influenciam e são influenciados por essas relações, em que

[...]os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados. São, em parte, respostas possíveis ao fator distância, ao seu complemento à acessibilidade. Sendo que a distância pode ser apreendida em termos espaciais (distância física ou geográfica), temporais, psicológicos ou econômicos.

O território contempla essas diversas relações humanas, que configuram os aspectos que compõem as delimitações de cada sistema territorial, que nem sempre são visíveis aos olhos, porém resultam na interação política, econômica, social e cultural, que alimentam a produção do espaço em questão.

O autor define o território por meio de um

[...]sistema de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território.[...] Esses sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente, permite assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. Permitem ainda impor e manter uma ou várias ordens. Enfim, permitem realizar a integração e a coesão dos territórios. (RAFFESTIN, p. 150-151).

Haesbaert (2004, p.103) ressalta que a “[...] concepção de território em Raffestin torna-se bastante ampla, o território como a “prisão” que os homens constroem para si, ou melhor, o espaço socialmente apropriado, produzido, dotado de significado.” Em relação à territorialidade, a mesma não se restringe a um “conjunto de relações de poder, ou melhor, a noção de poder de Raffestin é suficientemente ampla para incluir também a própria natureza econômica e simbólica do poder.”

Para Saquet (2007, p. 33), essa relação de poder infere na “[...] orientação do *eu*, do indivíduo, integrando-o à dinâmica socioespacial através das distintas atividades da vida em sociedade.” Essa multidimensionalidade do mundo, impressa no território, que sob esse ponto de vista, “assume diversos significados, a partir de territorialidades plurais, complexas e em unidade.” O autor reforça que “esta é uma questão fundamental, que marcou a *redescoberta*

do conceito de território sob *novas* leituras e interpretações: mudam os significados do território conforme se altera a compreensão das relações de poder”.

Sobre a noção que embasa as análises territoriais, Haesbaert (2004, p.104) faz referência à Robert Sack, da seguinte maneira:

Para Sack, a noção de territorialidade (que ele utiliza de forma muito mais frequente do que território) é mais limitada: a territorialidade, esta “qualidade necessária” para a construção de um território, é incorporada ao espaço quando este media uma relação de poder que efetivamente o utiliza como forma de influenciar e controlar pessoas, coisas e/ou relações sociais- trata-se, simplificando, do controle de pessoas e/ou recursos pelo controle de uma área. A fronteira, e o controle de acesso, portanto, são atributos fundamentais na definição de territorialidade defendida pelo autor.

Haesbaert (2004, p. 104-105) reforça que tanto Raffestin como Sack consideram uma escala muito ampla de território, partindo do “[...] nível pessoal de uma sala ao internacional, nunca restringindo-a, [...] ao nível de Estado Nação.” E complementa que tanto um como o outro autor possuem visões sobre a territorialidade “[...] eminentemente humana, social, completamente diferente daquela difundida pelos biólogos, que a relacionam a um instinto natural vinculado ao próprio comportamento dos animais.”

Compondo assim uma definição sobre territorialidade, segundo Sack, citada por Haesbaert (2004, p.105), como: “[...] a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica. Esta área será chamada território.”

A territorialidade, segundo Sack, comentada pelo autor (2004, p.105), vai além da dimensão política (controle de grupos em determinados contextos geográficos de lugar, espaço e tempo), possui também uma ligação com as dimensões econômica (“uso da terra”) e cultural (“significação” do espaço), esclarecendo que a territorialidade está ligada “[...] ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar.”

Uma outra forma de análise de território pode ser concebida por meio da geografia cultural, quando nas sociedades tradicionais, onde existe uma ligação mais intensa com os espaços de vida, com a dimensão imanada da apropriação simbólico-religiosa no qual o sagrado está presente por meio dos mortos.(HAESBAERT, 2004, p.111). Segundo essa concepção nós pertencemos a um território, não o possuímos, moramos nele. Perder um território pode significar o desaparecimento de determinadas culturas que o habitavam.

Essa discussão acerca do território complementa a análise inicial, que embasa a entrada via geossistema, que ao inserir a formação socioespacial possibilitada pelo viés da análise territorial, implementa e dá maiores significados à integração de saberes geográficos para a análise ambiental.

Essas diferentes abordagens sobre território contribuem para a construção de um delineamento para o ordenamento territorial da região da Chapada das Mesas, seguindo a origem moderna do conceito de organização do território que surgiu do “[...] movimento voluntarista que acompanhou a reconstrução das economias após a segunda guerra mundial e impulsionou as primeiras tentativas de planificação dos territórios.” (BERTRAND; BERTRAND, 2007, p. 203).

Os autores enfatizam que é o momento de inverter a problemática em relação à questão ambiental “[...] a partir de uma política ampla do meio ambiente, baseada essencialmente na qualidade de vida, que deve abordar as questões de organização do território. A organização se torna, de certo modo, um procedimento conceitual”, segundo o qual o território e a sua organização devem seguir uma dimensão integralista, tanto do ponto de vista da materialidade como do ponto de vista idealista.

Como um exemplo dessa concepção integralista do meio ambiente, sugere-se a Carta do Ordenamento do Território (CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM, 2000, p. 10) que a concepção de ordenamento seja:

- Democrático: deve ser conduzido de modo a assegurar a participação das populações interessadas e dos seus representantes políticos;
- Integrado: deve assegurar a coordenação das diferentes políticas sectoriais e a sua integração numa abordagem global;
- Funcional: deve ter em conta a existência de especificidades regionais, fundamentadas em valores, cultura e interesses comuns que, por vezes, ultrapassam fronteiras administrativas e territoriais, assim como a organização administrativa dos diferentes países.
- Prospectivo: deve analisar e tomar em consideração as tendências e o desenvolvimento a longo prazo dos fenómenos e intervenções económicas, ecológicas, sociais, culturais e ambientais.

Somando-se à essas concepções sobre a importância do ordenamento territorial, Silva (2007, p. 297) define que:

O ordenamento territorial é uma forma singular de uso do território que apresenta um arranjo de objetos sociais, naturais e culturais historicamente estabelecidos. Mas esse ordenamento não é apenas condição social de reprodução capitalista. É também reflexo de sua significação funcional e simbólica na totalidade social capitalista.

Segundo o autor, o ordenamento territorial é “[...] mais que uma organização social, uma “forma”, um sistema dinâmico formado por objetos e ações que articulam lugares contíguos ou não em rede.” (SILVA, 2007, p. 297-298).

Alves (2001, p. 21-22), salienta, para que se faça um ordenamento territorial, deve-se atentar para os seguintes princípios fundamentais:

- Igualdade: promove a organização territorial que garanta, de forma generalizada, as mesmas condições e oportunidades de acesso a bens e serviços a todos os cidadãos (os cidadãos são iguais perante a lei);
- Equidade: que trata de forma equitativa os cidadãos, as organizações, e os territórios; estabelece a perequação na distribuição dos recursos públicos, designadamente os financeiros, entre territórios mais desenvolvidos e territórios menos desenvolvidos, de forma a corrigir desequilíbrios e distorções existentes nos níveis de desenvolvimento;
- Interesse público: em que a intervenção do Estado e dos poderes públicos, sobre o território, deve prosseguir sempre finalidades de interesse colectivo;
- Liberdade e Responsabilidade: que garante a liberdade de intervenção individual e da iniciativa privada na organização do território, desde que no cumprimento das normas e directrizes e na garantia do interesse público;
- Sustentabilidade: que promove a organização do território, salvaguardando e protegendo valores e recursos perenes, como sejam, os naturais, culturais e ambientais; e promovendo a sustentabilidade da organização do território, de modo a viabilizar a estrutura territorial.

Assegura-se assim uma compreensão do território, partindo da visão sócio-econômica, não deixando de lado as outras abordagens sob a égide dos diversos poderes instaurados em um determinado espaço, seja ele estritamente físico, material, ou também do ponto de vista relacional. Como abordado anteriormente neste trabalho, sugere-se que há a necessidade de refletir sobre o ordenamento territorial levando em consideração essas diferentes dimensões. E para subsidiar ainda mais essa possibilidade de teorização a cerca do objeto em questão, apresenta-se a paisagem, em uma concepção ampliada, global, como definem Bertrand; Bertrand (2007):

Tomada uma hora como sujeito, uma hora como objeto, frequentemente limitada ao fenómeno da percepção, a paisagem escapou à racionalidade linear, redutora e casual do cartesionismo, assim como do objetivismo do cientificismo positivista. Na fragmentação da pesquisa científica atual, a análise global da paisagem aparece como a busca de uma utopia em um mundo extradisciplinar. O fim não é chegar, pelo menos de imediato, a um método de análise específico, mas levantar problemas que procedimentos mais clássicos e mais setoriais não permitem abordar. (BERTRAND; BERTRAND, 2007, p. 220).

A paisagem é antes de tudo uma imagem, que “[...] existe através do fenômeno fisiológico da percepção e de uma interpretação sociopsicológica.” (BERTRAND; BERTRAND, 2007, p. 221). Ela possui uma “imagem social” oriunda de um processo econômico e cultural, produzido pela sociedade que vive nesta área de estudo.

A paisagem se inscreve no espaço real e corresponde a uma estrutura ecológica bem determinada: mas ela só é “apreendida” e qualificada enquanto tal a partir de um mecanismo social de identificação e de utilização. [...] aparece cada vez menos como uma estrutura ecológica e social e cada vez mais como um processo de transformação, logo, como um fenômeno inscrito na história. Ela é uma interpretação social da natureza. E o método consiste, pelo menos em um primeiro tempo, em ir da sociedade para a natureza. (BERTRAND; BERTRAND, 2007, p. 224).

Chega-se assim, em concordância com Passos (2006, p. 75), que concebe que “[...] a paisagem integra o homem, ou, mais precisamente, a sociedade considerada como agente natural”. Destaca, também, que a ciência da paisagem não faz distinção e divisão entre a geografia física e geografia humana. “A paisagem reflete o modo como as sociedades se organizam no espaço, delimitando-o em três dimensões: natural, social e histórico”.

Partindo dessa compreensão sobre a paisagem, suporte para futuras argumentações sobre a área de estudo proposta neste trabalho, que busca uma discussão a cerca da conservação de espaços territoriais naturais, que possuem paisagens historicamente construídas e possuidoras de singularidades que as distinguem de quaisquer outras do território brasileiro, ampliou-se a seguir a base conceitual sobre a paisagem como contribuição para os saberes geográficos.

O conceito de paisagem na geografia foi construído no decorrer do tempo e

[...]entre os geógrafos há um consenso de que a paisagem, embora tenha sido estudada sob ênfases diferenciadas, resulta da relação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos. E que ela não é apenas um fato natural, mas inclui a existência humana. Tanto a escola alemã, como a francesa, que influenciaram a geografia brasileira, dão ênfase a aspectos diferentes da paisagem. A geografia alemã tem herança naturalista, desde Humboldt; a francesa desenvolve observações quanto à região, formada pelas culturas e sociedades em cada espaço natural. (MAXIMIANO, 2004, p. 87).

As primeiras concepções de paisagem focavam os valores estéticos como os vistos pela arte e literatura, em que se ressaltava o equilíbrio, a harmonia, objetivando principalmente a beleza dos cenários naturais ou construídos. Esse entendimento de paisagem perduraria por centenas de anos. Somente no final do século XIX se consolidou uma relação paisagística diferenciada, entendida como uma experiência espacial/visual, e, desta época, é que se apresentaram as definições de Alexander Von Humboldt (GUIMARÃES, 2007). Essa visão, embora com uma vertente mais global, holística, consolidou-se de forma particularizada, sendo que cada área do saber a entende segundo seu olhar.

Em 1939, Troll propõe uma integração entre geografia e ecologia, onde a paisagem se revelaria pela horizontalidade e verticalidade dos estudos realizados por essas duas ciências. Na década de 1970 esse autor apresentou a evolução do conceito, tratando-o como a entidade espacial e visual, ao que Guimarães (2007) considerou um resgate holístico da paisagem.

Um fator importante em vários autores é a valoração da paisagem como herança, como testemunho, impressos por uma objetividade do subjetivo

[...] tendo em vista que as realidades ambientais nos conduzem às múltiplas dimensões do espaço vivido, extrapolando os limites territoriais das demarcações de fronteiras político-administrativas. Nessa ótica, todas as paisagens são heranças em vários sentidos, cujos aspectos se encontram em permanente evolução, sendo transformados a todo instante sob vários gradientes de extensão, intensidade, magnitude e duração. (GUIMARÃES, 2007, p. 35).

A paisagem imprime e está impressa nas objetividades e subjetividades humanas, trata-se, pois, de abordá-la conforme o sugerido por Bertrand; Bertrand (2007, p.168) como uma ‘arqueologia da paisagem’ “[...] uma tentativa de encontrar vestígios das relações históricas estabelecidas entre sociedade e natureza, [considerando] os estudos das relações entre sociedades sucessivas e os espaços geográficos que elas transformaram para produzir, habitar e sonhar.” A que eles chamam de “Arqueologia da Paisagem.”

Desta forma, partimos da sociedade para a sua relação com o natural na produção do espaço geográfico que contém inúmeras e complexas relações que incluem os aspectos da disponibilidade dos ambientes naturais e a utilização antrópica que culminam na produção da paisagem. Pensou-se, ainda, que, no coração do consciente e no inconsciente do coletivo, forja-se a identidade na profundidade da história que dá sentido às formas paisagísticas, porém, entendida como uma relação de produção no sentido amplo, ao mesmo tempo objeto

material e sujeito de representação, sendo o produto da interface entre a natureza e a sociedade. (BERTRAND; BERTRAND, 2007, p. 176-191).

Por intermédio dos estudos sobre as paisagens pode-se construir um estudo integrado da natureza e sociedade,

[...] na qual a cultura e a natureza formariam um conjunto integrado, articulado e espacialmente diferenciados na superfície do planeta. Estes conjuntos poderiam ser caracterizados como sendo paisagens, regiões ou lugares, cada qual com uma *personalidade*. (VITTE, 2007, p. 71).

Esta compreensão histórica dos diversos tempos superpostos faz-se necessária por estar a paisagem inscrita nela, como uma interpretação de natureza, de espaço, ou mesmo de apropriação da paisagem e sua transformação constante pela sociedade. Bertrand; Bertand (2007, p. 204) lembram que a “[...] mais simples das paisagens é ao mesmo tempo social e cultural, subjetiva e objetiva, espacial e temporal, produção material e cultural, real e simbólica”, ou seja, inserida na história, sendo tantas quantas forem as faces da sociedade que as produz, tendo sentido no universo dessa sociedade e de seus fragmentos.

Essa concepção do humano na paisagem vem ao encontro da relevância de se pensar esse humano como componente indispensável da mesma, pois se processa uma relação de interferência da ação humana na transformação da paisagem e vice-versa. Podemos argumentar que o indivíduo que habita esse lugar é influenciado pelo ambiente em que está e assim também constitui o principal agente de mudança do mesmo. SAUER (1998) escreve que região e área podem ser considerados termos equivalentes à paisagem. Associados de formas diversas, tanto físicas como culturais, tendo o conteúdo cultural da paisagem como uma marca da existência humana em uma área, a cultura seria o elemento que, ao agir no meio natural, resultaria na paisagem cultural.

A paisagem pode ser entendida como o produto das interações entre elementos de origem natural e humana, em um determinado espaço. Estes elementos de paisagem organizam-se de maneira dinâmica, ao longo do tempo e do espaço. Resultam daí feições e condições também dinâmicas, diferenciadas ou repetidas, o que permite uma classificação, ao agrupar se os arranjos similares, separando-os dos diferentes. No todo, forma-se um mosaico articulado. Este processo poderá ser tão detalhado ou amplo, quanto interesse ao observador. (MAXIMIANO, 2004, p. 90).

Como fruto da interação desses elementos, temos uma paisagem que nos transmite os momentos presentes, perceptíveis pela visualização espontânea, e também as heranças do

passado historicamente construídas pela ocupação e apropriação do espaço pelos seres humanos ancestrais que conviveram nestas áreas de estudo. Maximiano (2004) enfatizou que: “[...] o espaço é objeto do estudo da geografia, enquanto que a paisagem poderia ser entendida como uma medida multidimensional de compreensão de um lugar.”

Ampliando-se a discussão acerca das sensações inerentes às paisagens, Deleuze e Guattari (1992, p. 271-272), por meio da filosofia, destacam a importância da compreensão do subjetivo, sob diversas formas de se observar uma paisagem. Sendo que,

[...] a sensação é contemplação pura, pois é pela contemplação que se contrai, contemplando-se a si mesma a medida que se contempla os elementos de que se procede. Contemplar e criar, mistério da criação passiva, sensação. A sensação preenche o plano de composição, e preenche a si mesma preenchendo-se com aquilo que ela contempla: ela é *enjoyment*, e *self-enjoyment*. [...] Plotino podia definir todas as coisas como contemplações, não apenas os homens e os animais, mas as plantas, a terra e as rochas.

Essa concepção do conjunto de sensações que a natureza possui por si, criando um ciclo de vida que está presente na arquitetura da paisagem, faz rememorar a arqueologia da paisagem descrita por Bertrand, quando comenta sobre o valor intrínseco representado pelo social e cultural em um determinado lugar. Essa subjetividade que existe, e nem sempre é perceptível aos sentidos, dá cada vez mais valor aos estudos paisagísticos contemporâneos, reconfigurando a necessidade dessa interação conceitual a cerca do objeto em si. Os autores complementam a discussão:

Não são idéias que contemplamos pelo conceito, mas os elementos da matéria, por sensação. A planta contempla contraindo os elementos dos quais ela procede, a luz, o carbono e os sais, e preenche a si mesma com cores e odores que qualificam sempre sua variedade, sua composição: e sensação em si. Como se as flores sentissem a si mesmas sentindo o que as compõe, tentativas de visão ou de olfato primeiros, antes de serem percebidas ou mesmo sentidas por um agente nervoso e cerebrado. As rochas e as plantas certamente não tem sistema nervoso. Mas, se as conexões nervosas e as integrações cerebrais supõem uma força-cérebro como faculdade de sentir coexistente aos tecidos, é verossímil supor também uma faculdade de sentir que coexiste com os tecidos embrionários, e que se apresenta na espécie como cérebro coletivo; ou com os tecidos vegetais nas "pequenas espécies". Não só as afinidades químicas, como as causalidades físicas remetem a elas. [...] Mesmas a forças primárias capazes de conservar suas longas cadeias, contraindo os elementos e fazendo-os ressoar: a menor causalidade permanece ininteligível sem esta instância subjetiva. (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 271-272).

Os mecanismos do sentir uma paisagem nem sempre estão postos à primeira visão, ao olhar, e sim como destacam os autores, com um caráter subjetivo, invisível aos olhos, porém

perceptíveis por meio de outros sentidos. Trata-se de compreender a paisagem que detém o significado, tanto da abordagem física como humana, e que traz a percepção sobre as transformações que foram impressas neste ambiente, no decorrer dos tempos, e, ao serem analisadas, pôde-se compreender os processos históricos culturais que se processaram neste ambiente.

Para Larrère (1997) a paisagem é uma estrutura espacial que resulta da interação entre os processos naturais e atividades humanas. O autor comenta que a paisagem é fruto da história humana e natural.

Peter Albinus (1580, p.1), no começo de sua “Crônica de Misnie” em 1580, para obter uma melhor definição de uma *Landschaft*, escreve:

É necessário fazer saber previamente em que parte do mundo, em que país, em meio a que povos, junto a que vizinhos, montanhas, cursos d'água, florestas, e outros lugares notáveis, encontra-se aquilo que em latim se chama *sitium*, e em alemão *das Lager einer Landes*.

Comentando estes escritos, Besse (2006, p. 21) enfatiza que a *Landschaft* se define por seu *sitium*:

Ou seja, ao mesmo tempo por uma vizinhança características. Por esta definição, Albinus redescobre Ptolomeu, que designa como objeto do geógrafo a análise de *thesis* (posição) e da *physis* (natureza) dos lugares, [...] A *Landschaft* é de início um lugar que se define por vizinhanças humanas e naturais, que se pode designar como objetivas, e que podem assim ser cartografadas. Além da mera consideração de sua posição relativa, a *Landschaft* se define também por um conjunto de propriedades, naturais e humanas, cujo inventário constitui sua qualidade ou sua natureza própria.

Corroborando com os escritos de Albinus (1580) e Besse (2006) nos remetemos ao *sitium* Chapada das Mesas, que possui inúmeros atributos a serem comentados e analisados.

Portanto, a inserção da análise da paisagem no modelo GTP vem para complementar a interpretação social da natureza, iniciada com o território, potencializando a produção socialmente construída e as transformações dessa produção nos processos paisagísticos. Aliando a identidade dessas populações e a memória que está visível e impressa na paisagem dos territórios.

Os autores completam que “[...] todo estudo da paisagem coloca, então, a priori, o problema da análise das defasagens no espaço e no tempo entre os principais componentes do processo. Esta situação dinâmica favorece as manifestações de histerese e de inércia.”

(BERTRAND; BERTRAND, 2007, p. 225-226). Histerese significando segundo Ferreira (1975, p. 729), um “Fenômeno que ocorre quando a resposta de um sistema a uma solicitação externa se modifica [...] o que podemos compreender que o tempo influencia diretamente nos processos paisagísticos”, tanto o tempo geológico, que é percebido na observação e nos testemunhos geológicos, como o tempo histórico-social das transformações da sociedade no decorrer do processo histórico que faz com que as paisagens se transformem à medida do seu uso como produto de produção e transformação social e econômica.

A Inércia definida como “[...] falta de ação, de atividade; letargia, torpor [...] resistência que todos os corpos materiais opõem à modificação do seu estado de movimento” (FERREIRA, 1975, p.761). Relaciona-se com os momentos de permanências vividos pelas sociedades no decorrer do tempo.

Neste sentido, a paisagem nos faz entender os processos civilizatórios que compõem uma determinada sociedade, seus momentos de tempos rápidos e também os tempos das permanências, que traduzem em percepções inerentes aos seres humanos responsáveis por essa dinâmica.

Imersa neste contexto de análise sob uma entrada pela paisagem, em um esforço de síntese, Bertrand (2004) definiu paisagem da seguinte forma:

A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, em uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. (BERTRAND, 2004, p.141)

A busca do entendimento dos fenômenos acerca da natureza e sua relação com a sociedade, e vice-versa, encontra na paisagem um marco referencial para desencadear um processo de ordenamento territorial, buscando a valorização das paisagens tradicionais, denominadas também como “paisagem do cotidiano”, que segundo Ferreira (2010, p. 147), são paisagens que não são consideradas de extrema beleza cênica ou importância ambiental, que as incluiriam em possíveis áreas para criação de unidades de conservação, mas “[...] comportam em si os elementos constitutivos dos diversos modos de vida associados à diversidade cultural e ecológica dos territórios, atuando como elementos de referência sócio-espacial”, contextualizando que ao se valorizar a continuidade dessas paisagens garante-se a preservação da identidade e da memória coletiva das populações.

Em 1992 a Organização das Nações Unidas (UNESCO) adotou a categoria “paisagem cultural”, buscando assim a valorização de todas as inter-relações tais como: sociedade e meio ambiente, natural e o cultural. Para que uma paisagem cultural seja incluída na lista do patrimônio mundial, ela deve ser selecionada pelo seu valor universal, pela sua representatividade em termos de uma região geocultural claramente definida e pela sua capacidade de ilustrar elementos culturais distintos dessa região. O conceito de paisagem cultural abarca também as ideias de pertencimento, significado, valor e singularidade do lugar.

Com o objetivo de classificar as paisagens culturais universais, a Convenção para o Patrimônio Mundial-UNESCO organizou as paisagens em categorias para fins de inscrição como patrimônio cultural, descritas a seguir: a) paisagens claramente definidas, que são aquelas desenhadas e criadas intencionalmente, como jardins e parques construídos por razões estéticas; b) paisagens evoluídas organicamente, também chamadas de “essencialmente evolutivas”, que se subdividem em paisagens-relíquia ou fóssil, cujo processo de construção terminou no passado, e paisagens contínuas ou vivas, em que os processos evolutivos ainda estão em curso; c) paisagens culturais associativas, que têm o seu valor determinado de acordo com associações feitas acerca delas, como as associações espirituais de povos tradicionais com determinadas paisagens.

Existe uma distinção entre a abrangência de categorias para as paisagens culturais organizada pela Convenção para o Patrimônio Mundial-UNESCO, e a Convenção Européia da Paisagem, aprovada em 2000, pois a mesma tem abrangência apenas regional (e não internacional) como também por inserir todas as paisagens, inclusive aquelas que não têm valor excepcional. Com o estabelecimento de normas de proteção e gestão de todas as formas de paisagens e promove a participação dos cidadãos nas decisões sobre as políticas relativas às paisagens nas quais vivem.

No caso brasileiro, o artigo 216 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), que diz:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Com base neste artigo, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), por intermédio da Portaria nº 127, de 30 de Abril de 2009, estabeleceu a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, oriunda de uma justificativa de que “os fenômenos contemporâneos de expansão urbana, globalização e massificação das paisagens urbanas e rurais colocam em risco contextos de vida e tradições locais em todo o planeta; e ampliando o texto com a transcrição das disposições gerais, da seguinte maneira:

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
I - DA DEFINIÇÃO

Ar t . 1º Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional , representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.

Parágrafo único - A Paisagem Cultural Brasileira é declarada por chancela instituída pelo IPHAN, mediante procedimento específico.

II - DA FINALIDADE

Ar t . 2º A chancela da Paisagem Cultural Brasileira tem por finalidade atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes, nos termos preconizados na Constituição Federal .

III - DA EFICÁCIA

Ar t . 3º A chancela da Paisagem Cultural Brasileira considera o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica, convive com as transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis e valoriza a motivação responsável pela preservação do patrimônio.

IV - DO PACTO E DA GESTÃO

Ar t . 4º A chancela da Paisagem Cultural Brasileira implica no estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando a gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida.

Ar t . 5º O pacto convencionado para proteção da Paisagem Cultural Brasileira chancelada poderá ser integrado de Plano de Gestão a ser acordado entre as diversas entidades, órgãos e agentes públicos e privados envolvidos, o qual será acompanhado pelo IPHAN.

A institucionalização da chancela pelo poder público, no caso brasileiro sob a responsabilidade do IPHAN, atende à necessidade de ações administrativas de preservação de contextos culturais complexos, que englobam partes do território nacional e que possuam características relevantes da relação sociedade-natureza.

O reconhecimento da importância da singularidade das paisagens culturais é praticado mundialmente, como descrito anteriormente, e com essa institucionalização, o Brasil insere-se entre as nações que propõem essa medida para o seu conjunto territorial, estimulando o aumento da afetividade humana e a qualidade de vida da população por meio da continuidade no imaginário coletivo como meio de manutenção da identidade de um povo.

Contudo, é importante destacar que a chancela significa o estabelecimento de um pacto entre o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, no sentido da gestão

compartilhada das paisagens culturais reconhecidas como tal, e esse reconhecimento, que considera o caráter dinâmico da cultura e do modo de vida da sociedade humana imersas nestas paisagens, estabelece um prazo máximo de dez anos para uma nova avaliação e continuidade da chancela.

Essa discussão da importância da conservação da paisagem cultural brasileira é necessária, devido a rapidez com que as transformações paisagísticas vêm ocorrendo em nosso território. Pode ocorrer o desaparecimento de estratos memoriais do patrimônio cultural que compõem o mosaico histórico da formação do povo brasileiro, e neste palimpsesto¹ paisagístico que envolve questões identitárias, técnicas tradicionais, modos de vida e de viver que se perpetuaram no decorrer do processo de ocupação e transformação do território brasileiro, que neste momento histórico representam nossa herança cultural, base de memória para as futuras gerações e da sustentabilidade ambiental.

Neste sentido, incluindo a interpretação da paisagem no modelo GTP aliada ao movimento de preservação da paisagem cultural, inserindo-se no debate ambiental a questão da qualidade de vida da sociedade que habita um determinado espaço, que possui uma determinada organização territorial e que influencia e é influenciada pela complexidade e diversidade do meio ambiente, compondo assim uma “[...] ciência de gestão territorial do meio ambiente.”

Ao compreender os processos do geossistema, aliado ao território e a paisagem, em um movimento reflexivo de interligações cognitivas sobre o objeto Chapada das Mesas, é possível desenhar uma proposição para o uso deste território, seguindo os princípios que regem no momento atual a União Européia (UE), com base na Convenção da Paisagem da Europa (2000), principalmente sob a égide do respeito às especificidades regionais, a territorialidade dos habitantes e o direito de escolha para a maioria dessa população, porém com a responsabilidade perante a sustentabilidade protegendo valores e recursos perenes, sejam eles naturais ou culturais.

¹Palimpsesto; *s.m.*, do grego (palín, de novo + psáo, raspar). Pergaminho que era raspado para ser reutilizado. Com modernas técnicas químicas e físicas é possível decifrar a escrita que foi raspada e que se encontra sob a escrita atual. Neste texto utilizado como fruto das transformações paisagísticas que ocorrem no decorrer do tempo histórico. Disponível em <http://www.dicionario.pro.br>. Acesso em: 01 de set de 2011.

1.1- A análise dos dados segundo a pesquisa quanti-qualitativa

Os dados levantados seguiram uma linha da pesquisa quanti-qualitativa, buscando-se uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. O conhecimento não é separado em partes, está em constante movimento.

Quando nos referimos à pesquisa qualitativa, nos remetemos a uma definição de Minayo et al. (1994, p. 21-22), que escreveu:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A pesquisa qualitativa “[...] traz um aprofundamento no mundo dos significados das ações e relações humanas.”(MINAYO et al., 1994, p.22). Assim, procurou-se desenvolver ações e analisá-las dentro desta perspectiva.

Hoje, a questão do homem enquanto ator social ganha corpo e faz emergirem, com toda a sua força, as ciências sociais se preocupam com os significados. Trata-se de uma ênfase própria de nosso tempo em que se fortifica a introspecção do homem, a observação de si mesmo e se ressaltam questões antes passadas despercebidas. Isso não nos leva a menosprezar o método quantitativo, mas a colocá-lo como um dos elementos da compreensão no todo. Conduz-nos também a enfatizar as correntes de pensamento que assumem como a essência da sociedade o fato do homem ser o ator de sua própria existência. (MINAYO et al., 1994, p. 33).

Em conjunto com a perspectiva baseada no modelo GTP, que deve orientar a visão do pesquisador, este deve assumir, ainda, uma postura consciente de seu papel dentro do processo da pesquisa qualitativa, despojando-se de preconceitos, assumindo uma atitude aberta a todas as manifestações que observa, não devendo se adiantar em fazer conclusões apressadas sobre as aparências imediatas, devendo procurar “[...] captar o universo das percepções, das emoções e das interpretações dos informantes em seu contexto” (CHIZZOTTI, 1995, p. 82).

Em contrapartida, os pesquisados são reconhecidos como sujeitos que elaboram conhecimentos e “[...] produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que

identificam [...] cria-se uma relação dinâmica entre o pesquisador e o pesquisado que não será desfeita em nenhuma etapa da pesquisa” (CHIZZOTTI, 1995, p. 83).

Para aprofundar as análises, realizou-se uma discussão sobre a percepção ambiental dos sujeitos entrevistados buscando-se identificar as representações sociais que carregam consigo e que conduzem as ações cotidianas inerentes aos seres humanos de nossa sociedade.

Tuan escreve em *Topofilia*, que designa o conjunto dos laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente é designado pela associação do sentimento ao lugar. Ela é “[...] enriquecida através da realidade do meio ambiente quando este se combina com o amor religioso ou com curiosidade científica” (TUAN, 1980, p. 107-143). Ele mostra que a imagem em *Topofilia* é derivada da realidade circundante, portanto mutantes com a presença de novos contextos, “[...] à medida que as pessoas adquirem novos interesses e poder” (TUAN, 1980, p.137).

O cérebro humano cria espaços abstratos que se materializam em sentimentos, imagens e pensamentos, o resultado é o espaço “escultural e arquitetural” e estes refletem a qualidade dos sentidos e da mentalidade. Tuan (1980) escreve que os objetos e os lugares podem atrair ou repelir em diferentes intensidades, pois são núcleos de valor e atingem uma realidade concreta “[...] quando nossa experiência com ele (espaço) é total, isto é, através de todos os sentidos”.

Deleuze e Guattari (1992, p. 273) ampliam essa discussão acerca do cérebro e suas diversas potencialidades, teorizando sobre o cérebro da Terra, criando espaços para o debate sobre as diversas sensações que estão em toda parte, mesmo nos organismos não cerebrados, inorgânicos. Segundo os autores:

Nem todo organismo é cerebrado, e nem toda vida é orgânica, mas há em toda a parte forças que constituem microcérebros, ou uma vida inorgânica das coisas. Se não é indispensável fazer a esplêndida hipótese de um sistema nervoso da Terra, como Fechner ou Conan Doyle, e porque a força de contrair ou de conservar, isto é, de sentir, só se apresenta como um cérebro global em relação a tais elementos diretamente contraídos e a tal modo de contração, que diferem segundo os domínios e constituem precisamente variedades irreduzíveis. Mas, no final das contas, são os mesmos elementos últimos e a mesma força de reserva que constituem um só plano de composição, suportando as variedades do Universo. O vitalismo teve sempre duas interpretações possíveis: a de uma idéia que age, mas que não é, que age, portanto, somente do ponto de vista de um conhecimento cerebral exterior (de Kant a Claude Bernard); ou a de uma força que é, mas que não age, que é portanto um puro sentir interno (de Leibniz a Ruyer). Se a segunda interpretação parece impor-se, e porque a contração que conserva está sempre desligada da relação a ação ou mesmo ao movimento, e se apresenta como uma pura contemplação sem conhecimento.

Essas discussões potencializam a influência que o ambiente tem em relação aos seres humanos, relacionando com o grau de ligação a determinados lugares e conexões do exterior para o interior das sociedades humanas, que também recebem influência dos outros componentes do meio ambiente, inclusive dos organismos de origem inorgânica, criando condições para a compreensão das diferenciações entre os lugares e entre as sociedades humanas.

Verificamos isso mesmo no domínio cerebral por excelência da aprendizagem ou da formação de hábitos: embora tudo pareça passar-se em conexões e integrações progressivas ativas, de uma tentativa a outra, é preciso, como mostrava Hume, que as tentativas ou os casos, as ocorrências, se contraiam numa "imaginação" contemplante, enquanto permanecem distintos, tanto com relação às ações, quanto com relação ao conhecimento; e, mesmo quando se é um rato, por contemplação que se "contrai" um hábito. É preciso ainda descobrir, sob o ruído das ações, essas sensações criadoras interiores ou essas contemplações silenciosas, que testemunham a favor de um cérebro. (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 273).

Um lugar pode existir sem que necessariamente esteja em um espaço, graças à expressão simbólica e conceitual que emerge das experiências diretas e íntimas. Tuan discorre sobre a dificuldade de interpretar a expressão das experiências de foro íntimo:

Na medida que estes gestos podem ser observados, eles são públicos. São, entretanto, efêmeros e seus significados estão longe de uma interpretação verdadeira, que não podem proporcionar a base para o planejamento em grupo ou ação. Carecem de firmeza e objetividade de palavras e imagens. (TUAN, 1980, p. 152).

À medida que o autor comenta sobre a “[...] permanência do lugar no íntimo”, sugere que o significado perde-se quando as pessoas certas não estão presentes, mostrando que a percepção de existência de “[...] lugar dá-se na presença das pessoas portadoras desse significado”. E para ampliar a análise, escreve que “[...] a troca íntima entre pessoas acontece em lugares em que as pessoas estabelecem contatos transitórios e pessoais” (TUAN, 1980, p. 155-157).

Essa troca, quando realizada, mostra-se verdadeira e pode ser explicitada e percebida, quando discute as atitudes ambientais, Tuan (1980, p. 34) escreve que a representação que a sociedade tem do espaço pode ser observada por meio de suas manifestações culturais, nos discursos, nos mitos, entre outras, já que estão centrados no *self*, que denotam o traço humano

universal, o egocentrismo e o etnocentrismo, ao passo que caso se afaste dele haverá uma diminuição de valor. Destaca que, ao se distanciar do indivíduo, não se apreende a manifestação do *self*. O autor argumenta sobre onde e como realizar uma pesquisa sobre as representações? A resposta vem com a psicologia, que sugere: “As pessoas costumam ficar mais à vontade em seu próprio território” (DIMITRIUS; MAZZARELLA, 2000 p. 144).

Minayo (2000, p. 43-45) ao referir-se as representações sociais, diferencia as categorias do senso comum como sendo “[...] conceitos usados pelos membros da sociedade para explicar e descrever o mundo onde vivem” ao passo que a ciência se conecta aos fatos sociais de forma objetiva, baseada na pesquisa empírica sobre fatos sociais, não nos indivíduos. Essa lembrança da autora é encontrada em Durkheim, quando escreve sobre o papel do pesquisador, que deve separar “[...] entre as representações dos fatos dadas pelas ideias que fazemos deles, da coisa real— que é a ciência empírica (MINAYO, 2000, p. 44). Separar o quê é realmente o fato concreto do que imagina-se que seja o mesmo, que pode receber influências do que o pesquisador já possui de construção pré-concebida do objeto a ser estudado.

As representações “[...] são fenômenos complexos que extrapolam categorias puramente lógicas e invariantes, organizando-se como um saber acerca do real que se estrutura nas relações do homem com este mesmo real” (MADEIRA, 1991, p. 129).

Spink apresenta-nos que essa nova abordagem não é um olhar sobre a fração do social manifestada pelo indivíduo, nem tomar isso como contraponto ao olhar macro das representações coletivas dos positivistas, trata-se de analisar a complexidade do fenômeno, decorrente

[...]da desconstrução, no nível teórico, da falsa dicotomia entre individual e coletivo e do pressuposto daí decorrente de que não basta apenas enfocar o fenômeno no nível intra-individual (como o sujeito processa a informação) ou social (as ideologias, mitos e crenças que circulam em uma determinada sociedade). É necessário entender, sempre, como o pensamento individual se enraíza no social (remetendo, portanto, às condições de sua produção) e como um e outro se modificam mutuamente. (SPINK, 1995, p. 89).

A multidisciplinaridade que as representações sociais conquistaram, passados mais de 40 anos de sua introdução na psicologia social e na sociologia, depois de serem levantadas por Moscovici, na década de 1960-70, quando publica o livro *La psychanalyse, son image, et son public*, que trata da representação social do parisiense (SPINK, 1995, p. 85-86).

Para buscar resposta na especificidade do indivíduo ante a coletividade, é inevitável a vinculação à esfera cognitiva, “[...] mas o conhecimento nessa perspectiva, jamais poderia ser entendido apenas no nível individual (SPINK, 1995, p. 93).” Ela ressalta que sendo um produto da sociedade o conhecimento tem, obrigatoriamente que remeter às condições sociais que o engendram, devendo ser analisado ante o contexto social que emerge. Para ela quando o estudo das representações sociais se depara com situações complexas ela aproxima-se da etnografia ou da pesquisa participante em antropologia (SPINK, 1995, p. 94-99), e que “[...] demandam tempo e uma forma específica de inserção na situação da pesquisa”.

O estudo das representações sociais, como fundamental para a pesquisa nessa área do conhecimento, ainda recebe críticas, principalmente, pautadas na falta de rigor das abordagens metodológicas adotadas pelos pesquisadores. Sobre essa questão, Spink (1995, p. 87-88) ressalta que em verdade alicerçam-se no paradigma dominante da ciência acostuada ao rigor metodológico que pode ser usado na “[...] falsificação das hipóteses”.

Morin (2001, p. 26-27) ao comentar sobre esse assunto, aborda que o paradigma “[...] desempenha um papel ao mesmo tempo subterrâneo e soberano em qualquer teoria, doutrina ou ideologia.” Ele é inconsciente, mas perpassa o consciente, ele pode “[...] ao mesmo tempo elucidar e cegar, revelar e ocultar”.

A metodologia de análise das representações sociais precisa estar vinculada a uma pesquisa qualitativa, como comentou Spink (1995, p. 103-104), devido ao comprometimento com situações complexas e que precisam ser analisadas em suas condições de produção. Para ele essa pesquisa depende “[...] essencialmente da observação de pessoas em seus próprios territórios e da interação com essas pessoas através de sua própria linguagem e em seus termos”.

Spink (1995, p. 89) completa que, para analisar a complexidade do fenômeno, é necessário um olhar mais abrangente

[...] da desconstrução, em nível teórico, da falsa dicotomia entre individual e coletivo e do pressuposto daí decorrente de que não basta apenas focar o fenômeno em nível intra-individual (como o sujeito processa a informação) ou social (as ideologias, mitos e crenças que circulam em uma determinada sociedade). É necessário entender, sempre, como o pensamento individual se enraíza no social (remetendo, portanto, às condições de sua produção) e como um e outro se modificam mutuamente.

Para ampliar as análises utilizou-se das percepções ambientais que os sujeitos envolvidos com a área em estudo possuem, seguindo a abordagem de Tuan (1980, p.4) que nos afirma que a

Percepção consiste tanto na resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura.

A análise da percepção dos sujeitos envolvidos com a pesquisa nos permite perceber o valor que os mesmos referenciam ao meio ambiente em que vivem e os problemas que eles percebem que existem no mundo que os cercam.

Oliveira (1999) reforça a importância da percepção e da cognição aliadas a representação, onde os estudos qualitativos têm destaque para se obter um maior conhecimento sobre a percepção dos sujeitos envolvidos com a pesquisa.

Portanto, neste trabalho de investigação considerou-se as diversas formas de apreensão da realidade vivida pelos sujeitos em questão, com base nestes referenciais teóricos, com um tratamento mais aprofundado dos dados coletados, para ir além do aparente, tentar compreender o contexto coletivo produzido pelos sujeitos entrevistados.

Para a execução da coleta de dados, muniu-se de dados quantitativos quando foram realizadas pesquisas documentais em instituições governamentais e não governamentais, e qualitativos por meio das atividades de campo com o uso da observação participante, entrevistas abertas, diário de campo, arquivo fotográfico, as quais serão descritas a seguir.

A observação, segundo Laville; Dionne (1999, p. 176), orienta nossos deslocamentos, ajudando na emissão de valores sobre o que nos cerca.

A observação como técnica de pesquisa não é contemplação beata e passiva; não é também um simples olhar atento. É essencialmente um olhar ativo sustentado por uma questão e por uma hipótese [...] Esse suporte da hipótese por vezes tomará a forma concreta de uma grade de observação: vê-se então explicitamente intervirem os indicadores que orientam o olhar e organizam, em graus diversos, as observações coletadas.

Nesta técnica de coleta de dados para a pesquisa, muniu-se de várias anotações, que foram registradas em um diário de campo, onde o pesquisador fala de sua vivência no curso

da investigação e mediante a observação participante e escreve os resultados sobre os sujeitos da pesquisa.

A observação participante ocorreu durante o processo da realização da pesquisa, principalmente na ocasião da realização do II Encontro de Monitores Ambientais organizada pela autora em conjunto com a equipe da UEMA (Universidade Estadual do Maranhão) e Associação dos Monitores Ambientais da Chapada das Mesas, no município de Carolina, em dezembro de 2009, onde houve uma maior integração entre a pesquisadora e o grupo em questão, que possibilitou uma maior compreensão do cotidiano e das relações sociais que permeiam o cotidiano dos sujeitos envolvidos com a pesquisa.

A observação também é fundamental para o entendimento de algumas respostas que os sujeitos produzem no decorrer do processo das atividades, pois ela nos mostra os caminhos que os levaram a determinadas atitudes e comportamentos.

Atrás da tarefa de observar, existe a tarefa de procurar, notar, perceber. As observações podem focalizar um acontecimento. Observar é uma forma de descobrir informação. [...] Aprendemos a ver e a notar o que não tínhamos percebido antes. Desenvolvemos discriminações. Nossas observações devem ser orientadas por objetivos. (TELLES et al., 2002, p. 49).

A entrevista aberta consiste em um roteiro pré-estabelecido de perguntas, porém permite uma flexibilidade durante o momento da entrevista, que deverá ser feito ao vivo e se possível, com o auxílio de um gravador.

Em compensação, sua flexibilidade possibilita um contato mais íntimo entre o entrevistador e o entrevistado, favorecendo assim a exploração em profundidade de seus saberes, bem como de suas representações, de suas crenças e valores. (TELLES et al., 2002, p. 189).

É importante acrescentar que, neste tipo de entrevista, o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento sobre um determinado assunto, o que pode levar a um aprofundamento temático dos dados levantados durante o processo de pesquisa. Ocorrendo uma confluência de conhecimentos entre o entrevistado e o entrevistador, resultará em uma ampliação coletiva de saberes sobre o lugar.

As entrevistas ocorreram em diversos momentos, como já relatado, e se dividiram de acordo com os sujeitos da pesquisa. Todas as entrevistas ocorreram em locais escolhidos pelos entrevistados, com data e horários marcados.

A moradora do parque foi entrevistada em sua própria casa que fica no interior da UC.

Foi um processo bastante lento, e a medida que as entrevistas foram transcritas começou-se a perceber o grau de importância que cada uma tinha para responder as questões geradoras desta pesquisa. Neste sentido, foi muito interessante que elas tenham ocorrido em tempos diferentes pois possibilitou a inserção de alguns questionamentos que ajudaram a confirmar as hipóteses iniciais, que de antemão não constavam no roteiro de entrevista.

Após a fase de tratamento geral dos dados coletados, os mesmos foram agrupados em categorias de acordo com os resultados obtidos com o uso da análise de conteúdo, leia-se: “[...] análise de conteúdo não é, contudo, um método rígido, no sentido de uma receita com etapas bem circunscritas que basta transpor em uma ordem determinada para ver surgirem belas conclusões” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 214).

A análise do conteúdo consiste em recortar as palavras e frases que compõem o texto, “[...] procurar-lhes um sentido, captar-lhes as intenções, comparar, avaliar, descartar o acessório, reconhecer o essencial e selecioná-lo em torno das ideias principais” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 214).

As categorias foram obtidas obedecendo-se ao que sugere Bardin (1997, p. 36) as regras, mas que, ele mesmo frisa, serão raramente seguidas:

- homogêneas, quando não se misturam;
- exaustivas, quando se esgota a totalidade do texto;
- exclusivas, não classificação de um elemento em categorias diferentes;
- objetivas, codificadores diferentes devem chegar a resultados iguais;
- pertinentes, adaptadas ao conteúdo e objetivo.

A intenção da análise de conteúdo é inferir conhecimentos à situação analisada recorrendo a indicadores que são descobertos nos vestígios suscitados no texto. O pesquisador infere, por dedução lógica, conhecimentos sobre o entrevistado ou sobre a sua representação social. O que se tenta caracterizar são as condições de produção, não o texto propriamente; desta forma, a fundamentação da análise está na superfície dos textos e nos fatores que determinam suas características. Ela proporciona “[...] compreender o sentido da comunicação (como se fosse o receptor normal), mas também, e principalmente, ‘desviar’ o olhar para uma outra significação, uma outra mensagem entrevista através ou ao lado da mensagem primeira”(BARDIN, 1997, p. 41).

Monteiro (1978, p. 273) descreve a importância de se considerar nas análises a percepção, seja ela individual ou em grupo, “[...] dentro do contexto social, para que a

comunicação científica entre em sintonia com a percepção política, já que é nesse nível que são tomadas as decisões.”

Em concordância com os referenciais teóricos citados no contexto desta pesquisa empreendida, foi relevante, ao fazer o tratamento dos dados coletados durante os trabalhos de campo, levar em consideração a análise da percepção e das representações sociais dos sujeitos entrevistados, ampliando, assim, os saberes oriundos da mesma.

1.2. Os sujeitos da pesquisa

Os sujeitos desta pesquisa foram escolhidos pela sua ligação com o objeto de estudo, o Parque Nacional da Chapada das Mesas (PNCM), desde o seu processo de criação e principalmente na fase inicial de sua implementação. Eles foram agrupados seguindo o nível de ligação com o processo em questão.

Os monitores ambientais locais são sujeitos integrantes da comunidade carolinense. Constituem um grupo organizado após um curso, que foi realizado no primeiro ano de implementação da UC. Eles participaram de uma seleção para que pudessem ser alunos do curso de formação, que priorizou uma ligação efetiva com a conservação ambiental e conhecimentos a cerca das potencialidades regionais sob o ponto de vista cultural.

Após a conclusão do curso, eles formaram uma associação de monitores ambientais da Chapada das Mesas e continuaram a participar de ações conjuntas como apoio à gestão do PNCM. São parceiros efetivos da implantação e conservação da unidade, pois acompanham os turistas aos pontos de maior relevância e ajudam a manter e conservar o meio ambiente do local, além disso, alguns deles possuem uma capilaridade entre as comunidades que estão localizadas nas áreas do entorno da unidade, pois já desempenhavam atividades com a população agroextrativista, ouvindo as suas colocações acerca da implantação do PNCM e divulgando as ações já realizadas pelo órgão gestor da mesma.

Foram escolhidos cinco integrantes deste grupo, num total de 45 participantes, pela relevância de cada um perante os acontecimentos oriundos do processo de implantação da unidade, de acordo com a vivência anterior que a pesquisadora tinha no meio deste grupo.

O monitor ambiental I foi um dos fundadores da associação depois da realização do curso e esteve sempre envolvido com as discussões sobre as diversas possibilidades de melhorias que poderiam advir da efetivação do parque na região da Chapada das Mesas.

O monitor ambiental II também participou ativamente do processo de formação da associação e possui uma grande rede de conhecidos no município de Carolina.

O monitor ambiental III desenvolveu atividades diretamente ligadas ao processo de implantação da UC como integrante da brigada de proteção contra incêndios, além de trabalhar no período da pesquisa em um empreendimento ligado ao setor de hotelaria no município de Carolina.

O monitor ambiental IV desenvolve a atividade do artesanato e possui contatos com diversas pessoas que moram no interior do parque pois sua família habita na área do entorno da mesma.

O monitor ambiental V tem um grande envolvimento com a comunidade extrativista do município e representa um elo de contato com essa camada da população rural de Carolina.

O professor municipal participou da formação dos monitores ambientais ministrando aulas sobre a história do município de Carolina. É um morador tradicional da cidade de Carolina, participante ativo das discussões do processo de implantação da UC, demonstrou que tem preocupação com a demora para a efetivação da unidade e o descaso do governo no caso do PNCM.

O empresário local representa um grupo de investidores locais. Anteriormente ao início da pesquisa havia demonstrado restrições em relação à política ambiental desenvolvida pelo IBAMA, inclusive já tendo sido autuado por atividades de danos ao meio ambiente em seus diversos empreendimentos na região. Em relação ao PNCM colaborou com o curso de formação de monitores ambientais e em um primeiro momento não considerava que o parque seria bom para a região, e em um segundo momento, iniciou grandes empreendimentos imobiliários relacionados ao turismo na área de amortecimento do mesmo.

O ambientalista regional foi uma das pessoas que impulsionou desde o começo a criação da unidade, um dos fundadores do movimento SOS rio Farinha. Participou ativamente no processo de criação do PNCM e possui ligações com a comunidade moradora do entorno e que tem participado das ações de proteção da unidade.

Os analistas ambientais são servidores do IBAMA no início da gestão e posteriormente passaram para o quadro do ICMBio, técnicos executivos das atividades de implantação da UC e implementadores das ações realizadas na primeira fase da gestão, de 2006 a 2009.

A moradora do parque representa uma voz dessa camada da população, que traz um pouco sobre a percepção dos moradores do interior da unidade de conservação, ampliando as diferentes concepções sobre o processo de implementação da unidade de conservação.

As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro norteador previamente estabelecido dividido de acordo com cada sujeito a ser entrevistado demonstrado no Apêndice A. Foram realizadas em três momentos: maio 2008; novembro de 2009; maio de 2010.

A escolha dos entrevistados foi feita pelo fato de terem, de algum modo, participado do processo de criação e da fase inicial de implementação do Parque Nacional da Chapada das Mesas como descrito anteriormente.

1.3. Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Sujeitos da pesquisa	Ocupação e ligação ao processo de implantação da Unidade de Conservação
Monitor ambiental I	Representante da Associação dos monitores; participante do curso formação de monitores ambientais em 2006 e atividades correlatas.
Monitor ambiental II -	Representante da Associação dos monitores; participante do curso formação de monitores ambientais em 2006 e atividades correlatas.
Monitor ambiental III -	Ex-brigadista; funcionário de pousada e participante do Curso Formação de monitores ambientais em 2006 e atividades correlatas.
Monitor ambiental IV -	Artesão; participante do Curso Formação de monitores ambientais em 2006 e atividades correlatas.
Monitor ambiental V -	Representante da Associação dos Agro-extrativistas; participante do Curso Formação de monitores ambientais em 2006 e atividades correlatas.
Professor do município	Professor municipal; instrutor do Curso de Formação de monitores ambientais em 2006; personalidade muito conhecida no cotidiano da cidade de Carolina;
Empresário local	Empreendedor em várias modalidades na região ; investidor na área do turismo; apoiou ao curso de formação de monitores ambientais em 2006 e atividades correlatas.
Ambientalista regional	Ambientalista; um dos fundadores da associação ambientalista SOS rio Farinha, participante direto do processo de criação da UC.
Analista ambiental ICMBio/ IBAMA I	Servidora público federal, participante direta do processo de criação da UC.
Analista ambiental ICMBio/ IBAMA II	Servidor público federal, responsável pela UC durante a fase inicial de implementação no período de 2005 a 2009.
Analista ambiental ICMBio/IBAMA III	Servidora pública federal, responsável pela UC, junto a gerencia executiva estadual, na fase inicial de implementação – 2005/2007
Moradora do parque	Sertaneja que mora no interior da unidade de conservação

Quadro 1 – Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Fonte - MARQUES, 2010, Org.

2. CONTEXTO GEOGRÁFICO DO SUL MARANHENSE COM DESTAQUE PARA O PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DAS MESAS

*A cachoeira da prata
Com suas águas cristalinas
Reflete o mundo inteiro
Uma perfeição Divina
Desvendando os segredos
Do sertão de Carolina.*

*E o caminho a escrutar
O tamanho chapadão
As belas serras te mostram
As belezas do sertão
Um relicário adormecido
Neste sul do Maranhão.*

ODISSÉIA TURÍSTICA, Joaquim Falcão, 2009

2.1. O potencial ecológico da Chapada das Mesas

Inicia-se a abordagem da paisagem do cerrado sul maranhense, na região da Chapada das Mesas, com destaque para uma unidade de conservação recentemente criada pelo governo brasileiro denominado Parque Nacional da Chapada das Mesas. Tal abordagem geográfica considera a compreensão da paisagem, tanto do ponto de vista físico, como do humano, e envolve questões que apóiam uma análise mais ampla desse contexto.

A paisagem da região da Chapada das Mesas é muito singular e envolve áreas de tabuleiros que se têm transformado, no decorrer de milhões de anos, como pode ser percebido a olhos nus quando vislumbramos uma imensidão de areias sendo levadas pelo vento e erodindo muito devagar. Como herança visível, temos os morros testemunhos desse tempo geológico, cujo resultado pode ser observado na Figura 2.

Esse sentir a paisagem também é possível, não somente com o olhar, mas sim com o olfato, sentindo o cheiro das flores que inundam o ar com os aromas dos mais variados, tateando as cascas grossas das árvores sinuosas que mais parecem uma composição harmônica espalhadas pelos campos de gramíneas.



Figura 2 – Morro Testemunho, na serra do Bacuri, como muitos outros que existem no interior do PNCM, ainda não possui uma denominação para ele, referencia-se pelas serras, que na linguagem do lugar significa uma ligação com algum curso d’água, como no caso, o ribeirão do Bacuri.
Fonte – MARQUES, 2009.

Uma paisagem única que pode ser apreendida de diversas maneiras e também pelo mais variado dos públicos que a podem visitar e apreciar. Cada ser humano possui uma forma de percepção que se liga com o que está fora de seu corpo e o atinge de alguma forma.

A paisagem percebida, interpretada e valorada como um centro de significâncias relacionadas às expansões e retrações, “*inevitavelmente nos seduz, e seducere, no latim, é desviar do caminho...*” (Antonio Sérgio Bueno, 1989, correspondência da autora). Ao seduzir-nos, propicia a geração e a confluência de novas formas de ressignificação, e, portanto, de valorarmos objetiva e subjetivamente os aspectos, legados, elementos componentes do meio ambiente e, especificamente, seus níveis, multiplicidades e dimensionamentos estruturais, imagéticos, espaciais e temporais, consideradas as mudanças culturais, pois “não há experiência ambiental que não seja, em algum sentido e em algum grau, uma experiência de paisagem”. (RELPH, 1979, p. 13).

Nestas misturas de formas de sentir, é pela paisagem que nos diferenciamos, mas somos únicos, como também é a Chapada das Mesas, região localizada ao sul do estado do Maranhão e que proporciona essa ligação sensorial com o meio ambiente em um primeiro momento, via percepção paisagística.

Uma reflexão sobre o conceito de paisagem remete-nos a discussão sobre o *olhar geográfico* e sobre a formação das bases constitutivas da cognição, assim como a construção do/no imaginário coletivo da paisagem enquanto elemento de articulação do processo de *pertencimento* do ator social à um determinado lugar. Assim, a paisagem emerge na análise geográfica carregada de simbolismo, sendo responsável pela constituição do imaginário social que atua na condução da ação dos atores sociais, ao mesmo tempo em que mediatiza a representação do território por estes mesmos atores. Neste sentido, a paisagem como categoria social é construída pelo imaginário coletivo, historicamente determinado, que lhe atribui uma determinada função social. (VITTE, 2007, p. 71).

Esse imaginário coletivo, que foi historicamente construído na região, é notadamente perceptível à medida que nosso olhar se apóia nas bases paisagísticas e percebemos a singularidade dessa região, que nos transmite uma forte identidade em suas diversas características ali postas.

2.2. Contexto geográfico da região da Chapada das Mesas com destaque para o Parque Nacional da Chapada das Mesas

Com base nessas concepções de paisagem, remetemo-nos à região da Chapada das Mesas, que está inserida no bioma cerrado e se caracteriza por uma grande biodiversidade. Localiza-se na bacia do rio Tocantins em seu médio curso no sul do Estado do Maranhão, e que tem potencial para abrigar altos níveis de riqueza e abundância de espécies da flora e fauna. O Parque Nacional da Chapada das Mesas situa-se nos municípios de Estreito, Carolina e Riachão, em sua porção oeste, faz paralelo à rodovia BR 230, que liga as sedes municipais de Estreito e Carolina com uma distância média variável em alguns pontos entre 2 a 5 km, estando em determinados pontos compondo a zona de amortecimento do PNCM, (Figura 3).

Em sua porção sul, à margem esquerda da rodovia BR 230, mais afastada, e um pouco mais perto ao leste, que compõe uma divisão da área contígua da unidade, dividindo em dois o espaço territorial. E por fim, ao norte, segue em muitos trechos o desenho do rio Farinha.

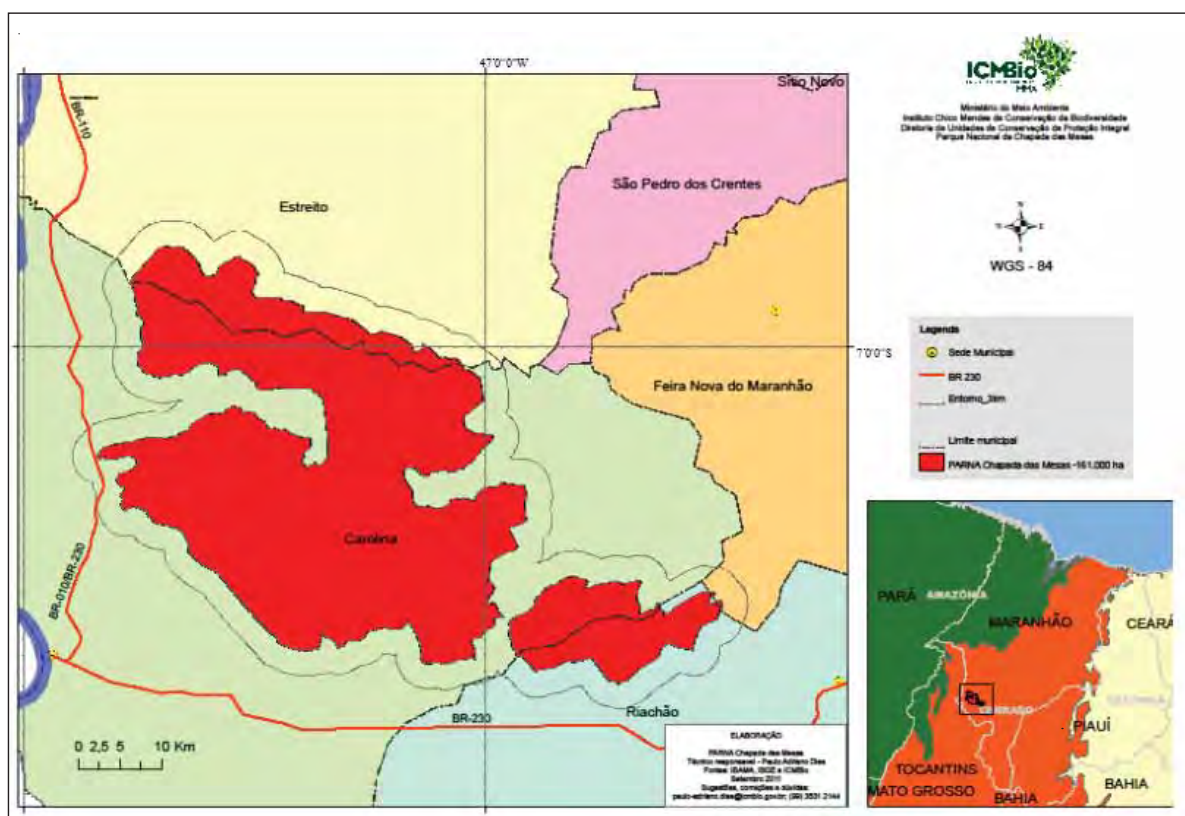


Figura 3 – Localização Regional do Parque Nacional da Chapada das Mesas
Fonte – Arquivo ICMBio, DIAS, 2011.

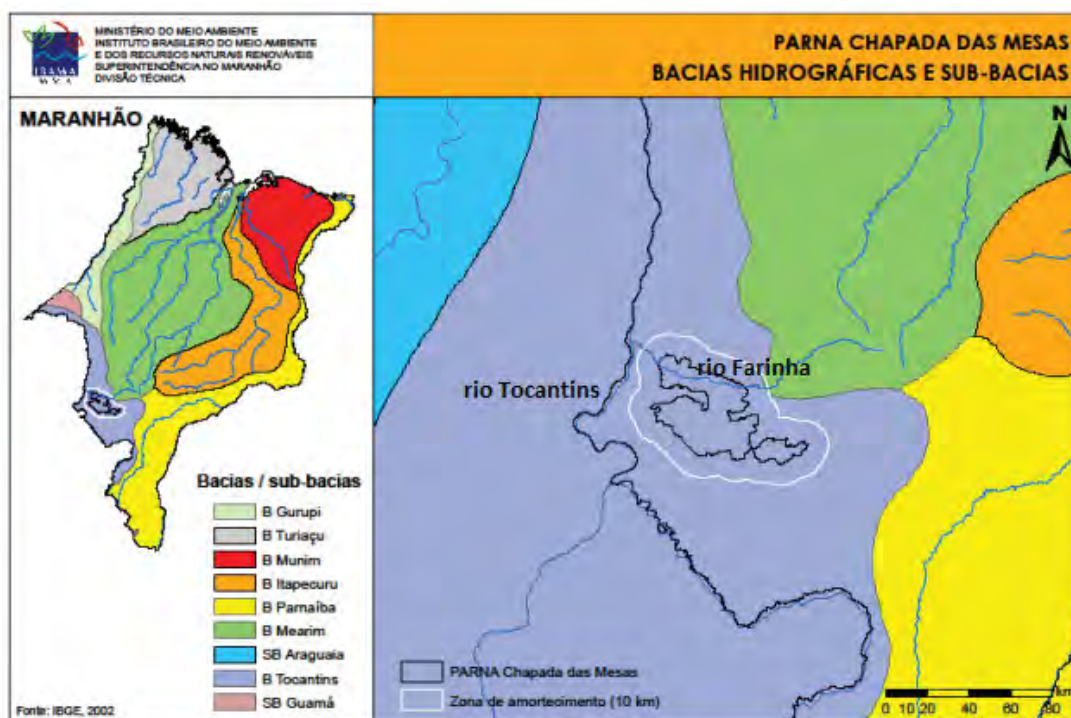


Figura 4 – Parque Nacional da Chapada das Mesas: bacias hidrográficas e sub-bacias, com destaque para o rio Farinha, que possui duas cachoeiras muito exuberantes, que foi um dos motivos para a criação desta unidade de conservação, que é afluente do rio Tocantins, muito importante para a história da região, e que atualmente, por intermédio da construção da UHE Estreito, está provocando inúmeras transformações ambientais e fluxos populacionais em sua área de abrangência, na qual inclui o PNCM.

Fonte – IBAMA-MA, 2006.

No interior do PNCM, existem inúmeras nascentes de cursos d'água, que abastecem três importantes bacias hidrográficas, a do Parnaíba, Araguaia/Tocantins e do São Francisco (Figura 4). O rio Farinha é um afluente da margem esquerda do rio Tocantins, que tem uma importância muito grande para toda a região central do país.

A inserção do Parque Nacional da Chapada das Mesas em meio a esse grande potencial hídrico, que é a bacia do rio Tocantins, considerado um importante atributo natural favoreceu a intenção de iniciar os estudos da criação e implementação desta unidade de conservação, visando a proteção das cachoeiras do Prata (Figura 5) e São Romão, ambas localizadas no rio Farinha, ao norte do PNCM.



Figura 5 – Vista aérea da cachoeira do Prata, no rio Farinha, afluente do rio Tocantins. Esta é uma das áreas do PNCM que recebe mais visitantes, apesar das dificuldades de acesso, cerca de três horas de carro traçado, por estradas de areia e com diversos graus de dificuldade; necessita de alteração do local da pequena infraestrutura que existe no local para o recebimento dos turistas, devido a mesma se localizar em APP do rio Farinha. A área está sob o controle do proprietário, que tem conseguido prestar os serviços básicos de apoio aos grupos que frequentam o local.

Fonte – Arquivo IBAMA, 2007.

Além do volume e da existência de inúmeros cursos d'água, esta área possui uma característica muito importante que é a cor e a apresentação da água, que corre em areias ora

vermelhas, ora mais brancas, em tonalidades que variam do vermelho escuro para o amarelo alaranjado até serem quase brancas e transparentes como as águas que descem sobre elas. Apresenta um conjunto de afloramentos aquíferos muito apreciados pela sua qualidade e também pela sua temperatura.

Nas últimas décadas ocorreram mudanças nos aspectos paisagísticos dessa região, com o avanço das fronteiras agrícolas para a monocultura da soja voltada para a exportação. O que inicialmente poderia parecer uma atividade lucrativa para alguns, tem levado a exploração irracional e a destruição do bioma cerrado. As monoculturas hoje são, ao lado das atividades industriais que usam produtos de origem extrativista, uma das principais responsáveis pelo desmatamento. A paisagem do cerrado tem sido modificada de forma rápida pelas atividades antrópicas (IBAMA, 2006), correndo o risco da extinção de espécies da fauna e da flora endêmicas.

A maior parte do PNCM se encontra sob a origem sedimentar, com a presença predominante de arenitos, com algumas manchas de origem vulcânica, principalmente em sua parte oeste (Figura 6). Está assentada sobre a área da Província Parnaíba, limitada ao norte pelo Arco Ferrer, Arco São Vicente Ferrer–Urbano Santos–Guamá; a leste pela Falha de Tauá; a sudeste pelo Lineamento Senador Pompeu; a oeste pelo Lineamento Tocantins–Araguaia; e, a noroeste, pelo Arco Tocantins.

A Província Parnaíba consiste de quatro sítios deposicionais separados por discordâncias, que coincidem com as que limitam as supersequências em que Góes e Feijó (1994) dividiram as rochas sedimentares da Bacia do Parnaíba: Bacia do Parnaíba propriamente dita, Bacia das Alpercatas, Bacia do Grajaú e Bacia do Espigão-Mestre (Góes, 1995): a primeira é do tipo IF/IS (Fratura Interior/Depressão Interior), a segunda do tipo IF (Fratura Interior), a terceira do tipo MS (Depressão Marginal) e a quarta do tipo IS (Depressão Interior). (SILVA et al., 2003, p.68).

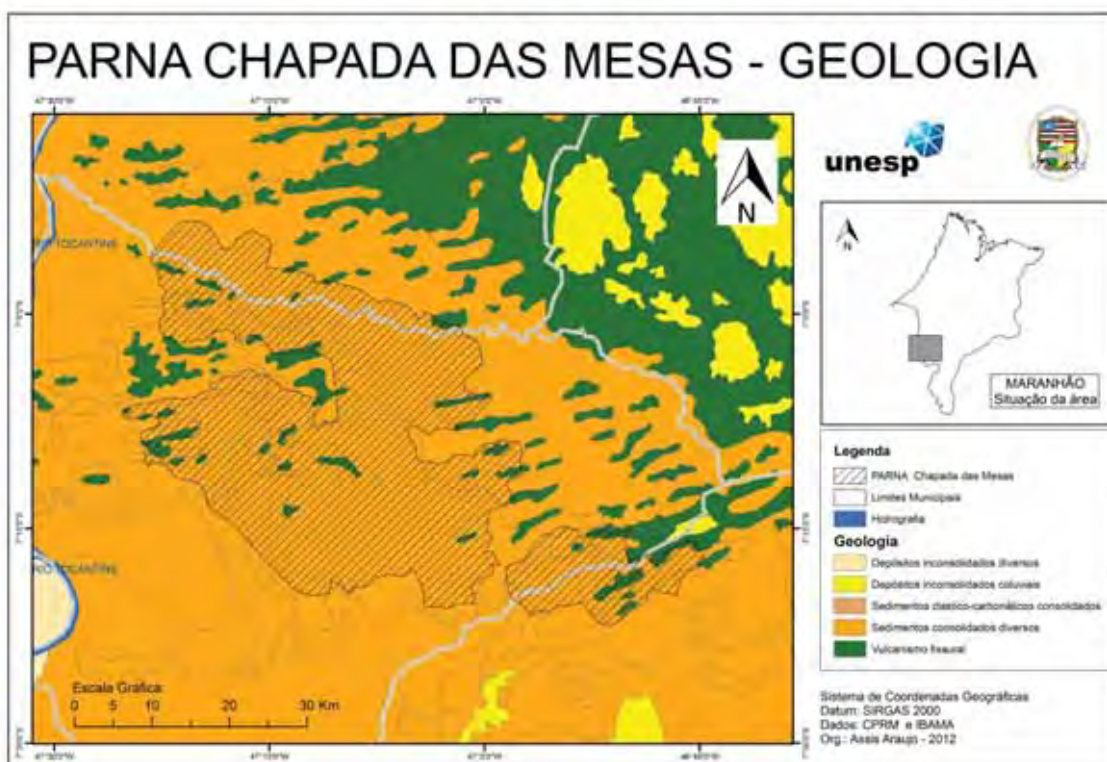


Figura 6- Parque Nacional da Chapada das Mesas – Geologia
Fonte – Org: ARAÚJO, 2012.

2.3. O potencial ecológico da área de abrangência do PNCM

O Parque Nacional da Chapada das Mesas, criado por meio de Decreto presidencial, de 12 de dezembro de 2005. A criação desta unidade é fruto de um processo histórico de organização da comunidade para proteger a região contra o avanço da fronteira agrícola e de empreendimentos que pudessem pôr em risco tanto o seu valor ecológico, como o rico potencial ecoturístico que merece destaque no cenário nacional devido as suas inúmeras e belas cachoeiras e canyons com a formação arenítica (Figura 7).



Figura 7 – Canyons com formação arenítica no interior do Parque Nacional da Chapada das Mesas; área de difícil acesso, neste caso somente com o uso de muares e a pé; possui uma cobertura vegetal nos fundos de vale com a geofácia: cerradão. Nos topos de morros há a geofácia: cerrado no sentido restrito. Fonte – Arquivo IBAMA-MA, 2006.

O PNCM se encontra quase que na sua totalidade sobre solo latossolo amarelo, que possui como uma característica o nível profundo de seu perfil, além da presença constante de areias sedimentares, que é uma característica destes relevos tabulares. E, como principais tipos de solos encontrados na região da Chapada das Mesas temos: areias quartzosas, cambissolos, solos concrecionários latossólicos, latossolos vermelho-amarelos (IBAMA, 2006).

Destaca-se que os tabuleiros ocorrem com maior frequência no interior das bacias sedimentares, dada a disposição horizontalizada dos estratos. As formas mais comuns nas estruturas concordantes se caracterizam por chapadões, chapadas e mesas, em ordem de grandeza. Tais formas são geralmente mantidas à superfície, por camadas basálticas ou por sedimentos litificados de maior resistência. Quando submetidas a processo de pediplanação, podem estar associadas a concreções ferruginosas, com vegetação xeromórfica, provavelmente ligada às condições ambientais áridas ou semi-áridas que deram origem à superfície erosiva. (CASSETI, 2010, p. 63).

Sua geologia caracteriza-se principalmente pela formação em arenitos, com presença de sílex, e algumas manchas de formação em basalto intercalado com o arenito. Como demonstra a Figura 8.

Em relação à compartimentação morfológica, o relevo tabuliforme, teve, no caso brasileiro, a sua origem “[...] relacionado a uma fase climática úmida, responsável pela organização do sistema hidrográfico sobre um pediplano em ascensão por esforços epirogenéticos”. Segundo Casseti (2010, p. 63), essas transformações morfológicas que configuraram o desenho característico das chapadas nesta região, ocorreu no período geológico do Cretáceo, pois: “[...] entende-se que a organização da drenagem e a evolução vertical do modelado, dadas pela incisão linear da drenagem, tenham acontecido a partir daquele período,” com o seu início de acordo com a Figura 9.

Devido aos esforços epirogenéticos considerados, há uma tendência de aprofundamento dos talwegues e de elaboração de seus vales. Nessa circunstância, as alternâncias litológicas podem originar patamares estruturais ou formas específicas relacionadas à imposição estrutural (Figura 10). Dada a disposição horizontal das camadas, os vales comumente apresentam formas simétricas.

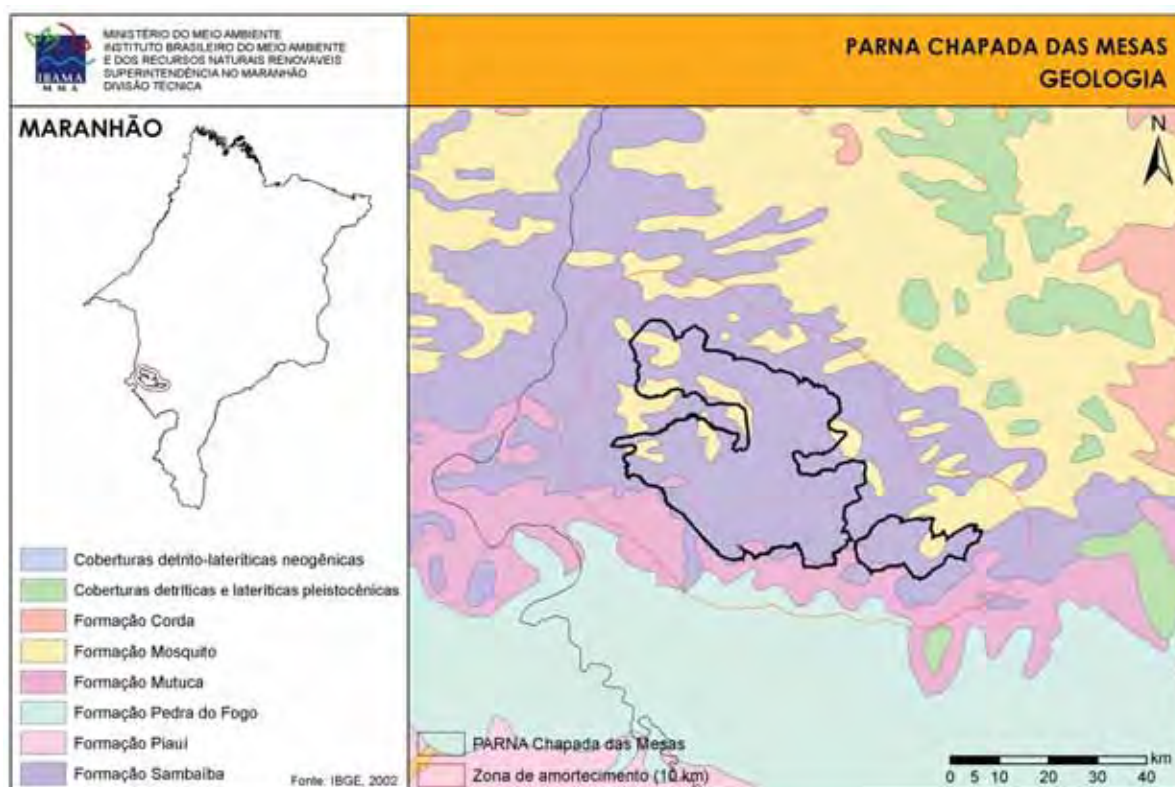


Figura 8 – Parque Nacional da Chapada das Mesas- Geologia II.
Fonte – IBAMA- MA, 2006.

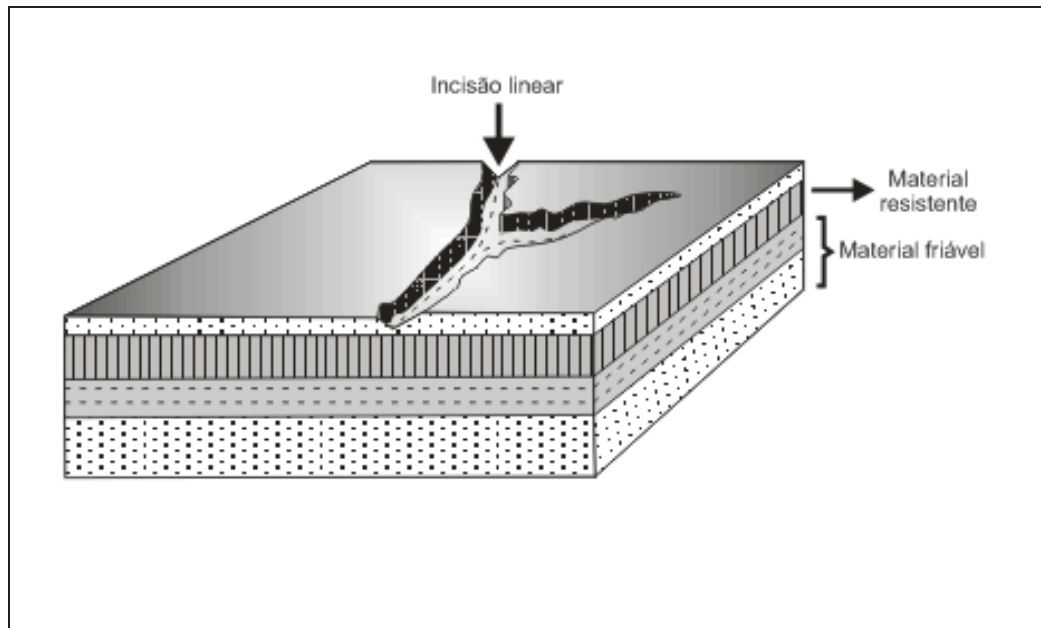


Figura 9 – Organização da drenagem em estrutura concordante horizontal, com início de incisão do talvegue.

Fonte – CASSETI, 2010.

A manutenção da resistência litológica dos talus, entretanto, é relativa, transitória, ou seja, o recuo da camada resistente (cornija) é erodido pelo solapamento do material subjacente mais tenro, provocando aluição da camada superior, como descrito nas Figuras 11 e 12. A retirada do material friável pode também exumar uma superfície estrutural, individualizada pela resistência litológica.

Nesta configuração que faz da geomorfologia local uma sucessão de superfícies tabulares pediplanadas com limites festonados, são comuns os dissecamentos em mesas e vales encaixados, ladeados pelos paredões areníticos escavados pela ação das águas. Na vertente dos festonamentos, apresentam-se as planícies preenchidas por aluviões recentes e eventualmente inundadas. Nelas, as mesas testemunham os antigos patamares areníticos, hoje dissecados pelo trabalho da erosão (EMBRAPA-GEPLAN, 2002 a, 2002 d).

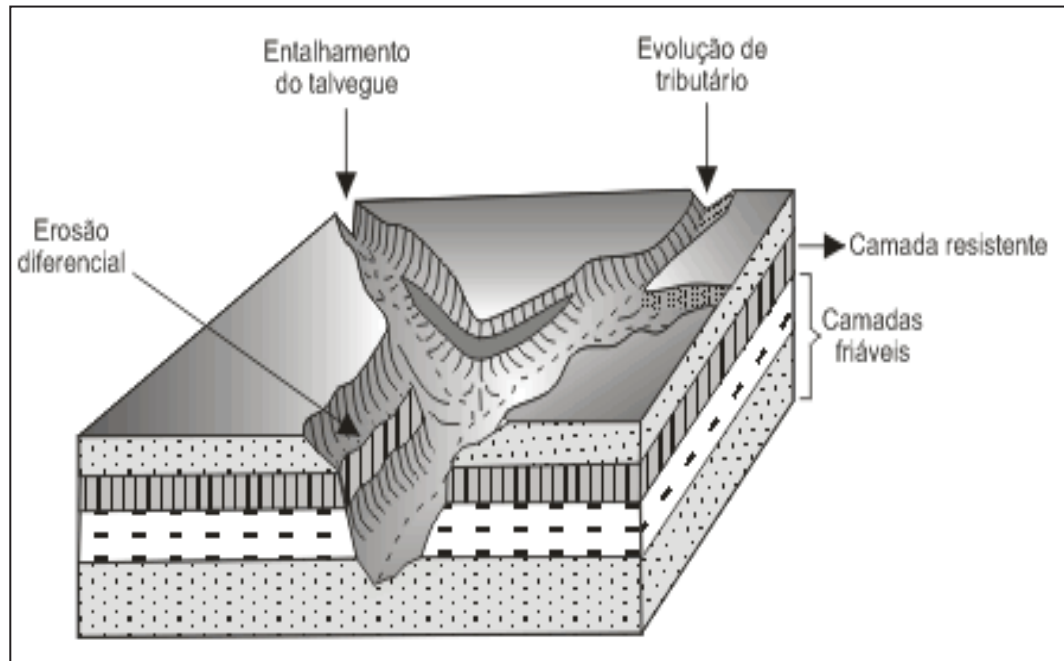


Figura 10– Evolução do entalhamento dos talvegues por imposição tectônica (efeitos epirogenéticos).
Fonte – CASSETI, 2010.

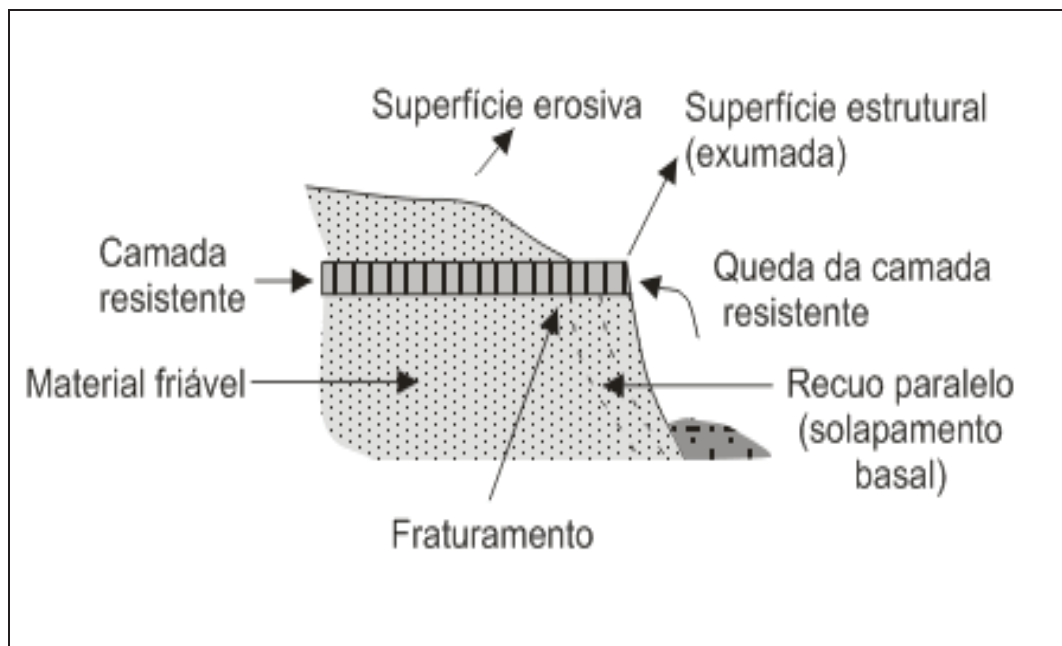


Figura 11– Recuo da camada resistente por solapamento basal da camada friável
Fonte-CASSETI, 2010.



Figura 12 – Talus do relevo do Parque Nacional da Chapada das Mesas; erosão com um solapamento do material pela chuva e pelo vento, potencializado com o uso do fogo, pois apresenta-se em áreas mais abertas, com a caracterização da geofácia: campo rupestre ao fundo do vale.
Fonte – Arquivo IBAMA-MA, 2006.

O relevo tabuliforme da Chapada das Mesas, com o acentuado processo erosivo e a arenização de grandes áreas incluídas na vegetação do cerrado, recebe uma influência direta da alternância climática da região, com a passagem do clima úmido para o seco.

Nesta região temos um clima bastante estável (Figura 13), com a estação seca bem definida, entre quatro a cinco meses secos, geralmente de maio a setembro, que influencia as características da vegetação do cerrado, comentado por Ab`Saber (2003, p. 126):

Na sua área *core*, os cerrados se instalam há muito tempo, através de espaços contínuos em extensos setores de climas quentes, úmidos, subúmidos ou subsequentes, igualmente úmidos ou subúmidos, com três a cinco meses secos. A amarração principal entre o grande refúgio dos cerrados de cimeira do Brasil Central e as condições climáticas parece pender para os climas tropicais de planaltos, subsequentes e semi-úmidos, onde ocorrem estação fortemente chuvosa de verão e três a quatro meses secos no inverno, sujeitos a precipitações médias anuais que variam entre 1300 e 1800 mm, segundo se pode depreender de diversos grupos de dados existentes em um bom estudo de clima regional do Centro-Oeste da autoria de Edmond Nimer (1977).

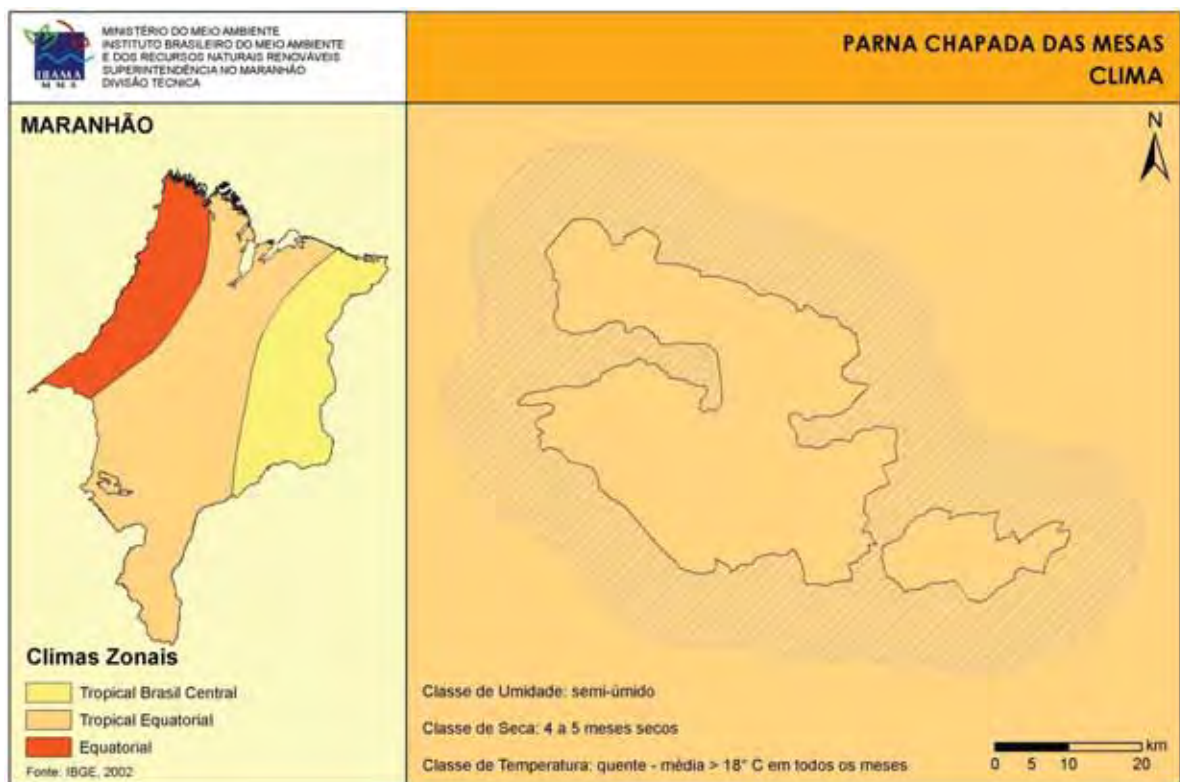


Figura 13- Clima da área de abrangência do Parque Nacional da Chapada das Mesas.
Fonte – IBAMA-MA, 2006.

Essa caracterização do clima para a região Centro-Oeste se aplica muito bem para a região em estudo, que possui a sua geomorfologia estreitamente ligada ao seu clima e vice-versa, como pode ser melhor visualizado nas Figuras 14, 15 e 16.

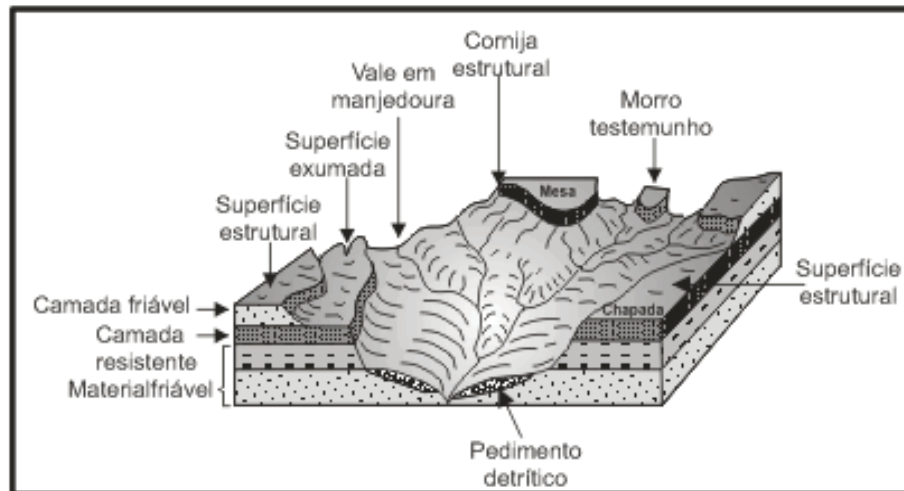


Figura 14 – Morfologia Tabuliforme atual da Chapada das Mesas
Fonte – CASSETI, 2010.



Figura 15- Configuração geomorfológica do PNCM, com os afloramentos rochosos areníticos, em formatos de tabuleiros, conhecido como mesas, tendo uma caracterização das geofácies: em primeiro plano: cerrado; nas planícies: cerrado sentido restrito e rupestre; nas nascentes e brejos: veredas e nos vales fluviais: matas ciliares e de galerias.
Fonte – Arquivo IBAMA- MA, 2006.

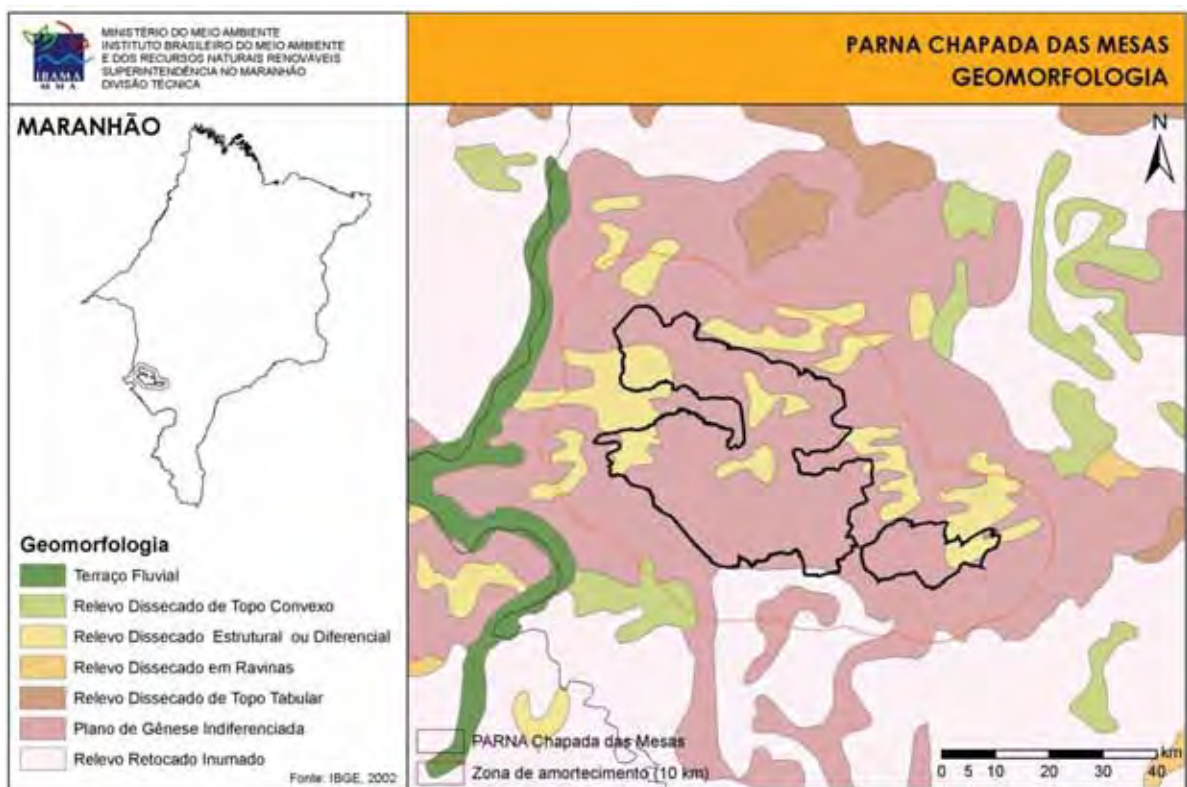


Figura 16 – Parque Nacional da Chapada das Mesas – Geomorfologia.
Fonte- IBAMA, 2006.

2.4. A exploração biológica

A vegetação desta região é predominantemente de cerrado, com mata galeria, e ocorrem grandes manchas de cerrado florestado, denominada cerradão, que em conjunto com os outros tipos de cerrado é de extrema importância para a manutenção da biodiversidade local e regional.

A Chapada das Mesas, inserida no bioma cerrado, possui uma pequena extensão localizada em áreas protegidas pelo governo federal, que, ao todo, destina um pouco mais de 750.000 km² a UCs federais, aproximadamente 9% do território nacional, e, deste montante, divididos entre os biomas mais representativos do Brasil.

Dentre os biomas brasileiros, a Amazônia detém a maior área protegida, com quase 17% de sua área total em UCs federais, das quais 7,9% naquelas de proteção integral. A Amazônia não apenas tem a maior área percentual protegida, como também possui as maiores UCs em extensão do País. Este dado reflete a ocupação humana menos densa observada neste bioma. A Caatinga, os Pampas, a Mata Atlântica e o Pantanal apresentam áreas protegidas em unidades de proteção integral federais em torno ou abaixo de 1%. Para o Cerrado, este percentual é de 2,2%. A Caatinga, o único bioma exclusivamente brasileiro, e os Pampas são os que possuem menos unidades de conservação. Com exceção da Amazônia, para todos os biomas, a área protegida está abaixo da média mundial, de 5% (IBGE, 2010, p. 147-148).

Essa questão de o cerrado estar com pouca cobertura de áreas protegidas é resultado da forma como esse bioma tem sido visto por muito tempo pelas políticas públicas de desenvolvimento econômico em nosso país, o que direcionou a expansão agrícola para as regiões centrais onde se encontra a maior parcela desta vegetação, de uma forma avassaladora, com o desmatamento de grandes proporções (Figura 17) em um pequeno espaço de tempo.

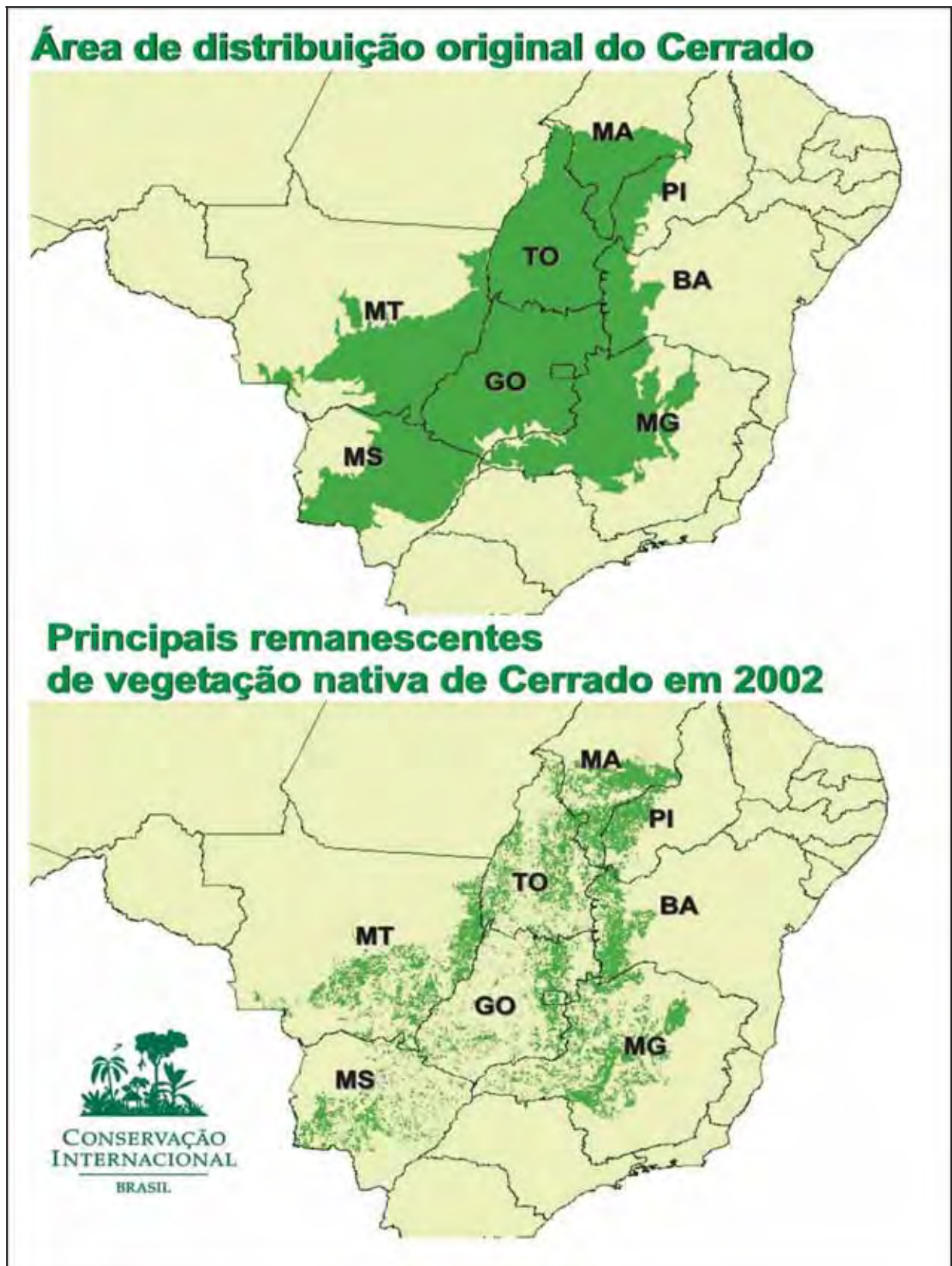


Figura 17 – Áreas de distribuição regional do cerrado
Fonte – CONSERVATION, 2010.

É perceptível, por meio da observação da Figura 17, ver como os remanescentes deste bioma correm sérios riscos de desaparecer, pois a sua transformação em áreas de uso para agricultura e pecuária se dá em um processo muito rápido e avassalador, com extensas áreas contínuas, devido ao desenho plano de seu relevo que possibilita o uso de mecanização e alta tecnologia no processo de implantação do agronegócio.

Devido a essas grandes ameaças, o bioma cerrado é considerado uma área prioritária para a conservação, delimitado como um dos *Hotspots* mundiais.

Hotspot é, portanto, toda área prioritária para conservação, isto é, de alta biodiversidade e ameaçada no mais alto grau. É considerada Hotspot uma área com pelo menos 1.500 espécies endêmicas de plantas e que tenha perdido mais de 3/4 de sua vegetação original. **1988:** Myers identificou 10 Hotspots mundiais. **1996-1999:** o primatólogo norte-americano Russell Mittermeier, presidente da CI, ampliou o trabalho de Myers com uma pesquisa da qual participaram mais de 100 especialistas. Esse trabalho aumentou para 25 as áreas no planeta consideradas Hotspots. Juntas, elas cobriam apenas 1,4% da superfície terrestre e abrigavam mais de 60% de toda a diversidade animal e vegetal do planeta. **fev/2005:** A CI atualiza a análise dos Hotspots e identifica 34 regiões, habitat de 75% dos mamíferos, aves e anfíbios mais ameaçados do planeta. Nove regiões foram incorporadas à versão de 1999. Mesmo assim, somando a área de todos os Hotspots temos apenas 2,3% da superfície terrestre, onde se encontram 50% das plantas e 42% dos vertebrados conhecidos. (CONSERVATION, 2010, p.1)

Esta área, com essa característica vegetacional, corre o risco de desaparecer rapidamente, sendo necessária uma maior conscientização dos habitantes da área em estudo, tendo em vista a consolidação do Parque (Figura 18) e a conservação do bioma cerrado. O cerrado ocupa 21 % da área territorial do país, um bioma de extrema importância para a variabilidade genética das espécies vivas deste planeta. Nesta região,

[...] existem mais de 10.000 espécies vegetais, uma grande variedade de vertebrados terrestres e aquáticos e um elevado número de invertebrados. Espécies ameaçadas como a onça-pintada, o tatu-canastra, o lobo-guará, a águia-cinzenta e o cachorro-do-mato-vinagre, entre muitas outras, ainda têm populações significativas no Cerrado, reafirmando sua importância como ambiente natural. Além da biodiversidade, os recursos hídricos da região ressaltam em quantidade e qualidade: nas suas chapadas estão as nascentes dos principais rios das bacias Amazônica, da Prata e do São Francisco. Apesar do seu tamanho e importância, o Cerrado é um dos ambientes mais ameaçados do mundo. Dos mais de 2 milhões de km² de vegetação nativa restam apenas 20% e a expansão da atividade agropecuária pressiona cada vez mais as áreas remanescentes. (CONSERVATION, 2010, p.1)

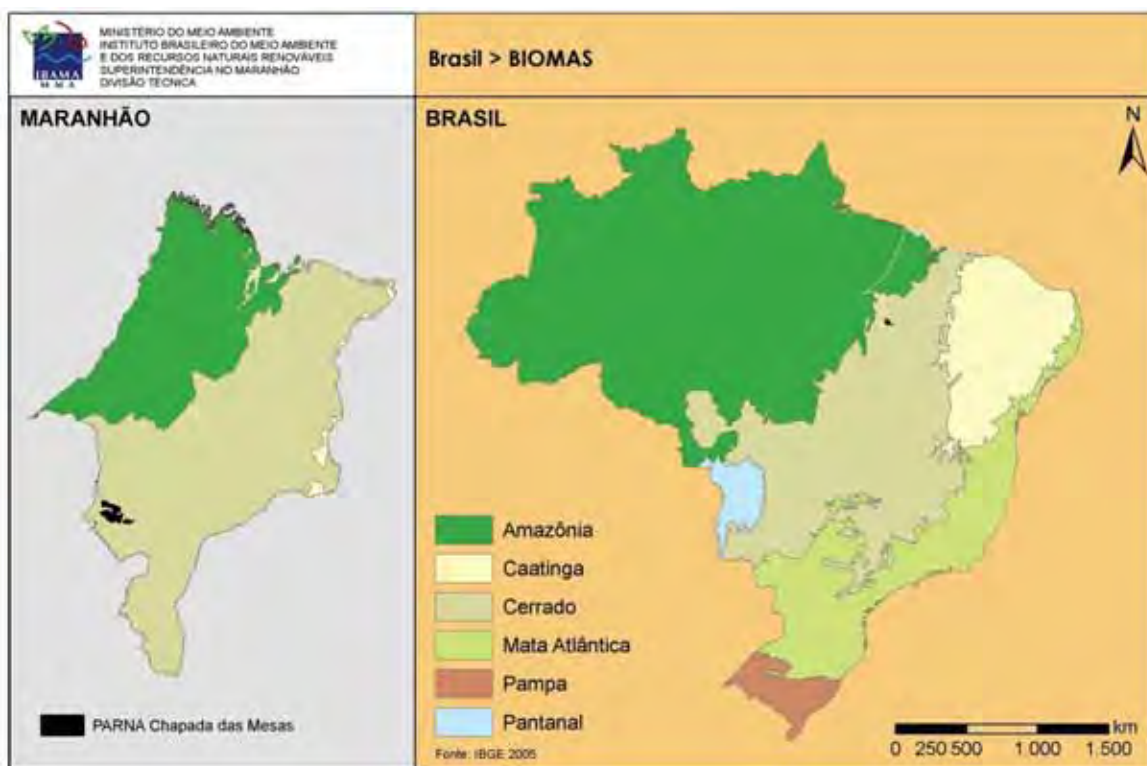


Figura 18 – O PNCM inserido na área do bioma cerrado.
 Fonte-Arquivo IBAMA,2006.

De acordo com os “[...] estudos do Programa Cerrado da CI-Brasil, o bioma corre o risco de desaparecer até 2030. Dos 204 milhões de hectares originais, 57% já foram completamente destruídos e a metade das áreas remanescentes estão bastante alteradas” (CONSERVATION, 2010, p.1).

Em nossa área de estudo, são perceptíveis as alterações do cerrado, com uma configuração paisagística que alia a formação de chapadas com áreas de extensas matas galerias, presença de espécies tanto da floresta amazônica, como da caatinga e amplamente maior, dos cerrados e cerradões, com áreas bastante alteradas (Figura 19).

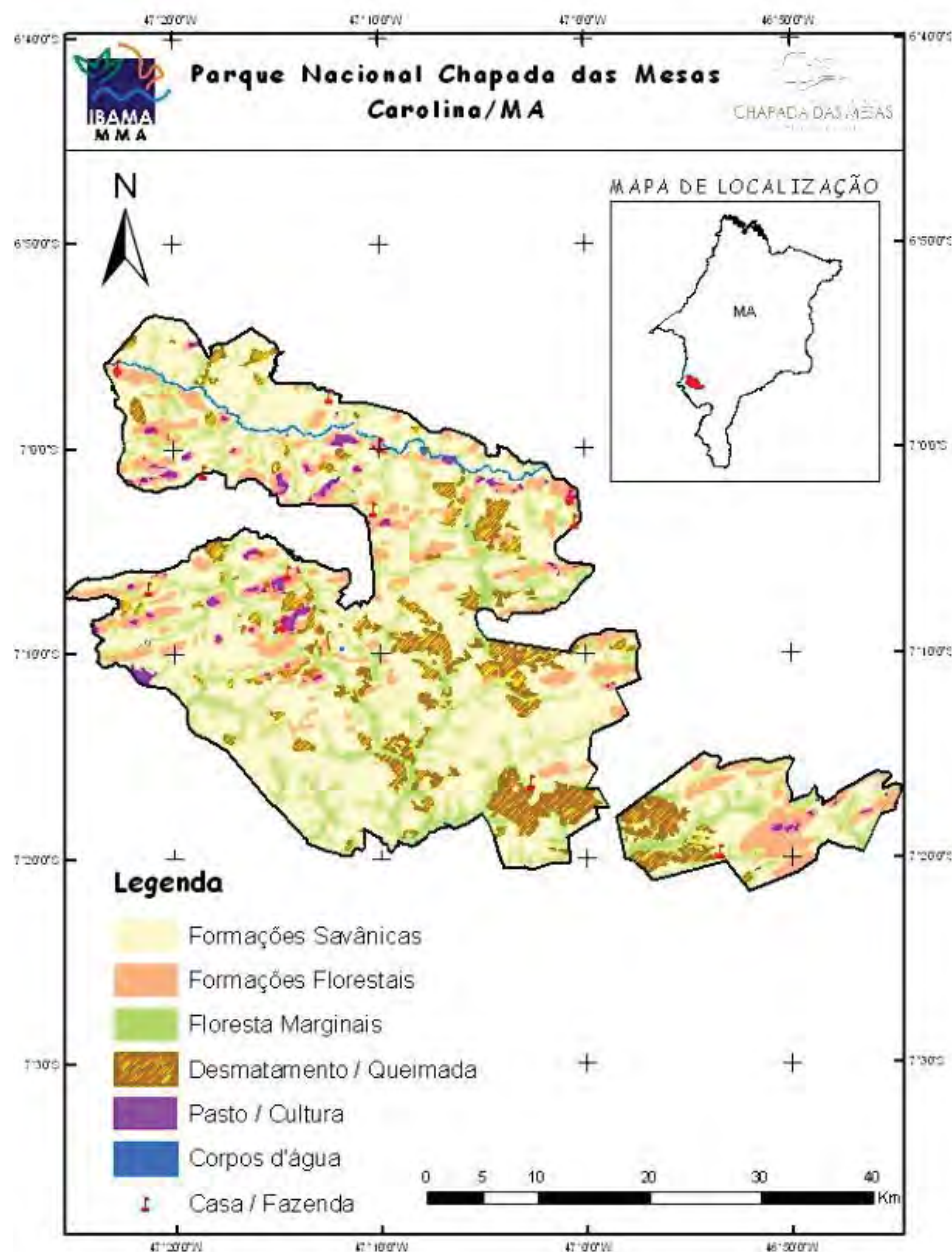


Figura 19 - Mapa de Cobertura Vegetal e do Tipo de Ocupação do Solo da área do Parque Nacional Chapadas das Mesas (Carolina/MA).

Fonte - MORAES; LIMA, 2007.

Com base na Figura 19, identificamos uma grande fragilidade da unidade que se encontra nas áreas à margem da rodovia, pois no desenho desta unidade há uma grande aproximação da rodovia BR 230, como comentado anteriormente, e, que ao visualizar o mapa percebe-se o grande nível de desmatamento nestas áreas de mais fácil acesso, com um grande grau de antropização, principalmente nestas áreas mais próximas à rodovia.

Identifica-se também as diversas fisionomias paisagísticas no interior da unidade de conservação. De acordo com a proposta de Ribeiro e Walter (1998), tais fisionomias foram classificadas como: campo sujo, campo rupestre, cerrado sentido restrito, palmeiral, savânicas - veredas, mata ciliar, mata de galeria, mata seca, cerradão. As Figuras 20, 21 e 22 mostram um pouco dessas fisionomias do cerrado da região da Chapada das Mesas.



Figura 20- Área que possui características que demonstram uma intensa antropização, usada como caminho de acesso aos principais atrativos do PNCM: as cachoeiras do Prata e de São Romão, com uma paisagem indicadora resultante do uso constante do fogo, em um processo de grande perda de vegetação, a qual denominamos como uma geofácia: campo rupestre.

Fonte – MARQUES, 2009.



Figura 21 – Paisagem mais conservada, geofácia: cerrado sentido restrito em área do interior do PNCM.
Fonte- MARQUES, 2009.



Figura 22- Paisagem formada com a predominância da espécie Bacuri, com a incidência de inúmeros indivíduos de grande porte, que possui uma grande importância para a biodiversidade desse bioma, e também seu fruto é altamente valorizado no mercado local e regional, denominado neste estudo como a geofácia: cerradão no interior do PNCM.
Fonte – MARQUES, 2009.

A geofácia caracterizada como áreas de cerrado destaca-se pela presença de árvores muito altas da espécie Bacuri (*Platonia insignis*). Está localizada na área do interior do PNCM, em direção à nascente do rio Lages. É também conhecida pelos nomes populares: Bacuri-açu, Bacurizeiro, que é endêmico da região Amazônica, mas que marca presença nesta área de cerrado da Chapada das Mesas.

Essa espécie é uma indicadora da transição para o bioma amazônico, que faz desta área de cerrado um diferencial regional, e que precisa ser estudado para a sua melhor caracterização. Além disso, seus frutos são muito apreciados e compõem com o caju, o murici, o cajá, o araçá, a goiaba, o açaí, o buriti, alguns dos frutos comerciais de base extrativista dessa região.

Constituído por meio de observação direta, ressalta-se que existem estratos arbóreos dessa espécie de grande porte, com alto potencial de produção, que faz desses estratos vegetacionais um grande potencial para a conservação da biodiversidade brasileira. Ressalta-se que a sua madeira é utilizada para a construção de telhados de cavaco, uma tradição do povo sertanejo desta área, o quê será discutido posteriormente.

2.5 – A ocorrência da fauna

Poucos estudos foram feitos nesta área de estudo sobre a ocorrência faunística. Entretanto, na área de abrangência do PNCM existe fauna endêmica como um atributo essencial para a priorização de estudos para a criação e implantação da unidade de conservação, destaca-se portanto, que o PNCM abriga importantes espécies de animais do bioma cerrado, e também algumas espécies do bioma amazônico, e da caatinga, como constatado por Garcez; Fonseca; Tchaika (2011, p.16-18). Ao discorrerem sobre a diversidade de mamíferos no PNCM, esses autores descrevem sobre a incidência de “[...] espécies consideradas típicas da Amazônia (*Saimiri sciureus*, macaco mão-de-ouro; *Alouatta belzebul*, guariba) e espécies típicas do bioma Caatinga (*Mazama nemorivaga*, veado fuboca)”, que caracterizam a situação desta área como um ecótono, ou seja, uma área de transição entre os biomas de cerrado, caatinga e amazônico, potencializando ainda mais a sua importância para a conservação da biodiversidade dessa região como um todo.

Os autores descrevem que existem espécies de mamíferos que desapareceram de algumas áreas do PNCM, devido, segundo eles, a pressão exercida pela caça e do

desmatamento, evidenciando o efeito borda² que sofrem as unidades que têm rodovias que cortam os seus limites e estão localizadas em área de fronteira agrícola. Segundo os autores

[...]alguns animais foram apontados por entrevistados como espécies que já existiram na área, porém, desapareceram de algumas regiões do Parque: o gato-palheiro (*Leopardus colocolo*), a onça-pintada (*Panthera onca*), o cachorro-vinagre (*Speothos venaticus*), e o veado-galheiro (*Blastocerus dichotomus*); ou em todo o PNCM - o porco-queixada (*Tayassu pecari*). Tal fato pode indicar a diminuição da população e/ou extinção local destas espécies, o que pode estar relacionado à pressão de caça exercida e desmatamento da área (queimadas, roças de toco) já que todas as espécies nessa situação são sensíveis a degradação ambiental, ou alvo intenso de caça quando presentes. (GARCEZ; FONSECA; TCHAIKA, 2011, p. 17).

Devido ao processo evidente de antropização em diversas áreas do parque, a distribuição das espécies da fauna do PNCM é desigual, concentrando-se mais a oeste, definidos pelos autores aonde a vegetação é mais densa, onde tem-se a ocorrência do “[...] gato-mourisco (*Puma yagouaroundi*), da onça-pintada (*Panthera onca*) e do furão (*Galictis cuja*), todas espécies com característica de habitar regiões de matas fechadas” (GARCEZ; FONSECA; TCHAIKA, 2011, p.18).

É necessário, portanto, uma atenção especial às espécies faunísticas do PNCM, devido às fortes pressões antrópicas destacadas ao aumento da pressão da caça predatória na região.

2.6. A ação antrópica no interior da unidade

Moraes e Lima (2007) relatam a importância deste grande mosaico de paisagens que foram delimitadas por meio da criação da Unidade de Conservação, e que sofrem ainda grandes ameaças. Ressaltam também que a forma de ocupação do solo tem como base a pecuária extensiva e o plantio em áreas de preservação permanente, como os topos das chapadas (Figura 23), não respeitando a legislação que prevê 100m de recuo de borda, com base na Resolução nº 303, de 20 de março de 2002, que:

² Efeitos de borda. Uma das consequências mais deletérias da fragmentação extrema das florestas é que organismos que sobrevivem em fragmentos de floresta estão expostos às condições bastante adversas do ecossistema antropizado que circunda a floresta. Estas condições são mais pronunciadas próximo à borda do fragmento, na interface entre a floresta e o novo ecossistema que a circunda. A intensidade dos efeitos de borda é frequentemente medida como sendo a distância na qual o efeito é ainda notado dentro do fragmento florestal (MURCIA 1995, LAURENCE et al., 2000).

Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente, O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, [...] Art. 3º Constitui Área de Preservação Permanente a área situada: [...] VIII - nas escarpas e nas bordas dos tabuleiros e chapadas, a partir da linha de ruptura em faixa nunca inferior a cem metros em projeção horizontal no sentido do reverso da escarpa (BRASIL, 2002).



Figura 23 – Antropização por meio de desmatamento para implantação de pastagem, com o avanço além do limite permitido nas áreas de preservação permanente (APP) da borda do tabuleiro do PNCM. Fonte – Arquivo IBAMA, 2006.

Esse problema do uso do solo nas Áreas de Preservação Permanente da chapada ocasiona grandes perdas de solo, erosão e de cobertura vegetal. Os autores Vitte e Mello (2007, p. 116-117), destacam a importância da conservação da vegetação neste tipo de embasamento rochoso arenítico, característico dos relevos tabulares, que sob as condições de supressão da vegetação, pode provocar o aumento da erosão, com base na força gravitacional que é “[...] neutralizada pela resistência oferecida pelos afloramentos rochosos e que a vegetação e a cobertura rochosa desviam a água da superfície do solo, absorvem a água e parte da energia erosiva de origem climática”.

As alterações no bioma cerrado do PNCM têm sido constituídas no decorrer do tempo, pela ocupação do gado extensivo, e no sistema de plantio denominado : roça no toco, que é um sistema tradicional de plantio de origem indígena, que utiliza o fogo para limpeza da área a ser cultivada, num sistema que mantém alguns remanescentes de árvores (tocos), e necessita a abertura de novas áreas florestadas para a sua implantação (IBAMA,2006). (Figura 24).



Figura 24 – Desmatamento e queimada do cerrado para plantio da roça no toco. Esse é o sistema tradicional de abertura de áreas para o plantio de subsistência utilizado pela maioria dos sertanejos que habitam nas áreas do interior do PNCM e em toda a sua área de abrangência.
Fonte – Arquivo IBAMA, 2006.

Associada a esses problemas, as queimadas para a limpeza de pasto têm provocado grandes impactos, na época seca, com grandes áreas atingidas, pois elas se transformam em grandes incêndios, provocando a destruição de moradias tradicionais e de cultivos para a subsistência, como pode ser observado nas Figuras 25 e 26.



Figura 25 – Antropização que resulta em incêndios no interior do PNCM. Esta imagem nos mostra uma moradia que foi completamente destruída por um incêndio no cerrado
Fonte – MARQUES, 2008.



Figura 26 – Antropização sobre a geofácia das veredas, percebe-se o avanço do desmatamento até as margens do rio, e a grande devastação da espécie de palmeira: Buriti, que é comumente encontrada em áreas úmidas. Esta área foi aberta com uso do fogo para a implantação do roçado tradicional de subsistência.
Fonte – Arquivo IBAMA, 2006.

Tais queimadas são a forma mais tradicional de limpeza de pasto e de produção do roçado, sendo frequentes nesta área de estudo, segundo o Relatório de Ocorrências de Incêndios em Unidades de Conservação Federais (IBAMA, 2009, p. 17).

As diversas causas dos incêndios florestais dependem principalmente do contexto socioeconômico da região da UC e das principais atividades em seu entorno direto. A maior parte das unidades de conservação no Brasil constitui-se de ilhas de vegetação nativa inseridas em matriz de usos de terra diversos, logo, não podem contar com o entorno como fonte apropriada para a regeneração da sua biota. É conhecido o aspecto negativo da crescente pressão das diferentes formas de uso da terra, que frequentemente está relacionado ao aumento no número de atividades ilegais – ocupação irregular, tráfico de fauna silvestre, extrativismo predatório etc. Tais atividades resultam em incêndios provocados no entorno ou dentro das unidades, constituindo crescente ameaça a sua integridade e aumentando as ocorrências de fogo. Assim, torna-se clara a gravidade da presença de fogo indesejado e o risco de comprometimento dessas áreas protegidas, que dele resultam, com perdas em diversidade biológica irrecuperáveis.

Além disso, o uso constante de fogo diminui a quantidade de espécies que servem de alimentos aos seres vivos desta área, como o Bacuri, Pequi, Bacaba, Açaí, Buriti, entre outras.

Garcez; Fonseca; Tchaika (2011, p.16-18) escrevem sobre a influência da degradação ambiental em áreas do PNCM, que

[...]de forma geral, os dados indicam a diminuição dos grandes mamíferos na Unidade de Conservação, na sua maioria predadores, com consequente aumento da população de presas (caça abundante). Os predadores, por serem animais que ocupam o topo da pirâmide alimentar, precisam de grandes áreas para obter a quantidade de presas necessárias à sua subsistência, assim, a destruição, fragmentação e alteração de habitats representam a principal causa de ameaça para todas as espécies deste grupo.

Este estudo demonstra que a caça é muito frequente nesta região, tendo como finalidade também a troca por produtos, ou seja, a troca da caça por farinha, da caça por peixe, e outros que compõem a dieta básica dos moradores desta região. Os autores também enfatizam a ameaça para as espécies de carnívoros, sendo:

O abate ou retirada de indivíduos da natureza é, atualmente, a segunda principal causa de ameaça para as espécies de carnívoros, seja para animais de estimação, como os pequenos gatos, ou em retaliação à predação de animais domésticos, tendo como principais alvos a jaguatirica (*Leopardus pardalis*), o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), as onças pintada (*Panthera onca*) e parda (*Puma concolor*) e até mesmo os pequenos felinos (Sweaner *et al.* 2000;

Vidolin 2004; Machado *et al.* 2008; Cassano e Kierulff 2009). Já as presas que geralmente se alimentam de plantas (folhas, frutos e sementes) podem participar da dispersão de sementes. Porém, na ausência desses predadores, a tendência é que populações de espécies herbívoras aumentem ao se utilizarem de um maior número de frutos e sementes e poderão alterar a regeneração de uma floresta. (GARCEZ; FONSECA; TCHAIKA, 2011, p.16-18).

Existe um grande potencial de fauna no PNCM, porém este convive com inúmeros problemas relacionados a perda de habitat, seja pelo desmatamento e queimadas, que são constantes, pela caça predatória, que tem causado o desequilíbrio entre as espécies, promovendo o aumento sem controle de algumas em detrimento da diminuição de outras.

Em relação ao processo contínuo do uso do fogo para a limpeza de pastos, característico da criação de gado extensivo, força a paisagem a se modificar, sofrendo impactos constantes, perceptíveis no momento atual com as áreas de pisoteio, com processos erosivos, resultantes desse mau uso e de incêndios periódicos (Figura 27).



Figura 27 – Geocomplexo no PNCM: desenho das mesas ao fundo, matas de galerias ao longo do fundo do vale, campo rupestre visualizado no primeiro plano junto ao afloramento de rochas.
Fonte –LIMA, 2009.

Como uma caracterização deste geocomplexo, seguindo uma análise geossistêmica Bertraniana, para a degradação antrópica do solo, que, neste caso é provocada pelo sistema de criação de gado extensivo e com uso de fogo para limpeza dos pastos nativos, com a influência do nível de insolação e existência de períodos secos prolongados durante o ano, Passos (2003, p.68) comenta que:

Bertrand distingue entre geossistemas em biostasia, recobertos por densa vegetação estáveis, e geossistemas em resistasia, nos quais, ao estar a litologia descoberta, predomina a morfogênese, contrária à edafogênese e à colonização vegetal. Alguns geossistemas se encontram em resistasia por causas naturais, e a morfogênese corresponde, então, à própria do clima e do ambiente associado a um determinado tipo de forma e de vegetação, naturalmente pobre. Outros resultam de uma degradação antrópica, e são em realidade regressiva.

Esse geocomplexo possui uma amostra significativa da vegetação de campo rupestre, em resistasia por ação antrópica associada a sua morfogênese como uma vegetação de menor porte, indicadora de solo desgastado e com perda de nutrientes, que se sugere como resultado do constante uso do fogo ao decorrer de mais de um século de exploração econômica decorrente da frente agro-pastoril.

Já a composição de fundo representa o desenho das mesas, com os seus processos erosivos, e que devido a disposição horizontal das camadas, os vales comumente apresentam formas simétricas. No conjunto, compõem a representação do território da Chapada das Mesas, com o seu formato gera inúmeras denominações para cada uma dessas mesas, ampliando a ligação afetiva da população desta região com essa paisagem natural.

Vislumbra-se a presença das matas galerias, que ainda estão bem conservadas, segundo observação direta no local, em bioestasia, com cobertura vegetal bastante densa, muito importante para a manutenção dos recursos hídricos da região como um todo.

Uma paisagem resultado do uso constante de seus recursos naturais, mas que conseguiu preservar áreas do bioma com grande potencial de biodiversidade, que, neste momento, com a implementação da unidade de conservação, terá a possibilidade de se recuperar, à medida que forem diminuindo essas pressões antrópicas nesse bioma.

3. TERRITÓRIOS: COLONIAL, DO AGRONEGÓCIO, DA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL... MAS AFINAL QUE TERRITÓRIO É ESSE?

*Por ser de lá
Do sertão, lá do cerrado
Lá do interior do mato
Da caatinga e do roçado
Eu quase não falo
Eu quase não tenho amigo
Eu quase que não consigo
Ficar na cidade sem viver
contrariado [...]*

Lamento Sertanejo- Dominguinhos

3.1. Um território denominado: Chapada das Mesas

Este território é palco de inúmeras paisagens oriundas de um processo histórico, fruto de permanências e rupturas, tempos-rápidos como o momento presente e tempos longos que deixaram na memória da paisagem os resquícios do passado, mas que continua presente em alguns pontos e poderão ser futuro para outros tantos.

O território da região da Chapada das Mesas, no decorrer do seu processo de ocupação, teve as suas origens com os indígenas (Timbira), cultura esta suplantada com a colonização do gado. Recentemente, desde a década de 1980, houve a nova ocupação pelo agronegócio, coexistindo neste território as diversas territorialidades produzidas pelos seus habitantes. Por último, como uma forma de conservação do bioma do cerrado, temos a criação de uma Unidade de Conservação, que possui como determinante a imposição de novas formas de convivência com o ambiente, anteriormente “livre” para o uso comunitário dos povos do cerrado.

O Parque Nacional da Chapada das Mesas está inserido nos territórios dos municípios de Carolina, Riachão e Estreito, ao sul do estado do Maranhão, a atual fronteira do agronegócio e que sofre uma grande pressão para o uso agrícola dessas terras, em sua maioria de grande fertilidade. Processo este já vivenciado por outras regiões aonde existia o bioma cerrado.

Essa configuração apresentada na Chapada das Mesas é mais um exemplo de como os territórios tem sido socialmente constituído pelo modelo de produção capitalista, que traz embutido em suas características a remodelagem da paisagem, as mudanças do modo de vida,

e se traduz muito bem nas palavras de Haesbaert (2002, p. 376) quando discute sobre esse processo na região de Barreiras-BA.

Esse processo de destruição dos antigos territórios, retraduzidos em espaços econômicos de uma rede em última (primeira) instância planetarizada, é dominado fundamentalmente por uma velocidade capitalista cujo conteúdo técnico, hoje, permite ritmos inusitados de transformação sócio-espacial.

À essa transformação, em curso na região, soma-se a criação do Parque Nacional da Chapada das Mesas, uma unidade de conservação da categoria de proteção integral, como uma forma de conter o avanço rápido do agronegócio e tentar proteger uma parcela do bioma cerrado dessa área. E, para tanto, após os estudos para a criação da mesma, chegou-se à proposição de inserir essa área em um modelo restritivo de gestão ambiental, no caso a proteção integral.

O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. (MMA/SBF – SNUC, 2004, p.15).

O que existia anteriormente a esses movimentos, o primeiro, do agronegócio e o segundo, do ambientalismo, segundo modelos universais de conservação, um espaço completamente distinto, como complementa Haesbaert (2002, p. 376):

Constrói-se nos cerrados nordestinos um espaço completamente distinto daquele elaborado pelos antigos proprietários, posseiros e camponeses sem terra, onde a vida e as relações de caráter local adquiriam um papel preponderante e os laços comunitários/holistas definiam ritmos muito mais lentos de mobilidade social e geográfica.

Podemos então dizer que existem duas frentes territoriais atuais em um mesmo território, ambas dissonantes: uma para a conservação e a outra para a capitalização do uso do solo incluindo a área no espaço do agronegócio internacional.

Antes de continuarmos nesta discussão, iremos compor uma perspectiva histórica e social do processo de ocupação desta região.

3.2. Nuances históricas e paisagísticas do processo de ocupação da região e a territorialidade do povo sertanejo do cerrado

Escrever sobre a presença humana nesta área é como viajar por um tempo longínquo, que, muitas vezes, foi relatado pelos livros escolares. Uma história da interiorização de um país continental que, em inúmeras vezes, em busca da hegemonia de uma nação e da sua integração, dizimou comunidades inteiras de populações autóctones, como escreveu Carlota Carvalho, em sua obra: O sertão, subsídios para a História e Geografia do Brasil.

Uma história que tinge de vermelho nossas lembranças, ora devido aos grandes massacres empreendidos pelos sertanistas sob o comando de líderes legitimados pelo poder central, ora pelas próprias guerras entre os povos indígenas, muitos rivais e de sangue guerreiro.

Ao descrever a ocupação desta área, Carvalho (2006, p.107) relata:

Horrorosa é essa conquista. Para “limpar” aquela terra de homens aos quais negavam identidade humana, por não terem recebido água de batismo, nem ser possível que descendessem dos míticos Adão e Noé, o comandante Manoel Assumpção e seus auxiliares Elias de Barros e outros fizeram horrorosas matanças nos Mamecrans, Poremecrans, Xavantes e Caractegês, tratando paz e atacando-os de surpresa com superioridade de armas e de número, surpreendendo-os descuidados, guerreando-os como aliados de uma nação contra outra e em seguida aniquilando os aliados da véspera.

A paisagem, que originalmente se compunha em mosaico das comunidades indígenas, no caso em Carolina, os Mamecrans, uma forma de uso e de apropriação em interação com o ambiente natural, foi modificada com a chegada dos colonizadores, e, junto com eles, os novos usos para essa mesma paisagem.

Carvalho (2006, p.118) escreve que em 1810, uma antiga aldeia abandonada dos Mamecrans deu origem a uma simples morada de Francisco Pinto de Magalhães (escravizador de indígenas), “[...] situada em posição admirável sobre a riba no rio Tocantins, onde este rio dobra o curso para oeste salientando agudo cotovelo para leste.” Este é o início da formação de um povoado e da implantação de fazendas de gado, que se consolidou em 1816, com Elias

de Barros, edificando o povoado de São Pedro de Alcântara, denominado em 1836 como Carolina.

A colonização desta região não foi muito diferente da que ocorreu em outros espaços territoriais brasileiros, tendo a sua origem no extrativismo, em primeiro momento insipiente, pelo modo de vida indígena e, posteriormente, com a chegada dos colonizadores, com a frente pastoril (CABRAL, 1992), que foram modificando as pastagens naturais, substituindo-as por novos pastos, dando início a instituição das fazendas de gado.

Os primeiros habitantes da região foram os Timbira, povo indígena expulso para longas distâncias, pois tiveram seu território ocupado pelos colonizadores, sendo quase que totalmente dizimados, destacado por Lira que escreve:

Um outro fato importante, foram os métodos usados pelos colonos para apossarem das terras dos Timbira. Uns baseados nas falsas alianças e falsas promessas, feitas pelos criadores com aval do Estado e da Igreja, com o objetivo único de destribalizá-los e depois exterminá-los. O extermínio era feito através de guerras “injustas” ou através de moléstia propositalmente introduzida entre eles. Outros, baseados nos métodos de povoamento, através das fazendas de gados já experimentado e utilizado pela frente pastoril em outras regiões nordestinas (LIRA, 2010, p. 8-9).

De fato, os novos ocupantes do território fizeram alianças com algumas aldeias para combater as outras, e assim por diante, enfraqueceram o poder exercido no território pelos Timbira, que se dividiam em diversas etnias, que, ao se aliançarem com os novos colonos, entravam em conflito entre eles mesmos.

Essas falsas alianças foram também muito utilizadas após os contatos entre os Timbira e os vaqueiros. Os primeiros se encantaram com ferramentas e com o poderio de destruição das armas de fogo. Os segundos, ao serem aprisionados pelas tribos, quando conseguiam fugir, traziam detalhes dos costumes dos índios, aos seus patrões, os quais seriam usados nas incursões sobre os mesmos. O mesmo acontecia com os índios fugitivos da escravidão, levavam para o seio das aldeias conhecimento dos costumes dos fazendeiros (LIRA, 2010, p.9).

Essa ocupação ancestral exercida pelos indígenas deixou heranças culturais como: as redes, os fogões de lenha, o plantio itinerante via roça no toco, o manejo da caça, a forma de caçar, o processamento da mandioca para se fazer farinha, o uso das frutas e a sua reprodução e

a infinidade de usos medicinais da flora e fauna, transmitidos por esse povo (Figura 28), que se percebe concretamente na paisagem até os dias de hoje.



Figura 28- Indígena Krahô (Timbira) com machadinha artesanal; povo indígena que ocupava a região da Chapada das Mesas anterior à fase da expansão agropastoril, no início do século XIX.
Fonte – GUERRA, 2004.

Existe uma estreita ligação desses povos indígenas com esse território, que consideram de origem sagrada, pois acreditam que está nesse solo a origem do povo Timbira, tendo como marco inicial o morro do Chapéu, morro testemunho, que se localiza nas proximidades do sítio urbano de Carolina. Essa ligação os faz permanecer em deslocamentos constantes para a região da Chapada das Mesas, já que suas terras, atualmente, se localizam nos municípios vizinhos de Goiatins (Krahô) (Figura 29) e Tocantinópolis (Apinajé), ambos no estado do Tocantins, e em Amarante (Krikati, Gavião-Pykobjê), Barra do Corda (Canela-Apãnjekra e os Canela-Ramkokamekra) no estado do Maranhão.

Esse fluxo aumentou a partir da criação da Associação *Wyty-Catë*, que ocorreu no ano de 1994, houve o aumento do fluxo de indígenas na cidade de Carolina, comentada por meio de uma memória da primeira reunião para a formação da entidade:

A população de Carolina, desacostumada com a presença dos índios novamente na cidade, ficou muito curiosa e um pouco assustada com a repentina chegada dos Timbira. O evento contou com a cobertura da mídia local. Logo depois, fui convidado a participar de uma sessão da Câmara dos Vereadores para explicar os objetivos do trabalho que pretendíamos realizar na cidade e na região. De fato, a repentina “invasão” dos índios deixou os representantes da cidade preocupados com eventuais reivindicações de terra ou algo semelhante, pois toda a região foi ocupada tradicionalmente pelos Timbira, sendo que os Krahô chegaram a constituir uma grande aldeia nas proximidades do Morro do Chapéu (*Wokran*), importante monumento natural do município. (SIQUEIRA JR, 2007, p.119).

É importante perceber essa reterritorialização desses povos indígenas, que participam do cotidiano atual vivenciado no município de Carolina, sempre presentes nesta área de formação indígena, coordenada pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI) em conjunto com a Associação *Wyty-Catë* (casa que recebe a todos com fartura) das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins. Esse centro possui uma área rural com dez hectares nas vizinhanças de Carolina, e está incluída na zona de amortecimento do PNCM.



Figura 29 - Aldeia Pedra Branca, Terra Indígena Krahô, com um formato circular, com todas as casas (periferia) voltadas para o pátio. Localizada nos arredores da Chapada das Mesas, no estado do Tocantins. Fonte – National Geographic, 2002.

O Centro de Ensino e Pesquisa “[...]Timbira *Pinxyj Himpèjxà* (casa da comadre, lugar de respeito). Esse nome foi dado pelos professores integrantes da Comissão de Professores Timbira (CPT), que utilizam frequentemente esse espaço para suas reuniões e cursos”. Também desenvolvem um projeto que resultou em um empreendimento visando o uso sustentável dos frutos do cerrado, “[...] em sociedade com o Centro de Trabalho Indigenista, a *Wyty-Catë* é proprietária da empresa social *FrutaSã* Indústria, Comércio e Exportação Ltda, que processa e comercializa polpas de frutas do cerrado, também localizada em Carolina.” (SIQUEIRA JR, 2007, p. 87).

A instalação dessa indústria, que teve a sua ampliação de produção e a construção de um prédio maior no ano de 2000, significa uma nova forma de produção, num caráter associativo que inclui a conservação ambiental do bioma cerrado, e tem como uma das suas prioridades a sobrevivência das sociedades indígenas e tradicionais que vivem nesta região, e possuem em suas práticas cotidianas a coleta dos frutos do cerrado.

Inseridos neste momento atual, essas sociedades indígenas têm grandes desafios, além de manter seus territórios, cuidar dos seus recursos naturais, conviver, mesmo que a margem do processo, junto à complexidade do modelo atual de avanço do agronegócio. Além de tudo isso, conseguir manter viva a sua cultura e integridade como um povo, num movimento de resistência à “invasão” do modelo capitalista mundializado, descrito da seguinte forma:

[...] elas têm hoje, como principais interlocutores, não mais um Estado tutelar e clientelista onipotente, mas uma rede diversificada de administrações públicas e agências financiadoras com as quais devem negociar um leque de multiparcerias, a fim de garantir a continuidade de sua reprodução social e cultural em um novo contexto de interligação permanente entre os níveis regional, nacional e internacional (ALBERT, 2000, p.6).

Neste caminho de interligação com os níveis regional, nacional e internacional aliados ao processo associativo que promove a interlocução entre as diversas sociedades indígenas Timbira que permanecem em movimento constante neste território, poderá ocorrer uma nova territorialização de fato, mesmo que não haja um grande e vasto território concreto de terra, mas que seja oriundo dos diversos significados que existem em estado subjetivo e latente na região da Chapada das Mesas, no momento presente.

Essas nuances históricas sobre as sociedades indígenas que ocupavam esse território, num momento passado espalhados por toda a região da Chapada das Mesas, e neste momento, em um ponto de encontro, representado pela iniciativa associativa concentrada em um

pequeno território, mas que possui articulações em rede com outros territórios que representam a cultura Timbira, pode ser considerada como uma força de resistência aos outros modelos de ocupação e transformação da paisagem desta região em questão.

Mas afinal quem é o Sertanejo da Chapada das Mesas?

Esses povos do cerrado, os sertanejos, há muito tempo desempenham atividades neste meio com ele e para ele. Diegues os descreve da seguinte maneira:

Os sertanejos possuem um movimento secular de expansão da ocupação humana dos desertos interiores. Na vastidão do mediterrâneo interior configuram-se diversas variantes de modos de vida que são adaptações locais e funcionais dessa expansão sertaneja. (MMA, 2000, p. 52)

Com base em observações de campo, podemos dizer que é um povo que vive há mais de um século nesta região, que veio junto com a implantação da pecuária, e notadamente vive reinventando a sua própria existência.

Sobre a ocupação humana nesta região, Andrade (2008, p.60) enfatiza o papel do município de Pastos Bons, no século XVIII, que passa a ser centro de uma frente pastoril pioneira em direção ao rio Tocantins, e dá início a formações de fazendas de gado, e, no começo do século XIX, faz surgir as cidades de Riachão, Carolina, Grajaú e Barra do Corda. Sobre essas fazendas destaca:

Pelo que se pode depreender da análise da literatura histórica referente a esse período, tais fazendas de gado constituíam-se em extensões de terra sem limites fixos, onde o gado perambulava solto aos cuidados dos chamados *vaqueiros*. É bom ressaltar que o termo *fazenda*, desde então, não assumia a conotação que lhe emprestamos atualmente, significando grandes extensões de terra. A *fazenda* dizia respeito ao gado e outros bens, assim como o termo *fazendeiro*, ainda nos dias de hoje, nas representações dos trabalhadores, remete ao dono do gado e não ao dono da terra. (ANDRADE, 2008, p.60).

Em relação à forma da apropriação territorial nesta região, Maristela de Paula Andrade (2008, p.60) completa que:

Essas áreas de colonização mais antiga do Estado apresentam, com variações locais, um mesmo modelo básico de unidade econômica, onde o latifúndio sobrevive da exploração do trabalho camponês, em nível da produção agrícola, da pecuária, da coleta de babaçu e da comercialização desses

produtos, através de um pequeno entreposto que também abastece a população camponesa de produtos urbanos.

Têm-se presente essas relações até a década de 1950, com a fixação desses camponeses em áreas denominadas “da nação,” categorizada por Andrade (2008, p.61) como “[...] as faixas de terra entre uma e outra fazenda de gado, cuja propriedade não era reivindicada por nenhum fazendeiro.” Nela permaneceram cultivando a terra sem pagar aluguel, em alguns casos até o momento presente, como agregados.

Esse grupo humano desenvolve a sua maior ligação com o mundo por meio da roça para subsistência, da extração de recursos naturais do cerrado, e do trabalho com a criação de gado no sistema extensivo. O gado fica solto por largas extensões de terra, causando, em determinados lugares, a supressão da vegetação devido ao intenso pisoteio. No interior da UC, é frequente a presença de bovinos soltos (Figura 30), que são mantidos com o sistema de queima dos capins nativos, que provoca a rebrota. A cada ciclo de dois anos, este fato se repete, mesmo com a instituição do PNCM. Um costume centenário, herança da forma colonial de produção.

Aliada a essa forma de trabalho existem as grandes fazendas, que atualmente começam a se modernizar, inclusive com o uso do trator para o preparo do solo, em substituição ao uso das queimadas para a limpeza dos terrenos. Mas esses casos ainda não são a maioria, o que se observa é uma permanência da estrutura fundiária colonial, com a existência de populações sertanejas que vivem em pequenas propriedades e também “cuidam” de propriedades de outros fazendeiros considerados grandes proprietários.

Ribeiro (1997) enfatiza que em relação a esses povos que habitavam a região do cerrado sul maranhense, que trouxeram consigo uma herança cultural que é visível em seus costumes (Figura 31) como o sistema de trocas, escambo, e sua roça de subsistência, conhecida como roça no toco.



Figura 30 – Vista aérea de uma fazenda tradicional no PNCM; toda a parte superior do tabuleiro é usada para a formação de pastagens, o gado vive em grandes extensões de terra, num sistema antigo de criação; somente a borda da serra é que está com cobertura florestal, sendo a geofácia: cerradão; ao fundo na planície, as geofácies: cerrado senso restrito, cerrado rupestre e veredas; a extrema beleza da configuração geomorfológica com o desenho dos morros testemunhos que se comportam como relicários dos tempos geológicos passados.

Fonte – Arquivo IBAMA, 2007.



Figura 31– Sertaneja moradora em uma propriedade localizada próxima à nascente do rio Lages, no interior do PNCM, transportando mantimentos para a sua morada; ao fundo o Morro do Chapéu.
Fonte – MARQUES, 2008.

O modo de habitar, com suas construções a base de terra e com uso de madeira das espécies da região, são construções tradicionais com o uso de espécies arbóreas do cerrado da região. Esse tipo de habitação é muito comum em toda a extensão da área do PNCM, estendendo-se por toda a região da Chapada das Mesas- MA, o que é também comum em outras regiões inseridas no bioma cerrado, como é o caso do estado de Goiás, relatado em estudos realizados por Rigonato; Almeida (2003, p.10).

Os homens do cerrado trabalham, constroem casas, currais e instrumentos com a madeira do carvoeiro (*Sclerolobium paniculatum* Vog.), do jacaré (*Piptadenia* sp.), da mariana (sem identificação), do marinho (*Guarea guidonea* (L.) Sleumer), do mocambé (sem identificação) e com o pau pente (sem identificação). Elas são também destinadas para a fabricação de estacas para cercas de arame das propriedades particulares.

Esse patrimônio cultural é muito presente na arquitetura das moradias tradicionais observadas no interior da Unidade de Conservação, apresentadas nas Figuras: 32, 33, 34 e 35.



Figura 32 – Moradia Tradicional construída em fibra de palmeiras (Buriti e Babaçu) Carolina-MA.
Fonte – MARQUES, 2009.



Figura 33- Parede de Moradia Tradicional construída em fibra de palmeiras - Carolina-MA.
Fonte – MARQUES, 2009.



Figura 34 – Moradia Tradicional construída em taipa; cobertura de telha de barro; utilização de madeiras de espécies do cerrado – Carolina-MA.
Fonte- MARQUES, 2009.



Figura 35 – Parede de Taipa, construção em terra do local, utilizando espécies arbóreas do Cerrado - Carolina-MA.
Fonte – MARQUES, 2009.

A territorialidade do sertanejo do cerrado é impressa na paisagem por meio de sua cultura, sendo a sua convivência com o ambiente muito intensa, apropriando-se do mesmo e transformando o espaço em que vive, com pouca alteração na paisagem. Utiliza-se dos recursos naturais para sua serventia, como é o caso do Buriti, como relatado por Rigonato; Almeida (2003, p. 12):

Do fruto faz-se o óleo, e o doce feito da polpa é uma das delícias do paladar do sertanejo. As folhas são utilizadas pelas populações tradicionais no recobrimento das residências, do paiol, do chiqueiro e dos galinheiros, além da fabricação de peneiras, quibana, couraça e outros artesanatos.

A cultura do sertanejo do cerrado ou povo do cerrado, por meio de uma dimensão sociológica que a percebe como o resultado de todas as ações humanas; sendo que uma depende da outra para existir, ou seja, o ser humano transforma o ambiente, mas também é transformado por ele, em um pleno movimento que acontece no decorrer do tempo, explicitado por Machado (2007, p. 139).

A cultura não envolve simplesmente o ser humano, mas penetra nele, modelando a sua identidade, personalidade, maneira de ver, perceber, pensar e sentir o mundo. É o conjunto de entidades subjetivas e objetivas com extrema diversidade e multiplicidade, ou seja, pluralidade. [...] Dessa maneira, a forma de ser das pessoas de uma determinada cultura apresenta características comuns, que as tornam semelhantes entre si e diferentes de pessoas de outras culturas.

Neste sentido, os costumes do povo que habita a Chapada das Mesas e convive diretamente no bioma cerrado é muito semelhante aos dos seres humanos de outras áreas, que utilizam a mesma cobertura vegetal, com características físicas, biológicas e culturais, que os diferenciam de outros povos de outros biomas. Entretanto, essa cultura se traduz como o modo de vida do povo sertanejo do cerrado, que possui uma identidade própria que ao mesmo tempo, o caracteriza e o diferencia de outros povos tradicionais.

O uso dos recursos naturais para a sua reprodução de vida é muito valioso sob o ponto de vista da cultura imaterial, pois não está somente nos resultados concretos das heranças de moradias e utensílios, mas expressa uma forma de resistência em meio a grandes dificuldades para a manutenção da vida, com a forma simples de viver e a valorização dos pactos comunitários e a forte religiosidade.

A forma como utiliza uma espécie vegetal para as suas necessidades do cotidiano é singular, como por exemplo: o uso da espécie Bacuri para a confecção de telhas de cavaco da madeira para cobrir casas, que foi observado em uma propriedade do interior da unidade de conservação (Figuras 36 e 37).

Constroem suas casas, inventam e reinventam utensílios para sanar as necessidades do cotidiano, demonstrando referências históricas ancestrais indígenas, assimiladas e miscigenadas com práticas colônias portuguesas, como, por exemplos: cabaça; cuia; moringa; caçua; pilão de jatobá; moenda, entre outros. (Figuras 38, 39 e 40).



Figura 36 - Casa de madeira. Localizada no caminho para cachoeira do Prata; coberta com telha de cavaco de madeira da espécie arbórea do cerrado desta região: o Bacuri, que também produz um fruto de alto valor comercial e tem uma importância para as sociedades tradicionais extrativistas desta região, que faz a coleta e revende principalmente para a indústria de polpa de frutas do cerrado, FrutaSã, Carolina, MA.
Fonte – MARQUES, 2010.



Figura 37 – Detalhe do telhado de cavaco de madeira de Bacuri; é construída em sistema intercalado, um sobreposto ao outro, que impede a passagem de água da chuva, com alta durabilidade (em torno de 25 anos, segundo informações obtidas no local junto ao morador).
Fonte – MARQUES, 2010.



Figura 38 – Utensílios sertanejos: cuias (o objeto que foi cortado ao meio, dividido em duas partes, utilizado para pegar alimentos secos e para colocar a refeição), cabaças (utilizada inteira para carregar líquidos), pilão (confeccionado em madeira do cerrado, geralmente Jatobá ou Pequi, usado comumente para socar arroz e outros alimentos secos) e caçua.
Fonte – MARQUES, 2010.



Figura 39 – Caçua de couro de boi (confeccionado com o couro curtido ao sol, costurado a mão com o próprio couro, e utilizado para trazer produtos da roça, pendurado no cavalo ou muar).
Fonte – MARQUES, 2010.



Figura 40 – Fogão à lenha tradicional; utilizado pela grande maioria dos povos sertanejos devido ao acesso ao recurso energético (lenha) que está a disposição em seu meio ambiente; neste caso utilizado, principalmente, para defumar a carne para o armazenamento por um maior tempo, devido a ausência de energia elétrica no interior do PNCM.
Fonte – MARQUES, 2010.

Têm em comum o uso coletivo dos recursos naturais, em determinadas áreas, de onde extraem o mel, caçam, retiram madeira para construção e lenha para cozinhar, entre outros recursos.

Esses objetos possuem valor antropológico, e ampliam a memória da paisagem que ao mesmo tempo é fruto do processo histórico vivenciado por essas comunidades que habitam essa região. Silveira; Lima Filho (2005, p. 39) destacam a importância desses objetos documentais para a memória do coletivo.

É nesse sentido que é possível falar numa memória que impregna e restitui “a alma nas coisas”, referida a uma paisagem (inter) subjetiva onde o objeto (re)situa o sujeito no mundo vivido mediante o trabalho da memória, ou ainda, é da força e dinâmica da memória coletiva que o objeto, enquanto expressão da materialidade da cultura de um grupo social, remete à elasticidade da memória como forma de fortalecer os vínculos com o lugar, considerando as tensões próprias do esquecimento.

A forma como transformam os recursos disponíveis em meios de sobrevivência, que são transmitidos oralmente de geração para geração, é muito singular, identifica-os com o seu território, explicita a sua territorialidade; dá sentido ao seu viver e ao seu lugar. Silveira; Lima Filho (2005) comentam que “[...] o objeto, portanto, fala sempre de um lugar, seja ele qual for, porque está ligado à experiência dos sujeitos com e no mundo, posto que ele representa uma porção significativa da paisagem vivida.” E os autores completam:

Por outro lado, se as referências culturais materiais de grupos étnicos, emigrantes e grupos urbanos não forem garantidas, de que serve apenas registrar modos e ofícios, se o background material (barro, terra, palha, aves, flores, madeiras, água) não for preservado? (SILVEIRA; LIMA FILHO, 2005, p.48).

Todo esse patrimônio cultural depende da manutenção da biodiversidade do bioma cerrado, como explicado pelo morador desta área, em conversa informal que, ao comentar sobre a dificuldade de dar continuidade aos seus trabalhos com a moenda de cana (Figura 41) e também com o uso e fabricação de telhados de cavaco de madeira, enfrenta a falta de madeiras para a sua construção, que sempre foi muito abundante, mas que, há um determinado tempo esses recursos naturais estão diminuindo.

Para tanto, é necessário que não só esse conhecimento seja transmitido, mas que também sejam realizados replantios de espécies da flora que são utilizados para esses fins. E o mais importante dessa questão é que a reprodução social está intimamente ligada a reprodução natural, uma relação que existe há muito tempo e que está em vias de se perder no tempo presente.

A territorialidade das populações sertanejas que vivem no cerrado é percebida na paisagem com os dois modelos principais de ocupação do sertão: o latifúndio do gado e o modo de vida tradicional das comunidades camponesas, conforme ressalta Carvalho (2006):

Essas últimas, em função da necessidade e de uma relação menos mercantil com os cerrados (sistemas baseados na subsistência), conseguiram manter e talvez ampliar os conhecimentos indígenas de uso de plantas e animais do cerrado, conservando e, ao mesmo tempo, recriando as práticas extrativistas oriundas dos povos indígenas. (CARVALHO, 2006, p 110).

E, nessa rede de usos e transformação da paisagem, insere-se o movimento de conservação da biodiversidade, oriundo da necessidade de conservação do bioma cerrado, que dá origem à criação da unidade de conservação Parque Nacional da Chapada das Mesas. O tempo das permanências está se transformando rapidamente, devido aos novos momentos deste território, pois além de esses grupos habitarem no interior de uma unidade de conservação, estão agora sujeitos à mesma legislação.

Trata-se de um novo momento, com a proposição de uma nova forma de condução para essa paisagem, com base nos processos de conservação da mesma, processos em andamento.



Figura 41 – Moenda de cana artesanal em madeira, coberta com fibra de Buriti; ela é movida à tração animal (bois amansados); o caldo da cana é depois transformado em melado e principalmente em rapadura, em outra estrutura ao lado da moenda. É uma das principais fontes de alimento da população dessa região, além da farinha e proteína animal.

Fonte – MARQUES, 2010.

3.3. Sobreposição de territórios, uma complexidade em tempos atuais

A lógica camponesa de relação com a terra e demais recursos é descrita por Andrade (2008, p.68) ressaltando que não existe, nessas áreas denominadas *chapadas* do sul maranhense, “[...] nenhum espaço inútil ou vazio, como supõe a ordem capitalista, racional, de ocupação do espaço, subjacente a tantos projetos governamentais.” Esses espaços vazios foram categorizados pela autora por territórios da “Nação”, que ainda nesse momento não são propriedade registrada em cartório, e sim área de uso coletivo, comunal, por parte desse grupo sertanejo que convive nesta região desde a expansão pastoril.

Esse modo de vida em terras de “Nação”, é comumente denominado de posse, uma herança ancestral e sem legitimidade perante os registros em cartório, que, neste momento de intensas mudanças no uso territorial desta região, principalmente pelo avanço da fronteira agrícola, é extremamente necessário para se garantir a posse da terra nestas áreas para esse

povo, pois existe uma pressão para os novos usos do solo oriundos do avanço do agronegócio relacionado à monocultura da soja, cana e eucalipto.

Essa pressão tem estreita relação com o movimento do tempo rápido hoje posto por esse novo modelo de ocupação territorial que tem a base em um sistema financeiro mundializado que se instala por meio de novas formas de relações com o uso da terra, com a suposta modernização e traz consigo essas novas relações capitalistas de produção, nas quais o sertanejo fica à parte porque não está inserido neste modelo. Além disso, possui outra forma de relacionamento com o mundo em que vive, e rege os seus valores cotidianos, impressos em sua territorialidade.

Essas novas relações de produção, seguindo uma lógica capitalista que se integra no mercado, via redes de agronegócios, nos remete ao pressuposto de território, em uma conceitualização de Haesbaert (2002, p. 135):

Território tem um sentido mais amplo que região, pois envolve as múltiplas formas de apropriação do espaço, nas diversas escalas espaço-temporais. Se antes a territorialidade era vista muito mais como fixação e (relativa) estabilidade, hoje o território também se constrói numa espécie de “mobilidade controlada”, como o território - rede das grandes corporações transnacionais.

Neste sentido, a chegada das monoculturas da soja, do eucalipto e da cana para a região da Chapada das Mesas, embutida no território do agronegócio, que tem ligações em rede com outros tantos territórios destas mesmas características e que ocupa as áreas agricultáveis e as transformam seguindo um modelo de produção, pode ser vista tanto na escala local, como mundial. Ou seja, evidencia-se um pacote de mudanças que incluem a questão ambiental, com o desmatamento acelerado da vegetação nativa, a alteração da paisagem (Figura 42), o uso intensivo dos recursos hídricos para a irrigação, a introdução de agrotóxicos contaminantes para o solo, água, ar e para toda a cadeia alimentar, além das novas formas de relações trabalhistas e de uso da terra, impostos pelo modelo agroexportador.



Figura 42 - Delimitação da infraestrutura básica de apoio do modelo de agricultura modernizadora, voltada para a agroindústria, principalmente a monocultura de soja, milho, eucalipto e cana, que está em desenvolvimento na região; composto por barracões para armazenamento de insumos e fertilizantes, máquinas agrícolas, entre outros equipamentos; casa sede e de empregados; cercados em desenho circular por um conjunto de árvores de espécies exóticas, de crescimento rápido: eucalipto. Produz a alteração na paisagem pelo modelo de empresa agrícola moderna na região da Chapada das Mesas.
Fonte – Arquivo IBAMA, 2006.

Essas áreas de fronteira podem ser consideradas como resultados de contradições próprias do sistema capitalista de produção, que impõe novas formas de uso em detrimento ao que existia anteriormente no lugar de uso. Silva (2007) discute essa modernização imposta ao território nos cerrados brasileiros e, para o autor:

A fronteira é resultado das contradições socioespaciais de reprodução da sociedade capitalista. A busca de novas áreas por produtores e empresas no interior do país reflete processos de exclusão social, reprodução ampliada do capital, inserção precária de grupos sociais e difusão de valores culturais e ideológicos. (SILVA, 2007, p. 285)

A população que anteriormente ocupava esse território, que agora é cenário para outras formas de uso, a maioria das vezes não condiz com o novo modelo, principalmente em relação às sociedades tradicionais, que convive com essa nova forma de uso de seu território,

em um “[...] fenômeno não somente espacial e histórico, mas de confrontação cultural e ideológica e de expansão econômica”.

Dessa forma, dá-se a apropriação do território e se estabelecem os conflitos, de maneira desigual, prevalecendo o domínio do capital, representado pelas grandes empresas agroexportadoras. Como escreve Raffestin (1993):

[...] a possibilidade de poder, e não o poder, se constrói sobre a apropriação do trabalho na sua qualidade de energia informada. O poder não pode ser definido pelos seus meios, mas quando se dá a relação no interior da qual ele surgiu (RAFFESTIN, 1993, p. 58).

Essa relação desigual pode ser observada nas novas formas de contratos de trabalho, que ocorrem no período de safra e pelo intenso uso de mecanização que necessita de mão-de-obra especializada e que não contempla as características desse povo que vive no seu modo de vida tradicional e, portanto, oferece uma mão-de-obra considerada inferior, dentro do sistema instituído.

Do ponto de vista sociocultural, impõem-se mudanças de convivência do sertanejo, que vivia em seu ritmo temporo-espacial e que agora tem que se adaptar ao tempo rápido imposto pelo movimento das novas relações do campo. Traduzida muito bem por Haesbaert (2002, p. 121) quando escreve que:

Isso resulta em uma geografia complexa, uma realidade multiterritorial (ou mesmo transterritorial) que se busca traduzir em novas concepções, como os termos hibridismo e “glocal”, este significando que os níveis global e local podem estar quase inteiramente confundidos.

Neste momento, a territorialidade do povo sertanejo do cerrado, que possui raízes ancestrais de convivência com o seu meio, vai deixando de lado muitas relações para assumir outras, num movimento de transmutação entre o seu passado, seu presente e as expectativas para o futuro: uma adaptação ao momento presente. Ainda com muitas permanências, que podem significar a manutenção de sua cultura, mesmo com a convivência com esse novo modelo.

O que urge é a valorização de sua cultura e seu reconhecimento como identitária deste lugar, somando-se à rede de vários territórios que se sobrepõe à região; a preocupação com a manutenção do modo de vida e das práticas culturais dessas comunidades resultará na

preservação desta riqueza imaterial que é fruto da construção coletiva deste povo, a sua territorialidade.

Nesta sobreposição de territórios, inclui-se também o da conservação ambiental, tendo nesta área a sua representação por meio do Parque Nacional da Chapada das Mesas, que originou-se da necessidade de proteger o bioma, o qual corre riscos de desaparecer, pelo avanço desmedido do território do agronegócio.

Discute que essa forma antiga de convivência das populações tradicionais traz uma discussão sobre a forma que é pensada a criação de unidades de conservação para a preservação de biomas, como é o caso do PNCM, que foi criado tendo em vista a biodiversidade do cerrado. Porém, com a categoria de uso indireto (MMA/SBF-SNUC, 2004), que é a UC de proteção integral, as populações consideradas tradicionais, o caso dos sertanejos que terão de sair da área reservada para o parque, não sendo levada em conta a sua permanência por mais de um século neste ambiente.

Esse modelo de área protegida de uso indireto, que não permite haver residentes no interior da área mesmo quando se trata de comunidades tradicionais presentes há muitas gerações, parte do princípio de que toda relação entre sociedade e natureza é degradadora e destruidora do mundo natural e selvagem — a *wilderness* norte americana — não havendo distinções entre as várias formas de sociedade (a urbano industrial, a tradicional, a indígena, etc.). Logo, todas essas formas de vida social deverão estar fora das áreas protegidas acima descritas. (MMA, 2000, p.7)

Tanto por um lado, com o fortalecimento do território do agronegócio, o sertanejo terá que conviver em desvantagem com o sistema agroexportador, quanto por outro lado, tem o seu território, ou uma parte dele, sendo reservado para outro fim e que o exclui do seu lugar de origem, no caso da unidade de conservação, que prevê a sua saída do interior da mesma.

Essa é uma questão a ser mais discutida e repensada, principalmente no viés da conservação ambiental no sentido mais amplo, pois também envolve a cultura dos povos tradicionais que se aliam em muito no movimento de conservação da biodiversidade.

É necessário, pois, uma abertura maior de espaços de diálogos entre os diversos sujeitos que atuam nestes territórios, para que se busque uma nova forma de planejamento territorial visando a manutenção da memória cultural do povo sertanejo, não somente em espaços construídos para tal fim, como é o caso dos centro-culturais, mas sim na sua própria territorialidade, pensando em recortes paisagísticos, tanto para a conservação da biodiversidade, como da sociodiversidade.

4. AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE NO BRASIL

4.1. Historicidade das unidades de conservação

A necessidade da conservação do meio ambiente faz parte da história da humanidade desde os mais remotos tempos, sendo que:

A preocupação com o estabelecimento de áreas a serem protegidas é bastante antigo; existem relatos de que o imperador indiano Ashoka em 252 a.C. determinou a proteção de certos animais, peixes e áreas florestadas e do também imperador indiano Babar que no século XV estabeleceu reservas especiais para a proteção e caça de rinocerontes (WALLAUER, 1998). A civilização Inca impôs limites físicos e sazonais à caça de certas espécies e na Europa Medieval a palavra “parque” designava um local determinado no qual animais viviam na natureza sob a responsabilidade do rei (MORSELLO, 2001). Estas áreas européias tinham como principal objetivo a proteção de seus recursos para garantir à aristocracia o exercício da caça e a provisão de madeira [...]. (MARQUES; NUCCI, 2007, p.2).

O estabelecimento dessas áreas protegidas, desde a história antiga da sociedade humana, faz nos perceber que os impactos ambientais já eram perceptíveis, mesmo antes de um momento de transformação da sociedade e sua relação com o uso dos recursos naturais, que se deu com o agravamento das questões ambientais, com o início da revolução industrial, principalmente, pelo fato dos avanços da tecnologia e aumento da população mundial.

Percebe-se que a implantação de áreas protegidas, desde as suas primeiras intenções foram estabelecidas para a manutenção das espécies vegetais e animais, o que ainda é a base da conservação da biodiversidade nos momentos atuais, tendo o ser humano como um agente de destruição dos recursos naturais.

A partir do século XX, a preocupação com os recursos naturais e com os cenários de destruição do meio ambiente do planeta passou a fazer parte da agenda dos grandes fóruns internacionais. E para obter uma maior cooperação entre os países em relação à conservação dos biomas e à criação de áreas protegidas, foi criado em 1948 a União Internacional para a Proteção da Natureza, que deu origem à União Internacional de Conservação da Natureza (IUCN), que realizou a primeira Conferência Mundial de Parques Nacionais, no ano de 1962, em Seattle (EUA), onde foram discutidos pela primeira vez os critérios para criação de áreas protegidas (AMEND; AMEND, 1995).

Com a assinatura da Convenção sobre Diversidade Biológica, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, construída com base no III Congresso Mundial de Parques, realizado em Bali, Indonésia, 1982, deu-se um grande passo para a solidificação da importância desse instrumento de conservação ambiental: as áreas delimitadas e protegidas por lei.

Na Declaração de Bali, a importância das áreas naturais protegidas (definida como áreas de terra e/ou mar especialmente dedicadas à proteção e manutenção da diversidade biológica, e de seus recursos naturais e culturais associados, manejadas por meio de instrumentos legais ou outros meios efetivos) é dado um grande passo para a conservação da biodiversidade, uma vez que dessa forma promovem a manutenção de amostras representativas de ambientes naturais, da diversidade de espécies e de suas variações genéticas, e ampliam as bases para a pesquisa científica, educação ambiental, turismo e a forma de atuação menos predatória em relação ao meio ambiente e que possa ocorrer a geração de renda, como uma outra via possível de desenvolvimento humano.

Com referência na criação do Parque Nacional de Yellowstone/EUA, 1872, André Rebouças, em 1876, sugeriu a criação de unidades de conservação no Brasil, uma nas cachoeiras de Sete Quedas e a outra na Ilha do Bananal, porém a primeira unidade de conservação instituída foi no ano de 1937, denominada Parque Nacional de Itatiaia, no estado do Rio de Janeiro.

Desde a criação de Yellowstone, em 1872, até 1994, mais de 8.500 áreas protegidas foram estabelecidas em todo o mundo. À época havia indicações de que ao menos outras 40.000 áreas protegidas que não se enquadravam nas categorias da World Conservation Union (IUCN). [...] Somente quatro anos mais tarde, em 1998, o número de áreas protegidas reconhecidas pela IUCN atingiu a marca das 9.869 unidades, o que corresponde a um incremento de 14%. Essas unidades protegem uma área total de 931.787.396 ha, ou seja, cerca de 6,29% da superfície terrestre. (MORSELLO, 2001, p. 24).

Em 2000, foi estabelecido no Brasil o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, por meio da Lei nº 9.985/2000, que estabelece em seu artigo 50, que o Ministério do Meio Ambiente organizará e manterá um Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, com a colaboração do IBAMA e dos demais órgãos estaduais e municipais competentes. A implementação do SNUC uniformiza a base conceitual referente às áreas protegidas, especialmente no que concerne às categorias de unidades de conservação nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal) o que resulta em uma maior articulação do processo de gestão do patrimônio ambiental brasileiro.

Em abril de 2006 foi instituído o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), pelo Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 (BRASIL, 2006). O PNAP é o instrumento norteador de planejamento e gestão, dinâmico e flexível, que define princípios, diretrizes, objetivos e estratégias para o estabelecimento, até 2015, de um sistema abrangente de áreas protegidas, ecologicamente representativo e efetivamente manejado, integrando as paisagens terrestres e marinhas, bem como a promoção de acesso e repartição justa e equitativa dos custos e benefícios advindos da conservação da natureza.

Apesar da valoração do conhecimento científico sobre a importância da implantação de unidades de conservação já ter assegurado a sua real importância, ainda assim, a sociedade humana precisa tomar para si essa bandeira, no caso brasileiro, as UCs promovem inúmeros benefícios para grande parte da nossa população, descrito por Medeiros et al. (2011, p. 6), os autores destacam que:

As unidades de conservação cumprem uma série de funções cujos benefícios são usufruídos por grande parte da população brasileira – inclusive por setores econômicos em contínuo crescimento, sem que se deem conta disso. Alguns exemplos: parte expressiva da qualidade e da quantidade da água que compõe os reservatórios de usinas hidrelétricas, provendo energia a cidades e indústrias, é assegurada por unidades de conservação. O turismo que dinamiza a economia de muitos dos municípios do país só é possível pela proteção de paisagens proporcionada pela presença de unidades de conservação. O desenvolvimento de fármacos e cosméticos consumidos cotidianamente, em muitos casos, utilizam espécies protegidas por unidades de conservação.

Isso sem contar a enorme ameaça à fauna brasileira, com uma grande lista de espécies ameaçadas de extinção, que inclui vertebrados e invertebrados terrestres e aquáticos, num total de 627 espécies. “A crescente destruição de áreas naturais aumenta o número de espécies ameaçadas”. (BRASIL, 2006, p. 136-137).

Os grupos que apresentam maior número de espécies ameaçadas são as aves, os peixes de água doce e os insetos, com 160, 142 e 96 espécies, respectivamente. [...] Além da destruição de habitats, a pesca se constitui em fator de pressão sobre as populações de peixes e invertebrados aquáticos, tanto marinhos quanto de águas interiores.

No Brasil, são contabilizadas, no ano de 2009, 310 UCs Federais o que demonstra a Figura 43.

Figura 43 – Unidades de Conservação Federais, Centros Especializados e Coordenações Regionais.
Fonte- ICMBio, 2009

O PNCM se encontra na área considerada Amazônia Legal, sendo que as áreas de conservação do cerrado equivalem a aproximadamente 2% da região Amazônica. Comparando-se o esforço conservacionista do Brasil com relação a Amazônia, que conta com 12% de sua área protegida na forma de unidades de conservação, o cerrado é carente em áreas protegidas. Além disto, o Cerrado não recebeu na Constituição Brasileira o status de patrimônio nacional concedido para a Amazônia, Mata Atlântica, Pantanal e Sistemas Costeiros. (IBAMA, 2006).

Após a criação do Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (ICMBio) as unidades de conservação ficaram sob a responsabilidade das Coordenações Regionais, que ao todo são onze espalhadas por todo o território brasileiro, ficando o PNCM sob a responsabilidade da CR-5, em Parnaíba, no estado do Piauí. (ICMBio, 2010).

Estes dados nos servem de alerta para a consolidação do Sistema Brasileiro de Unidades de Conservação, pois nossa biodiversidade necessita de atenção e espaço de reprodução, o que pode ser possibilitado com a criação e implementação dessas áreas protegidas por lei.

4.2. Aspectos relevantes sobre as unidades de conservação no Brasil

No Brasil, a base de institucionalização das áreas protegidas é o SNUC, que divide as unidades em dois grupos: Unidades de Proteção Integral com objetivo central de preservação da natureza, permitindo apenas o uso indireto dos seus atributos naturais, que se dividem em: Parque Nacional Reserva Biológica, Estação Ecológica, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre.

As Unidades de Uso Sustentável que se caracterizam pelo uso direto de uma parcela dos seus recursos naturais, direcionando a compatibilização da natureza com o uso sustentável, distribui-se da seguinte forma: Área de Proteção Ambiental, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Área de Relevante Interesse Ecológico, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Segundo o SNUC, as áreas inseridas no perímetro de um parque nacional, têm como premissa a preservação de biomas de grande importância e beleza cênica, que são de posse e domínio público, havendo necessidade de desapropriação e indenização das propriedades particulares. “As unidades de proteção integral se destacam pela preservação da natureza, com o mínimo de interferência humana nos ecossistemas. Nos Parques Nacionais,

Monumentos Naturais e Refúgios de Vida Silvestre além destas atividades, a visitação pública é permitida, sendo locais ideais para a prática de turismo e lazer, em harmonia com a natureza.” (ICMBio, 2010).

Em relação ao uso público, o Parque Nacional deverá ter um plano de manejo que definirá as normas e restrições da unidade e as atividades a serem desenvolvidas em sua área as quais dependerão de autorização prévia do órgão responsável por sua administração e estará sujeita às condições e restrições por este estabelecida, bem como àquelas previstas em regulamento. Como descrito abaixo:

[...] de acordo com o SNUC, as unidades devem dispor de um Plano de Manejo (art. 27), o qual deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação. Em conformidade com o art. 27, §1º da referida Lei, "o Plano de Manejo deve abranger a área de unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas". Entende-se por zona de amortecimento o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade e os corredores ecológicos são caracterizados como porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais (art. 2º, XVIII e XIX). (SCHENINI et al., 2004, p. 5-6).

O plano de manejo é um instrumento fundamental para a gestão da unidade, e o SNUC prevê ainda:

Art. 28. São proibidas, nas unidades de conservação, quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, o seu Plano de Manejo e seus regulamentos.

Parágrafo único. Até que seja elaborado o Plano de Manejo, todas as atividades e obras desenvolvidas nas unidades de conservação de proteção integral devem se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais.

Art. 29. Cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, por proprietários de terras localizadas em Refúgio de Vida Silvestre ou Monumento Natural, quando for o caso, e, na

hipótese prevista no § 2º do art. 42, das populações tradicionais residentes, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade. (MMA/SBF – SNUC, 2004).

O parágrafo único constante na Lei resume a importância do plano de manejo, e enquanto a unidade não tiver elaborado esse estudo, as populações tradicionais residentes devem ter assegurado o seu modo de vida. No capítulo IX, que trata do reassentamento das populações tradicionais é esclarecido que

Art. 35. O processo indenizatório de que trata o art. 42 da Lei nº 9.985, de 2000, respeitará o modo de vida e as fontes de subsistência das populações tradicionais. Art. 36. Apenas as populações tradicionais residentes na unidade no momento da sua criação terão direito ao reassentamento. [...] Art. 39. Enquanto não forem reassentadas, as condições de permanência das populações tradicionais em Unidade de Conservação de Proteção Integral serão reguladas por termo de compromisso, negociado entre o órgão executor e as populações, ouvido o conselho da unidade de conservação. § 1º O termo de compromisso deve indicar as áreas ocupadas, as limitações necessárias para assegurar a conservação da natureza e os deveres do órgão executor referentes ao processo indenizatório, assegurando o acesso das populações às suas fontes de subsistência e a conservação dos seus modos de vida. (MMA/SBF – SNUC, 2004).

A garantia que as populações tradicionais possuem quando residem em interior de unidades de proteção integral é a assinatura do Termo de compromisso, que deve ser realizado de uma forma em comum com a gestão da UC. Esta é uma das questões que têm causado muitos conflitos em Parques Nacionais e que voltará a ser comentado posteriormente.

Dentre as Unidades de Conservação do Brasil, denominados Parques Nacionais, que ao todo são 67 unidades e atualmente 21 dessas áreas estão abertas à visitação, ou seja, nem a metade das UCS dessa categoria estão em condições de receber turistas, “[...] pois não têm estrutura mínima para atender à visitação como portaria, centro de visitantes, estacionamento.”

Um outro aspecto que merece ser ressaltado refere-se à realidade de alguns parques nacionais que recebem um fluxo considerável de visitantes, mesmo não apresentando o Plano de Manejo e infraestrutura básica e de recursos humanos, como é o caso do Parque Nacional da Chapada Diamantina, que não está oficialmente aberto à visitação, mas representa um dos principais destinos turísticos do País. Esse fato pode estar associado a alguns aspectos, tais como: facilidade de acesso, divulgação de atrativos situados no entorno das unidades de conservação, estratégias de desenvolvimento do turismo regional, entres outros. (MMA/SPF-SNUC 2004, p.10).

O SNUC prevê que a visitação pública em Parques Nacionais é permitida por intermédio das atividades educativas, recreativas e de interpretação ambiental, que propiciam ao visitante a oportunidade de conhecer, entender e valorizar os recursos naturais e os recursos culturais existentes nessas áreas. Essa regulamentação deve vir também no Plano de Manejo da unidade, que é

[...]uma das principais ferramentas para disciplinar o uso turístico das UCs de forma a garantir a sustentabilidade da mesma, como já foi exposto anteriormente, possibilita sua realização com a participação da comunidade, o chamado manejo participativo, garantindo que se exerçam funções, direitos e responsabilidades com respeito à UC, a fim de compatibilizar o seu uso turístico e a sua proteção efetiva. Diante do exposto é então possível observar de forma clara a relação existente entre o plano de manejo nas UCs com o desenvolvimento do turismo sustentável. (AMARAL et al., 2008, p. 14).

A sustentabilidade do turismo em uma unidade de conservação é fundamental para que se cumpram os objetivos para o qual a unidade foi criada, que antes de ser mais um atrativo turístico é um conjunto da biodiversidade brasileira que deve ser conservado, além da manutenção das formas e modo de vida das populações tradicionais que habitam o lugar.

Decorre também, que à medida que a população brasileira conhece as suas unidades de conservação e compreende a importância para a qual elas foram criadas, gera-se um movimento de valorização da nossa biodiversidade, ampliando-se assim o valor dessa questão perante as políticas públicas para a conservação do meio ambiente.

Em relação ao potencial econômico dos múltiplos bens e serviços provisionados pelas unidades de conservação brasileiras, Medeiros et al. (2011) ressalta os benefícios que a existência dessas áreas protegidas trazem para nossa economia oriunda de: produtos florestais, uso público, carbono, água, repartição de receitas tributárias. Segundo os autores, no caso das unidades da categoria de uso sustentável:

[...] o conjunto de serviços ambientais avaliados nesse estudo gera contribuições econômicas que, quando monetizadas, superam significativamente o montante que tem sido destinado pelas administrações públicas à manutenção do Sistema Nacional de Unidades Conservação da Natureza (SNUC); somente a produção de madeira em tora nas Florestas Nacionais e Estaduais da Amazônia, oriundas de áreas manejadas segundo o modelo de concessão florestal, tem potencial de gerar, anualmente, entre R\$ 1,2 bilhão a R\$ 2,2 bilhões, mais do que toda a madeira nativa atualmente extraída no país; a produção de borracha, somente nas 11 Reservas Extrativistas identificadas como produtoras, resulta em R\$ 16,5 milhões

anuais; já a produção de castanha-do-pará tem potencial para gerar, anualmente, R\$ 39,2 milhões, considerando apenas as 17 Reservas Extrativistas analisadas. Nos dois casos, esses ganhos podem ser ampliados significativamente caso as unidades de conservação produtoras recebam investimentos para desenvolver sua capacidade produtiva (MEDEIROS et al., 2011, p. 6).

Esses estudos são fundamentais para justificar a criação e implementação de unidades de conservação, neste caso as de uso sustentável, que têm ampliado e gerado ações no sentido da sustentabilidade da nossa biodiversidade, porém, é necessário, como salientam os autores, que haja investimentos em sua capacidade produtiva, que podemos compreender como investimentos em formação de capital humano, melhoramento dos sistemas sustentáveis e veículos tecnológicos de conservação dos recursos florestais que são utilizados nestes tipos de gestão de uso direto nessas UCs.

No caso das UCs da categoria de proteção integral, os autores destacam que:

[...]a visitação nos 67 Parques Nacionais existentes no Brasil tem potencial para gerar entre R\$ 1,6 bilhão e R\$ 1,8 bilhão por ano, considerando as estimativas de fluxo de turistas projetadas para o país (cerca de 13,7 milhões de pessoas, entre brasileiros e estrangeiros) até 2016, ano das Olimpíadas; a soma das estimativas de visitação pública nas unidades de conservação federais e estaduais consideradas pelo estudo indica que, se o potencial das unidades for adequadamente explorado, cerca de 20 milhões de pessoas visitarão essas áreas em 2016, com um impacto econômico potencial de cerca de R\$ 2,2 bilhões naquele ano. (MEDEIROS et al., 2011, p. 6).

Para tanto, é necessário que haja um maior investimento na implementação das unidades de conservação no Brasil, que mesmo perante a infraestrutura ainda precárias, tem recebido grande fluxo de visitação, sem contar a abertura oficial dessas unidades para a visitação, considerando que a previsão é que aumente nos próximos anos.

Com a vinda da Copa do Mundo e das Olimpíadas para o nosso país, esta perspectiva se eleva. Para receber todo este público nos Parques Nacionais Brasileiros, o ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade está ampliando a oferta de serviços nos Parques Nacionais Brasileiros. (ICMBio,2010).

Atualmente, temos um número crescente de visitantes nos parques nacionais, como demonstrado na Figura 44.



Figura 44 – Número de Visitantes nos Parques Nacionais.
Fonte – ICMBio, 2010.

Esses dados são um pouco preocupantes pelo fato da baixa infraestrutura que apresentam os parques nacionais brasileiros, e também pelo número de funcionários que ainda é bastante reduzido, entre outros problemas.

A ampliação dos investimentos na conservação do meio ambiente faz parte de um pacote de medidas que precisam ser implementadas, tanto em nível governamental como pela iniciativa privada, sendo necessária a compreensão desses recursos naturais, desse potencial que também se traduz no viés econômico e que produz benefícios para a nossa sociedade. Medeiros et al. (2011) complementam sobre esse valor econômico que a conservação ambiental, por meio da implantação de unidades de conservação, trazem para o nosso país. Segundo os autores, considerando os benefícios que a manutenção da floresta em pé, escrevem que

[...] o Brasil impediu a emissão de pelo menos 2,8 bilhões de toneladas de carbono, com um valor monetário conservadoramente estimado em R\$ 96 bilhões; considerando os limites do custo de oportunidade do capital entre 3% e 6% ao ano, pode-se estimar o valor do “aluguel” anual do estoque de carbono cujas emissões foram evitadas pelas unidades de conservação entre R\$ 2,9 bilhões e R\$ 5,8 bilhões por ano, valores que superam os gastos atuais. (MEDEIROS et al., 2011, p. 7).

Isso sem contar as reservas de água, que estão protegidas pelas delimitações das unidades de conservação, comentado pelos autores,

[...] 80% da hidreletricidade do país vem de fontes geradores que têm pelo menos um tributário a jusante de unidade de conservação; 9% da água para consumo humano é diretamente captada em unidades de conservação e 26% é

captada em fontes a jusante de unidade de conservação; 4% da água utilizada em agricultura e irrigação é captada de fontes dentro ou a jusante de unidades de conservação; em bacias hidrográficas e mananciais com maior cobertura florestal, o custo associado ao tratamento da água destinada ao abastecimento público é menor que o custo de tratamento em mananciais com baixa cobertura florestal. (MEDEIROS et al., 2011, p. 7).

Outros serviços ambientais comentados pelos autores e que merecem destaque são: a receita real de ICMS Ecológico no ano de 2009, que foi repassada aos municípios que têm em sua área territorial unidades de conservação, no valor de R\$ 402,7 milhões, sendo que, no estado do Maranhão, ainda não foi regulamentada essa lei, que, segundo informações verbais, está em trâmite na Assembléia Legislativa do Estado, o que precisaria ser urgentemente implantado para apoiar os municípios que têm potencial para a conservação da biodiversidade e também necessitam ampliar suas receitas para investir em melhoria dos serviços públicos municipais, isso é claro, com controle social desses recursos, com transparência na gestão do dinheiro público.

Está implícito que investir em conservação do meio ambiente traz benefícios para a sociedade brasileira, porém, é necessário ampliar esses canais de divulgação e acesso às unidades de conservação como forma de ampliar o conhecimento sobre a sua importância e criar mecanismos de sensibilização para despertar uma relação mais compromissada em relação à manutenção da nossa valorosa biodiversidade.

4.3. O processo e as discussões preliminares sobre criação da unidade de conservação

A orientação de criação de uma unidade de conservação no bioma cerrado compõe-se como uma das diretrizes de conservação da biodiversidade que tem neste bioma um dos mais atingidos pela pressão antrópica como comentado anteriormente.

E no caso específico desta UC, veio como uma forma de proteger a paisagem, em um primeiro momento, da construção de duas pequenas centrais hidroelétricas em estudo nas cachoeiras do Prata e de São Romão, ambas no rio Farinha, afluente da margem esquerda do rio Tocantins.

O documento: Diagnóstico sócio-econômico-cultural-ambiental no Parque Nacional da Chapada das Mesas- MA, de 26 de junho de 2006, arquivo do IBAMA-MA, esclarece sobre a importância da criação dessa unidade de conservação:

A intenção de se conservar a região da Chapada das Mesas, no sul do Maranhão, é bem antiga. A primeira proposta foi feita na década de 1970 e, ao longo dos anos, outras tentativas surgiram, mas não foram concluídas. Em 2003, movimentos de defesa do meio ambiente existentes em Carolina e o poder público local preocupados com as constantes ameaças de desmatamento e implantação de projetos incompatíveis com a conservação das belezas naturais da região, encaminharam um novo pedido ao Ministério do Meio Ambiente. Depois de uma série de estudos realizados pelo IBAMA, foi apresentada à população a proposta de criação do Parque Nacional, com 141 mil ha. Esta proposta foi discutida em Consulta Pública realizada em Carolina no dia 22 de agosto de 2005, onde os participantes sugeriram a ampliação da área. Após novas avaliações por parte do IBAMA, o Parque foi definido em 160.046,63.36 ha, divididos em duas áreas: a maior, com mais de 140 mil ha, ocupa parte dos municípios de Carolina e Estreito; e a outra, com cerca de 19 mil ha, divide-se entre Carolina e Riachão.(IBAMA, 2006, p. 1).

Mediante a análise da entrevista da Analista Ambiental ICMBio/ IBAMA I, a idéia de criação dessa Unidade é bastante antiga, sendo referendada pela entrevista do Professor Municipal, que lembrou que desde a década de 1940 se pensava em criar uma área de conservação dessa paisagem, principalmente pela sua beleza cênica, e posteriormente, na década de 1980, houve a intenção de represar as águas do rio Farinha, para a construção de duas mini-usinas hidroelétricas, o que resultaria no desaparecimento de duas das maiores e mais bonitas cachoeiras da região: Cachoeira do Prata e de São Romão (Figura 45).

Esse movimento alcançou uma maior dimensão culminando com a fundação da organização ambientalista: SOS rio Farinha, amparada por meio da informação verbal do Ambientalista Regional que participou ativamente deste processo, comentando que este fato foi um momento histórico para a conservação do cerrado desta região, que teve o seu marco fundamental iniciado via IBAMA, em sua Gerência Regional em Imperatriz, como proposta de estudo preliminar a criação da unidade de conservação nesta área para conter não somente o represamento do rio Farinha, mas prioritariamente o avanço do desmatamento devido à monocultura de soja, o que denominamos a territorialização do agronegócio, que inclui também o plantio de eucalipto e cana-de-açúcar.



Figura 45 - Vista aérea da cachoeira de São Romão, no período chuvoso, quando as águas apresentam um aumento do volume e alteração da cor devido ao aumento de sedimentos oriundos do processo erosivo que está ocorrendo em suas margens.
Fonte – Arquivo IBAMA, 2006.

Portanto, o PNCM, em sua fase embrionária, veio de um anseio da comunidade carolinense organizada que lutou para a delimitação de áreas de conservação na região. A Analista Ambiental ICMBio/IBAMA I relatou esse processo da seguinte forma:

“E realmente a sociedade de lá se organizou, já tinham criado uma organização não governamental que era a associação SOS rio Farinha, a ONG SOS rio Farinha, e essa associação mobilizou diversos setores da sociedade, fizeram abaixo assinado, tal, pedindo a criação de uma unidade de conservação naquela região de Carolina, sem especificar direito a área, só citando a importância do rio Farinha para o abastecimento da região, para a questão turística e pedindo uma unidade naquela região, e levaram diretamente para o Ministério do Meio Ambiente. Então, a participação do IBAMA na época, pela Gerência de Imperatriz, foi essa orientação inicial, aí a própria comunidade levou essa solicitação para a Ministra Marina Silva, e chegou no Ministério, e a partir daí, a gerência passou a acompanhar esse processo. Eles me informaram de que tinham dado entrada e aí a gerência se colocou a disposição para auxiliar nas vistorias que seriam necessárias, toda a parte de estudos, mas então esse processo foi tramitando na Diretoria de Meio Ambiente, responsável pelo cerrado, e em 2005 esse processo foi para o IBAMA, e aí sim foi o

responsável por fazer as vistorias de criação.”(Analista Ambiental ICMBio/IBAMA I, 2009)

Os estudos para a criação da UC foram feitos por equipes compostas de servidores do IBAMA, sede em Brasília, e da gerência executiva de Imperatriz, descrito por meio do depoimento abaixo:

“[...] na época eu ainda estava na gerência, e acompanhei uma das vistorias por terra, foram duas vistorias na área, com a equipe de Brasília e equipe de apoio da gerência. Então foram duas visitas, uma semana a dez dias cada uma. Eu participei da segunda visita: percorreram toda a área, [...] no processo eles citaram vários pontos de referência, principalmente por que eles achavam a beleza cênica, área de utilização para o turismo, era então uma área muito grande, mais de 300 (trezentos mil hectares). E aí foram feitas várias vistorias nessa área toda, duas por terra e uma delas com apoio de aeronave, não foi conseguido um helicóptero, e aí foi feita uma vistoria com avião, e também foram dois sobre-voos na mesma ocasião, mas também cobriu toda a área que estava proposta para estudo de criação da unidade.”(Analista Ambiental ICMBio/IBAMA I, 2009).

Após a fase de estudos e encaminhamentos do processo de criação, foi realizada a consulta pública, onde consta

[...] no processo IBAMA nº 02001.003252/2005-29 com assunto denominado Criação do Parque Nacional da Chapada das Mesas no estado do Maranhão, endossa os documentos essenciais à instrução processual da proposta de criação do Parque Nacional da Chapada das Mesas. Neste encontra-se a descrição exata da localização da área proposta para criação da unidade e com a ata da realização de Consulta Pública para criação do Parque Nacional, com vistas a atender as exigências legais previstas no art.22, da Lei 9985/32000 e do Decreto nº4340/2002, este revelando no artigo 5º, subitem 1º que “consulta consiste em reuniões públicas ou, a critério do órgão ambiental competente, outras formas de oitiva da população local e de outras partes interessadas.” E no subitem 2º que “no processo de consulta pública, o órgão executor competente deve indicar, de modo claro e em linguagem acessível, as implicações para a população residente no interior e no entorno da unidade proposta (JARDIM, et al., 2009, p. 402-403).

A consulta pública para criação do Parque Nacional da Chapada das Mesas foi realizada na Câmara Municipal de Carolina, onde foi apresentada uma proposta de criação de um Parque Nacional com 141 mil hectares, ampliado para 161 mil hectares a pedido dos presentes. Neste momento compareceram 80 pessoas, destacando-se a presença de representantes da sociedade civil organizada, proprietários de terra, profissionais liberais,

deputados federais, procuradores do ministério público estadual, pelo prefeito e secretários municipais de Carolina.

Ocorreu pouca participação dos moradores do interior da unidade, relatado na informação verbal obtida com o Ambientalista Regional, que declarou que tentou organizar caravanas de moradores do interior, ou seja, do sertão, para que participassem dessa consulta, mas não obteve muito sucesso, principalmente pelas grandes distâncias e as dificuldades na comunicação.

Essa pouca participação dos sertanejos³ na consulta pública chama a atenção para a realidade desse povo, que por habitar em lugares de difícil acesso com poucos meios de comunicação, e possivelmente pelo fato de não compreenderem as informações recebidas sobre o que seria essa consulta pública, ocorreu, portanto, que em sua maioria não tiveram essa oportunidade, como descrito por Jardim et al.(2009) ao indagarem sobre o assunto:

Estes foram unâmines em responderem que não participaram, tendo como justificativa o fato de que não foram avisados, outros relatando que não tiveram oportunidade de participar, pois quando souberam o parque já estava criado, outros argumentaram que aonde a reunião foi realizada era longe do local onde residem inviabilizados de se deslocarem pela dificuldade de transporte. (JARDIM et al., 2009, p. 402).

Essa questão traz algumas discussões: por Lei não era necessário a presença maciça da população que seria mais afetada pela criação da UC, e segundo relato da Analista Ambiental ICMBio/IBAMA I, que participou da consulta pública para a criação da UC que enfatiza o problema das grandes distâncias e dificuldades de acesso aos povoados e moradas no interior da unidade, e devido a esses fatores foi organizada a consulta pública na área urbana de Carolina, o que resultou na pouca presença desses povos que moram em áreas distantes, remotas, no interior da área proposta.

Considera-se que essa forma de organização de consulta para a criação de unidades de conservação precisa de maior detalhamento e estudo técnico, pois existe a necessidade de se repensar os procedimentos para a realização dessas consultas públicas para as áreas de difícil acesso, pois a presença dessa população residente no interior das áreas propostas é imprescindível para o processo participativo, a qual deve ser respeitada.

³Grupo de população residente nas áreas interiores do território brasileiro, neste caso, habitantes do bioma cerrado. Darcy Ribeiro (1995) define: cultura sertaneja - difundida pelo sertão nordestino até o cerrado do Brasil central pela criação de gado.

Neste ponto, retrocedemos à discussão inicial: ao se iniciar um processo de criação de uma UC de proteção integral é necessário uma valoração maior em relação à presença dessas comunidades tradicionais, pois são parte integrante do meio ambiente que se quer conservar, e dependem dele para a continuidade de sua existência.

Essa nova tendência da conservação baseia-se, de um lado, na constatação do insucesso de muitos parques nacionais e áreas protegidas de uso indireto e, de outro, em argumentos de ordem ética, política, cultural e ecológica. Sob o ponto de vista ético, argumenta-se ser injusto expulsar comunidades que vivem nas áreas de florestas há tantas gerações e que são responsáveis pela qualidade dos habitats transformados em áreas protegidas, dado o seu modo de vida e o uso tradicional dos recursos naturais.

Sob o ponto de vista político, constatou-se que, sem o apoio dessas comunidades, grande parte das ações conservacionistas e preservacionistas tem efeito oposto à real conservação dos habitats e dos recursos naturais. Além disso, o modelo preservacionista tem alto custo social e político, pois adota um enfoque autoritário, de cima para baixo, uma vez que, na maioria das vezes, as comunidades locais não são consultadas a respeito da criação de uma área protegida restritiva sobre seu território. Tal modelo é, desnecessariamente, caro politicamente e hoje, na maioria dos países tropicais, somente é viável com grande aporte financeiro dos países industriais do Norte, dos bancos multilaterais e de algumas megaorganizações conservacionistas ligadas a esses países. (MMA, 2000, p.10).

O processo de criação das unidades de conservação de categorias mais restritivas, como é o caso do PNCM necessita de um maior planejamento local, não querendo dizer que neste caso não ocorreu essa ação, e sim, que existe a necessidade de uma atenção maior às populações diretamente envolvidas com essa nova forma de uso para o território que inegavelmente é de uso e posse dessas comunidades tradicionais, que precisam participar mais desse processo, o que contribuiria com a diminuição de problemas com a fase posterior, que é a da implementação e efetivação da UC.

A nota técnica PROGE/COEPA N° 166/2005 do processo IBAMA n° 02001.003252/2005, revela a “[...] inexistência de maiores informações referentes ao domínio das terras inseridas na área proposta para criação da UC. Informa, apenas, sobre a baixa ocupação do território”. Comprovadamente, essas terras inseridas no perímetro da unidade de conservação são de baixa ocupação, porém não houve um estudo mais detalhado para se apontar a forma como esse território era ocupado, usado, no que tange ao seu modo de vida e o território que necessitam para sua existência. O que ajudaria muito o processo que viria após a fase de criação, ou seja, a implementação do parque, a sua regularização fundiária, diminuindo inúmeros conflitos relacionados ao uso e ocupação do solo por parte das

populações tradicionais, que em sua maioria não possuem o registro de sua propriedade legalizado em cartório, e habitam de forma ancestral nesse território.

Em relação aos problemas causados pela remoção das populações tradicionais do interior de unidades de conservação de uso restrito, como é o PNCM, em diversos lugares do mundo, Arruda (1999, p. 84) relata que

[...]em muitos países do Terceiro Mundo tem aumentado o nível de destruição florestal, à medida que a população expulsa passa a ocupar e derrubar novas áreas para moradia. Os que não conseguem ou não querem mudar para novas áreas são obrigados a superexplorar as áreas ainda acessíveis (florestas vizinhas às unidades de conservação). Muitas vezes, passam a encarar os recursos naturais da área como perdidos para sua comunidade. Em função disso, pouco fazem em prol do manejo da unidade de conservação, desenvolvendo muitas vezes práticas clandestinas de superexploração no interior da própria área.

Apesar da baixa ocupação da área, deve-se levar em consideração os aspectos territoriais dessa população, e mesmo que seja reassentada em outra área com características parecidas ao anterior, este grupo poderá reagir negativamente com a apropriação de seu território ancestral, causando consequências com a incidência de maior número de queimadas, extração ilegal de produtos florestais, e a não aceitação da unidade de conservação por parte das comunidades do seu entorno, contribuindo assim com o aumento dos riscos e fragilidades para a consolidação da mesma como um instrumento de conservação ambiental, objetivo principal de sua criação.

4.4. O início da implementação do Parque Nacional da Chapada das Mesas

O PNCM foi criado em 12 de dezembro de 2005 e teve o início de sua implementação por meio da Gerência Executiva do IBAMA de Imperatriz, com a realização do I curso de monitores ambientais para a região da Chapada das Mesas, que já era uma demanda do grupo de turismo do município de Carolina.

Como planejamento inicial para a implementação da unidade, foram organizadas reuniões com a comunidade local para explicar o significado da existência desse novo modelo de uso do território para a conservação ambiental.

Foram designados dois analistas ambientais como responsáveis pela UC, no caso, um que ficou com o cargo de chefe da unidade e a outra analista ambiental como substituta. Não

havendo mais nenhuma infraestrutura, e nem tampouco investimentos para dar início ao cadastro das propriedades e o processo de regularização fundiária.

Em fevereiro de 2006, ocorreu a primeira reunião com a comunidade local (Figura 46) que foi organizada para acontecer em dois momentos: a primeira na sede do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e a outra para o Sindicato Patronal dos Proprietários de Terra, ambos ligados à área rural do município de Carolina.

Segundo o documento memória arquivo do PNCM, essa primeira reunião, depois da publicação do decreto de criação da UC foi bastante conturbada, tendo a sede do STTR em Carolina praticamente ocupada pelos integrantes do Sindicato Patronal, resultando na junção desses dois públicos distintos em uma única reunião. Foram responsáveis pela condução dessa reunião duas analistas ambientais que trouxeram os primeiros esclarecimentos sobre o processo de implementação do parque.

A Analista Ambiental ICMBio/IBAMA III, que foi uma das responsáveis por essa primeira reunião comentou em entrevista, que:

“[...] percebeu neste momento que os grandes proprietários que tiveram suas terras localizadas no interior do Parque, ficaram muito exaltados e querendo a revisão das áreas. A reunião foi bastante tensa, com alterações de tons de vozes por parte dos fazendeiros que estavam organizados em um novo movimento recém-criado: associação dos atingidos pelo parque nacional, que teve como objetivo de formação a desestabilização da implantação da UC e a revisão de sua área, pois segundo os integrantes dessa associação a área da UC era para ser menor. Em contrapartida, os pequenos proprietários estavam com algumas dúvidas sobre o que poderá acontecer com os sertanejos que vivem no interior da Unidade, quais os reais limites da mesma, quais os seus direitos e como poderão continuar a fazer a sua roça de subsistência, entre outras indagações.” (Analista Ambiental ICMBio/IBAMA III, 2010).

A representação institucional foi bastante pressionada perante os inúmeros questionamentos, principalmente pelo fato de que o histórico das outras unidades de conservação do Brasil não apresenta grandes avanços no que tange aos processos de regularização fundiária, apoio aos pequenos produtores agroextrativistas, que foi explicado na reunião pelo Promotor de Meio Ambiente, que citou um artigo da revista Veja, no qual apresenta a triste situação da maioria dos parques nacionais brasileiros, denominados pela autoria do artigo de “Parques de Papel”, no sentido de serem criados via gabinete, mas que de fato acabam não acontecendo como deveriam para o bem da conservação ambiental e também da comunidade que o envolve.



Figura 46 – Primeira reunião com a comunidade após a criação do PNCM, que foi bastante conflituosa devido a pressão exercida pelos integrantes do sindicato rural patronal do município de Carolina, que se posicionaram contrária a implantação do PNCM devido a sua forma e delimitação do perímetro final. Fonte – Arquivo IBAMA/ICMBio, 2006.

Os diversos questionamentos sobre as medidas que o governo federal irá tomar daquele momento em diante, ou seja, após a publicação do Decreto de criação da UC, ficaram para serem respondidas no decorrer do processo de implantação, porém, o que foi bastante esclarecido naquele momento para os participantes da reunião, que é um processo lento, requer paciência da comunidade, que deve continuar a desempenhar as suas atividades normais em suas propriedades, porém com o respeito a não abertura de novas áreas de cultivo via derrubada da vegetação nativa e a legislação ambiental vigente.

Essa foi a primeira de muitas outras reuniões que se sucederam no primeiro ano da implementação desta UC, tendo como diretriz o esclarecimento da população sobre a importância de um Parque Nacional e a forma de implementação do mesmo. Com explicações sobre como essa mudança ocorrerá por meio das indenizações via cadastro das propriedades e levantamento fundiário.

4.5. A continuidade do processo de implementação do PNCM seguindo as diretrizes da gestão participativa.

A implementação de uma unidade de conservação necessita do envolvimento das comunidades que moram em sua área de abrangência, e para que ocorra a efetiva participação é necessário que a gestão seja o mais democrática possível. Oliveira (2004, p.3), em um documento referência para a gestão de UC's, discorre sobre como pensa essa forma de gestão:

A gestão democrática preconiza um estilo de gerência que tenha como diretrizes e eixos fundamentais a participação e o controle social enquanto espaço fundante do exercício da cidadania que implique políticas públicas consequentes e comprometidas com as necessidades sociais. É fundamental compreender que os conflitos são parte do jogo democrático, que os interesses e discordância dos atores sociais, entre a esfera pública e a esfera privada, incidem na discussão sobre as estratégias de gestão pública de uma forma geral e sobre o caráter das políticas públicas de uma forma particular. Neste sentido, deve-se evitar concepções oportunistas, que não se baseiam em postulados democráticos, que veem os conselhos apenas como instrumentos/ferramentas para operacionalizar objetivos pré-concebidos, gerando disputas e tensões.

Este documento tem como propósito estabelecer referências para uma discussão sobre os Conselhos das Unidades de Conservação a serem implementados pelo ICMBio, dando consequências às determinações da Lei N.º 9.985 de julho de 2000 e pelo Decreto N.º 4.340 de agosto de 2002 que regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Considerando a necessidade de envolvimento da população local, e os setores organizados da sociedade (instituições públicas, setor privado e organizações da sociedade civil), compartilhando a gestão das unidades de conservação de forma participativa, foi proposto pelos responsáveis pelo PNCM um projeto de diagnóstico da população residente do interior da unidade e da sua zona de amortecimento.

Esse projeto foi pensado para fazer um levantamento sobre as condições de vida, e a quantidade de pessoas que moravam na área, entre outros fatores. Teve início no ano de 2006, por meio de reuniões seguindo os objetivos propostos pelo Projeto de Diagnóstico sócio-econômico-cultural-ambiental no Parque Nacional da Chapada das Mesas- MA (IBAMA-MA, 2006, p. 3) que teve como objetivo geral:

Diagnosticar a realidade sócio-econômica, cultural e ambiental das comunidades existentes no interior e entorno do Parque Nacional da Chapada das Mesas, com intuito de subsidiar a implementação de ações conservacionistas e sócio-ambientais na região. E específicos de: realizar o

levantamento sócio-econômico e cultural da população que habita o interior do Parque Nacional; mapear o uso dos recursos naturais nas posses/propriedades inseridas no perímetro de abrangência da UC; documentar processo de realização do diagnóstico; apresentar e promover o acesso ao conhecimento sobre o Parque de forma a contribuir para a divulgação e fortalecimento de atitudes positivas em relação ao PARNA.

Essa foi a primeira ação planejada via projeto do processo de implementação da unidade de conservação, pois a proposta do I curso de formação de monitores ambientais locais já estava em andamento no ano anterior à implantação da mesma. A Analista Ambiental ICMBio/IBAMA III, que participou efetivamente do processo de elaboração e realização deste diagnóstico, relatou:

“[...] que o primeiro semestre de 2006 foi um período muito complicado para os dois responsáveis pela UC, pois não tinham estrutura de apoio, ficaram cinco meses sem um local como sede, base provisória, até que foi cedida uma sala da prefeitura municipal para ser utilizada como base de apoio. Além disso, no início não existia nem um veículo próprio da unidade, sendo utilizado um emprestado da gerência do Ibama de Imperatriz, nem sempre em boas condições de uso.” (Analista Ambiental ICMBio/IBAMA III, 2009).

Podemos considerar que esse foi o marco inicial da implementação do PNCM, com dois analistas ambientais muito envolvidos com as questões da conservação, e com a preocupação com o processo educativo, apesar das precárias condições descritas pela Analista Ambiental ICMBio/IBAMA III.

Este momento nos revela que a unidade de conservação foi criada, porém não existia dados específicos sobre a população que habita o território que foi delimitado para a sua implementação, percebe-se que essa questão não foi valorizada no decorrer dos estudos de criação e comumente é desenvolvida depois da criação da unidade e no início do processo de implementação da mesma.

No caso do PNCM, este levantamento inicial se deu por meio de reuniões, elas ocorreram em várias comunidades tanto do interior da unidade como também no seu entorno, apesar da falta de estrutura, equipamentos adequados de comunicação e de segurança.

Segundo o relato da Analista Ambiental ICMBio/IBAMA III *“Nós aqui da ponta, vivenciamos uma realidade bastante diversa do que é pensada em Brasília”*, o que sugere que existe uma visão do local e outra do órgão central em Brasília, que precisa ser ampliada. A visão do grupo do núcleo central em relação aos que estão na ponta, como é chamado os núcleos dos estados e principalmente os que estão em áreas remotas, distante dos grandes

centros urbanos, pois ao se planejar ações em regiões com extremas dificuldades de deslocamento e infraestrutura local é necessário uma maior atenção e principalmente valorização das proposições técnicas da equipe que se encontra trabalhando no local.

Essa questão da falta de estrutura do início da implementação do PNCM, as dificuldades de gestão e precárias condições de trabalho foram relatadas também pelo Analista Ambiental ICMBio/IBAMA II:

“[...] mau funcionamento do sistema, falta recurso para abastecimento, falta recurso para concerto de veículo, falta estrutura física mesmo, telefone foi chegar no final do ano passado, então fica complicado, a gente planeja muita coisa mas muito complicado de executar da maneira adequada e isso acaba causando mal-estar.”(Analista Ambiental ICMBio/IBAMA II, 2008).

Constata-se que existe muita boa vontade em executar as atividades do planejamento na implementação da unidade, porém as condições de trabalho neste início de gestão foram muito ruins e provocaram diversas dificuldades aos dois analistas ambientais que eram responsáveis pelo PNCM.

O primeiro planejamento da implementação da unidade teve a interferência da divisão do IBAMA, em 2007, por meio de uma Medida Provisória 366/2007, que institui pela Lei 11.516 de 28 de agosto de 2007, o Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio), que, a partir desta data, ficou responsável pela gestão das unidades de conservação federais, e provocou mudanças nos trabalhos de implementação da UC, que estava realizando o diagnóstico inicial sobre a ocupação da área da unidade.

Neste mesmo ano, foi instituída a Brigada de Combate a Incêndios Florestais, coordenada pelo Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PREVFOGO), sob a responsabilidade do IBAMA, composto por um grupo organizado por pessoas treinadas e capacitadas para atuar na prevenção e no combate de incêndio dentro da área. Esse primeiro grupo de brigadistas foi formado pelo PREVFOGO, e no momento da divisão ficou ainda sobre a competência do IBAMA, o que trouxe grandes dúvidas sobre como seria a continuidade dos programas que já estavam em andamento, segundo relato do Analista Ambiental II, que no momento era o responsável pela unidade.

O documento: Relatório de acompanhamento mensal das atividades desenvolvidas pela brigada de prevenção e combate a incêndios florestais- IBAMA/PREVFOGO, elaborado pelo chefe da UC em julho de 2007, reafirma as condições precárias vivenciadas pela

realização das atividades de gestão da unidade. Está descrito neste documento a atuação da brigada considerada de prevenção e no combate de incêndios:

Devido a falta de estrutura dentro do PNCM e a falta de equipamento para acampamento, a brigada não está se abrigando na UC, ela se desloca todos os dias para os locais de trabalho. As rondas são realizadas todos os dias, em dois turnos. Os brigadistas ainda não contam com EPIs, pelo fato do material ter sido enviado para Imperatriz-MA (GEREX), cidade localizada a 250km de Carolina-MA (sede provisória do PNCM), por isso os trabalhos no mês de julho se concentraram em ações de combate indireto e prevenção de incêndios, a não ser em casos onde os incêndios representavam riscos severos à UC. (IBAMA/PREVFOGO, 2007, p.1).

Outra questão ressaltada por este documento é sobre a fiscalização, onde nenhum dos servidores que estavam responsáveis pela unidade eram habilitados com a portaria de fiscal credenciado pelo IBAMA, pois ainda não haviam participado do curso de formação de fiscais, e ficavam impossibilitados de lavrar autos de infração. Como descrito no documento: “[...] um morador de dentro do PNCM foi identificado como causador de um incêndio criminoso, mas não foi autuado pelo fato da inexistência de fiscais na UC e devido à falta de diárias para trazer fiscais de outras unidades.”(IBAMA/PREVFOGO, 2007).

A falta de infraestrutura, de recursos financeiros e a deficiência de pessoal para apoiar as ações de implementação do PNCM são bastante claras. É relatado no documento que as ferramentas e equipamentos da brigada eram armazenados na garagem da casa do chefe da UC, pois não havia outro lugar para serem colocados. Como veículo de transporte, foi descrito que “[...] o único veículo não suporta a carga de trabalho”, pois as estradas de acesso ao interior do parque estão em péssimo estado de conservação, e esses veículos quebram frequentemente, “[...] ficando muitos dias parados em oficinas mecânicas, aguardando peças e recursos”. E completa “[...] algumas estradas foram reformadas em trechos onde o acesso estava impossibilitado, todavia, sem material e equipamentos adequados, várias pontes e estradas estão em péssimo estado de conservação”, como demonstrado na Figura 47.



Figura 47- Brigadistas em atuação na reforma das estradas no PNCM. Além de desempenharem o papel de prevenção e combate aos incêndios no interior e zona de amortecimento da unidade, eles precisam arrumar as estradas que estão em péssimo estado, pois é imprescindível para que consigam fazer o deslocamento necessário para alcançar os pontos de incêndios detectados pelo monitoramento via satélite.

Fonte – IBAMA/ICMBio, 2007.

Apesar de inúmeros problemas existentes no ano de 2007, incluindo as dificuldades com a comunicação entre os diversos setores do IBAMA, tanto em nível estadual como em nível federal, ou seja, a sede em Brasília, relatado no documento IBAMA/PREVFOGO, 2007, a atuação dos brigadistas e a presença constante de servidores federais na área, provavelmente influenciaram a diminuição da incidência de incêndios, que desde o início da implementação da UC em 2006 tiveram o número de focos de calor bem reduzidos, como pode ser visualizado nas Figuras: 48, 49, 50 e 51.

Nesta Figura 48, temos a incidência de poucos focos de calor no interior da unidade, e as linhas que circundam a mesma representam a zona de amortecimento, uma área que está vinculada à proteção ampliada da mesma, que também teve o número de incêndios reduzidos com o início da implementação da unidade.

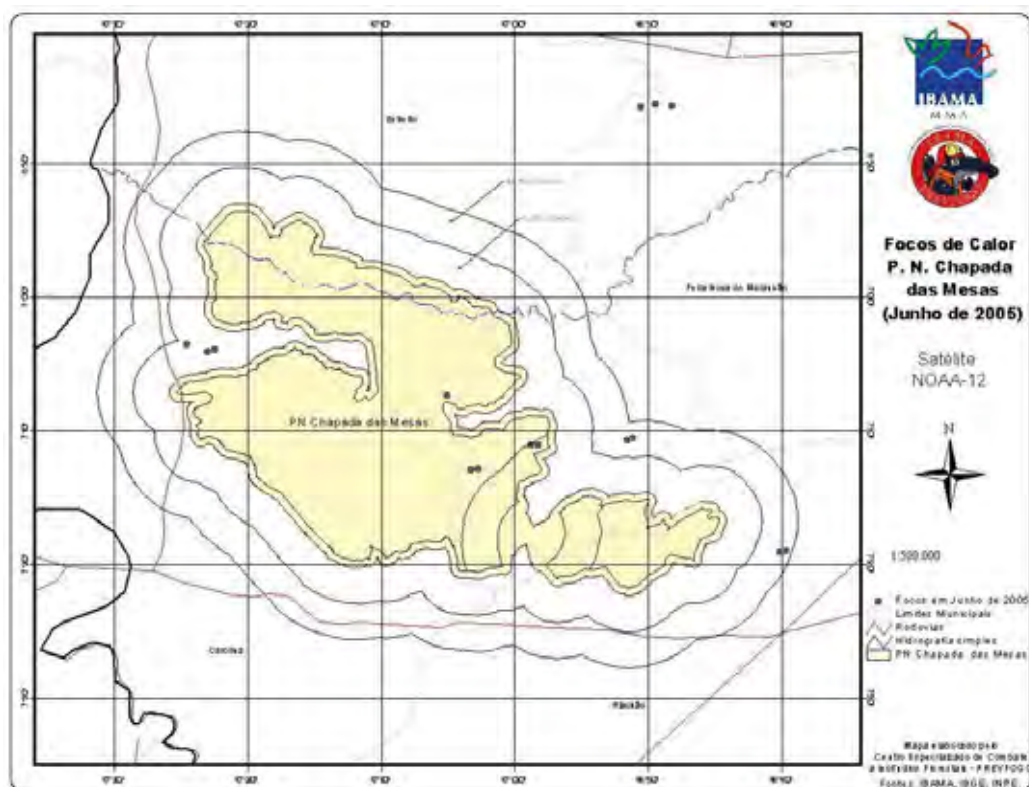


Figura 48- Focos de Calor PNCM jun/2005.
Fonte – IBAMA-PREVFOGO, 2006.

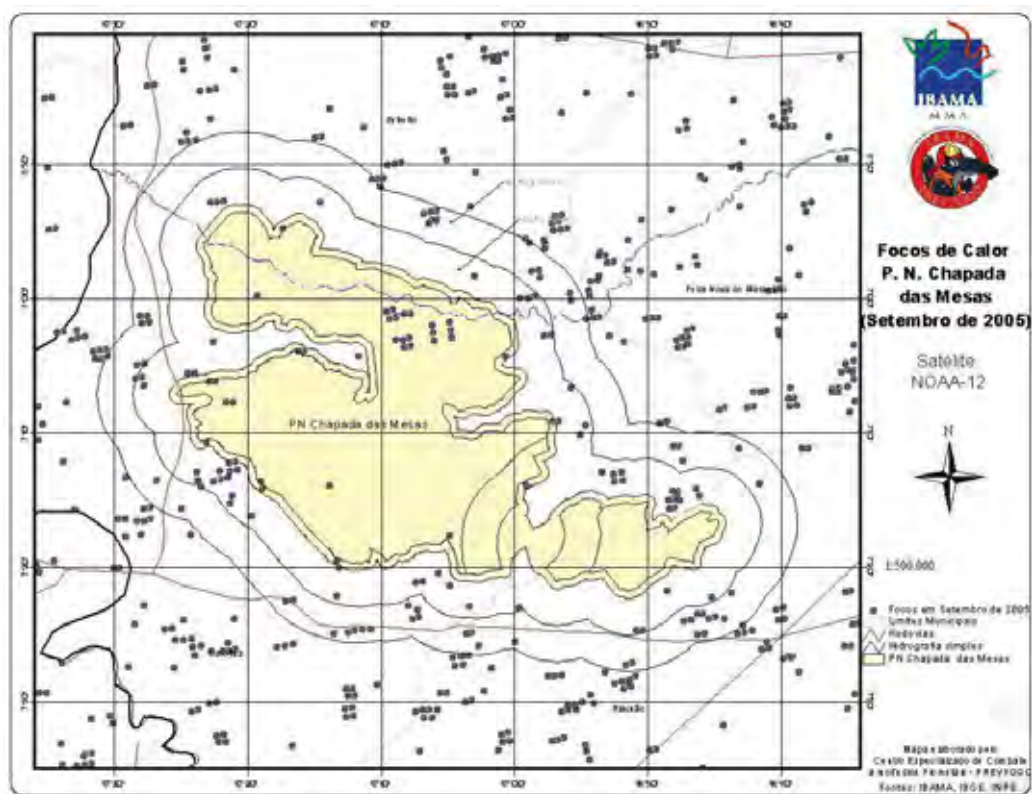


Figura 49- Focos de Calor PNCM set/2005.
Fonte – IBAMA-PREVFOGO, 2006.

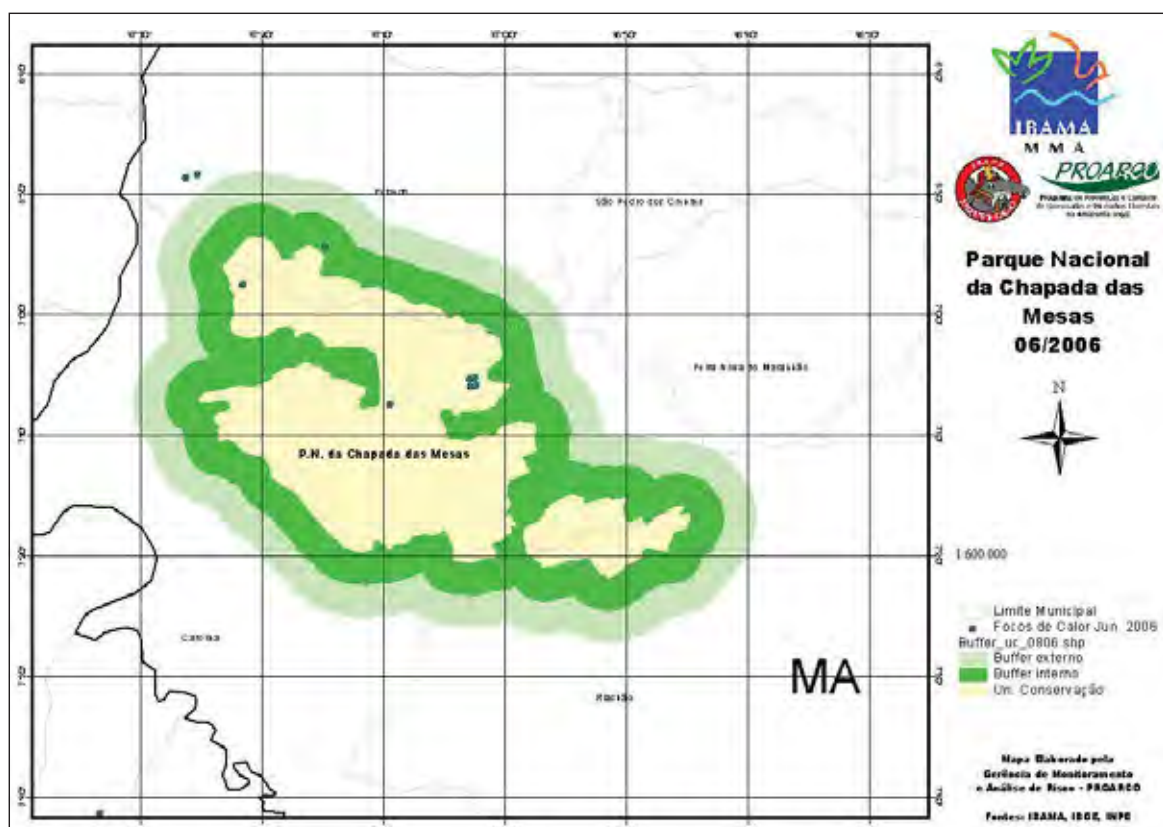


Figura 50 - Focos de Calor PNCM jun/2006.
Fonte - IBAMA-PREVFOGO, 2006.

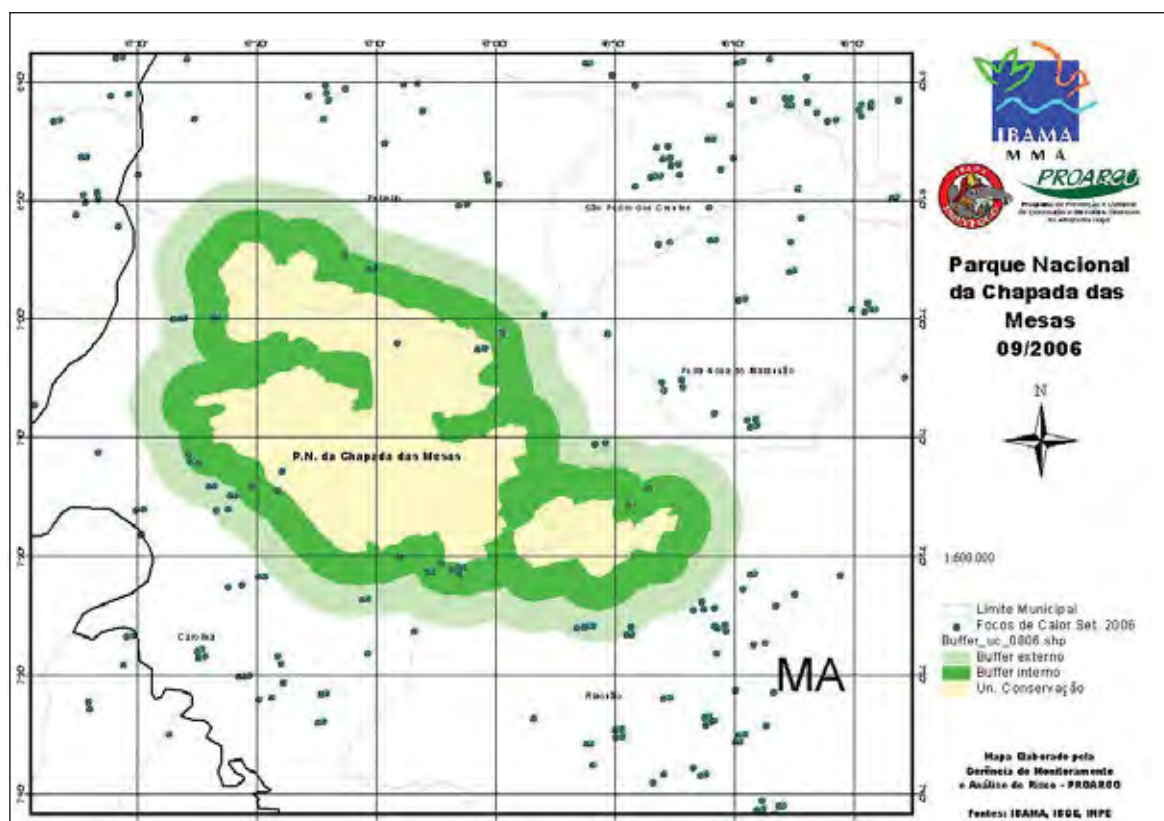


Figura 51 – Focos de calor PNCM set/2006.
Fonte-IBAMA-PREVFOGO, 2006.

Os focos de calor no ano de 2005, em junho, eram de 3 pontos de ocorrências no interior da unidade, em setembro passaram para 27. Em 2006, no mesmo período, em junho foram 4 ocorrências no interior. E somente 4 ocorrências de focos de calor em setembro, que é considerado um dos meses em que mais existem focos de calor na região, devido ao período seco. Esta foi uma situação bastante confortável que se apresentou no início da implementação da UC, que mesmo com as dificuldades, falta de recursos físicos e humanos, conseguiram manter sob controle os incêndios que são frequentes nesta região.

Ressalta-se porém, que a diminuição da incidência de queimadas e incêndios pode também ter relação com a implementação do parque em 2006, segundo informações obtidas por meio da entrevista com o Analista Ambiental ICMBio/IBAMA II, que resultou de uma ação por parte da gestão da unidade em parceria com o sindicato dos trabalhadores rurais de Carolina, onde se deu início a um disciplinamento do uso do fogo, no ato de se consolidar a abertura de áreas para o plantio, por meio de orientações sobre como proceder para fazer a queima controlada.

De acordo com o Decreto 2.661 de 8 de julho de 1998 (BRASIL, 1998), considera-se “Queima Controlada o emprego do fogo como fator de produção e manejo em atividades agropastoris ou florestais, e para fins de pesquisa científica e tecnológica, em áreas com limites físicos previamente definidos.”

A partir da prática da queima controlada, como um instrumento de orientação e controle, possibilitou-se um acesso à informações e orientações sobre os melhores procedimentos para se realizar a queima para o plantio e renovação de pastos, com uma maior segurança, que levasse em conta as condições do terreno, características da vegetação e principalmente as variáveis meteorológicas, que inclui: a intensidade e direção do vento predominante, temperatura, umidade, incidência de luz, entre outros, provavelmente, colaborou com a diminuição das queimadas sem controle, que se transformam em incêndios de grandes proporções.

E, além dessas ações, acrescentou-se no ano seguinte, a valorização da formação das brigadas de combate aos incêndios, que foi ressaltado por meio de um relato de um ex-brigadista que atua também como Monitor Ambiental III, ao dizer o quê foi muito importante sob o seu ponto de vista sobre o processo implementação do PNCM, comentou:

“[...] a chegada da brigada, poder trabalhar desenvolver um trabalho, estar lutando aí, conscientizando pessoas, vejo que muitas pessoas tiveram mudanças no modo de

agir, foi o mais marcante com relação ao trabalho que está sendo desenvolvido aqui pelo pessoal do IBAMA, Chico Mendes.”(Monitor ambiental III, 2009).

A atuação e importância da implementação da brigada contra incêndios foi também ressaltada pelo relato do Analista Ambiental ICMBio/IBAMA II, como o primeiro coordenador da brigada e também chefe da unidade na ocasião do início das ações deste grupo de combate e prevenção contra incêndios, na seguinte fala:

“Uma das ações mais importantes do parque estão relacionadas ao maior problema que o parque passa, todos os moradores utilizam fogo como ferramenta e até antes da criação do parque essa utilização era feita sem nenhuma técnica, colocava fogo e não se importavam em controlar o fogo. Hoje em dia observa-se uma mudança, no início foi mais por medo, hoje em dia mudou um pouco, mas em respeito pelo trabalho da “brigada”. Sabem que se colocarem fogo no outro dia a gente tá lá. Esta equipe faz um trabalho bastante importante pra amenizar os efeitos dessa pior das maiores ameaças, que é o fogo.”(Analista Ambiental ICMBio/IBAMA II, 2008).

Analisa-se, com base nos dados levantados por meio desta pesquisa, que uma ação de grande relevância no processo de implementação do PNCM, foi a criação das brigadas de combate aos incêndios, que de uma certa maneira tem alcançado êxito em suas ações e possibilitado uma diminuição dos grandes incêndios na região de abrangência da UC, além da presença dos gestores, e a orientação quanto às melhores formas de praticar a queima controlada em áreas de plantio.

Mas independente dos problemas enfrentados no cotidiano da gestão da unidade, os processos precisam continuar, e chegou-se a resultados importantes com o que já havia sido levantado com o diagnóstico. Segundo os Analistas Ambientais ICMBio/IBAMA I, II e III, ampliou-se o conhecimento sobre as potencialidades para a conservação da unidade, diminuiu a incidência de incêndios criminosos, melhorou as relações entre a instituição gestora, agora no caso o ICMBio, via Parque Nacional da Chapada das Mesas e se consolidou os limites do parque perante a comunidade que participou das reuniões propostas. Um avanço perante as situações precárias de infraestrutura e alta deficiência de servidores para a montagem das equipes de apoio.

Como continuidade do processo, foi iniciado, em 2008, o levantamento cartorial sobre as propriedades inseridas no perímetro da unidade, com o objetivo de subsidiar as atividades de regularização fundiária do Parque Nacional da Chapada das Mesas, por meio do documento: Relatório das atividades de diagnóstico de ocupação do Parque Nacional da

Chapada das Mesas - Etapa de Levantamento no Fórum e Cartório de Carolina (ICMBio-2008).

No mês de março de 2008, foi iniciado o trabalho no Fórum, onde foram encontrados os processos de demarcação das Datas e a divisão das mesmas em Glebas. Os mapas contendo as demarcações e divisões das Datas foram fotografados e posteriormente foi feito um trabalho de georreferenciamento. Também foram fotografadas as partes dos processos onde estavam contidos os pagamentos referentes às divisões das terras. Nestes pagamentos pode-se obter informações referentes aos nomes das Datas, além das Glebas e seus respectivos condôminos. De acordo com um dos funcionários do Fórum, as terras são divididas em datas e glebas por processos que correm no Fórum. Após tal divisão, os condôminos deveriam registrar as propriedades no cartório do local. Entretanto, nem sempre isto era feito. Com os dados adquiridos no Fórum, deu-se continuidade às atividades com o levantamento em cartório **Muitos dos condôminos, após a divisão da Data em Glebas, não registraram suas propriedades no cartório.** Só existe um cartório de registro de imóveis em Carolina, sendo um cartório não informatizado, além deste possuir livros já em péssimas condições, o que muitas vezes dificulta a leitura dos mesmos.(ICMBio, 2008,p.1) grifo nosso.

As dificuldades sobre o registro das propriedades aparecem neste documento, pois muitas glebas não registraram suas propriedades no cartório, e para que a regularização fundiária se efetive é necessário este documento. Além disso, uma parte dos moradores do interior da UC habitam em terras da “Nação”, questão essa comentada anteriormente.

O início das ações para efetivar a regularização fundiária ocorreu com a abertura de processos protocolados de proprietários de terra que desejam a sua indenização prevista pela Instrução Normativa nº 9, 24 de outubro de 2003. Porém, a maior dificuldade ainda é o recurso financeiro para o pagamento das indenizações, que segundo o relato do Analista Ambiental II, “[...] mesmo com a compensação ambiental, que virá em decorrência da construção da usina hidrelétrica de Estreito, o recurso ainda será insuficiente”.

Em relação a continuidade das atividades, após a criação do ICMBio, foi alterada a proposta para o diagnóstico, sendo priorizado o cadastramento dos moradores casa a casa, para se ter a real dimensão para a regularização fundiária que está por vir. Esse cadastro foi terminado em final de 2009, sendo contabilizadas 110 famílias que moram no interior da UC, segundo o relato da atual gestora da unidade.

Estas ações comentadas foram as consideradas de maior relevância, desenvolvidas durante a primeira fase de implementação do Parque Nacional da Chapada das Mesas, estabelecendo essa primeira fase com a chegada dos dois analistas ambientais responsáveis

pela unidade em 2006 e a remoção do primeiro chefe da mesma, no final de 2009, e também estabelecido este recorte temporal para a elaboração deste trabalho de doutoramento.

4.6. I curso de formação de monitores ambientais locais da Chapada das Mesas: uma troca de saberes para a sustentabilidade local e a sua relação com a implementação do PNCM.

Paralelamente as reuniões realizadas pelo diagnóstico, ocorreu o I curso de formação de monitores ambientais da região da Chapada das Mesas, que era uma reivindicação anterior a criação do parque, que surgiu de uma necessidade de organização dos serviços de ecoturismo que eram ofertados na região, principalmente no município de Carolina.

A formação de monitores ambientais vem ocorrendo em diversos lugares do território brasileiro em um contexto de inserção da população que habita o entorno de áreas naturais, em especial unidades de conservação, consolidando assim uma das bases para a sustentabilidade que é a promoção humana e a sua relação com a conservação ambiental e também a sensibilização da população local para a relevância desses espaços naturais protegidos por lei.

No Maranhão, esta ação foi realizada como proposta piloto, com uma base curricular mínima, que foi resultado de outras práticas existentes no cenário nacional. Tendo o processo da organização e planejamento desse curso proposto pela equipe do IBAMA da Gerência Executiva de Imperatriz.

Inicialmente, a proposta para a formação de monitores ambientais locais iria acontecer somente na região da Chapada das Mesas, porém, após conversas com o Ministério do Meio Ambiente por intermédio da Diretoria de Ecoturismo, optou-se em efetivar mais dois cursos no Maranhão, principalmente devido à necessidade e do aumento do turismo de massa nas regiões litorâneas do estado. Foram então propostos os seguintes lugares: na Área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses, em Alcântara e também no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Estes cursos tiveram por objetivo principal promover a capacitação de monitores ambientais locais envolvendo a comunidade em um processo de formação básica que proporcionasse uma gestão sócioambiental das áreas naturais com vistas a um turismo sustentável.

É neste caminho que a formação de monitores e monitoras ambientais foi inserida em uma linha de capacitação do MMA- Ministério do Meio Ambiente, em conjunto com o

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis por meio de capacitação de pessoas que vivem preferencialmente no local há pelo menos cinco anos, como critério para se gerar formas de renda para essa população.

Ao todo, foram 160 horas de aulas teóricas e práticas e mais 40 horas de estágio supervisionado. A metodologia foi fundamentada na construção coletiva entre os sujeitos envolvidos com as atividades, buscando uma interação entre o conhecimento científico e o saber espontâneo, possibilitando a efetiva troca de saberes (Figuras 52 e 53). A avaliação ocorreu de maneira contínua, valorizando o crescimento individual e o coletivo, de forma a possibilitar o aprendizado pela reflexão conjunta sobre as ações desenvolvidas.



Figura 52 – Atividade prática do curso em área do cerrado, como meio de promover a troca de saberes entre os participantes sobre a importância do bioma para a sustentabilidade econômica, social e cultural da região da Chapada das Mesas.

Fonte – FERREIRA, 2006.



Figura 53 – Atividade teórica – Tema: Geografia da Chapada das Mesas. O curso foi desenvolvido em módulos, que contemplava a parte teórica e prática sobre os temas principais. A maioria dos educadores foram contatados na própria região, buscando assim uma linguagem adequada ao público em questão. Fonte – FERREIRA, 2006.

E no caso em estudo, já existe um fluxo de turismo regional, nacional e internacional para a região e se não ocorrer um bom planejamento tanto em nível local como estadual e federal, o risco da ampliação dos impactos socioambientais e culturais são plenamente previsíveis.

É neste sentido que a preocupação com a conservação e proteção dos ambientes naturais está aliada à inserção da população local no processo e esta adquire instrumental teórico e prático para poder discutir e implementar ações na localidade em que vivem, transformando-os em sujeitos de sua própria história.

A organização e realização dos cursos de formação de monitores e monitoras locais são idealizados também para oportunizar aos moradores tradicionais dessas áreas naturais protegidas acesso a novos conhecimentos, e propõe-se a resgatar e valorizar os conhecimentos espontâneos dos mesmos, realizando uma troca de saberes e construção conjunta, disseminando assim as sementes da sustentabilidade socioambiental e cultural.

As capacitações ocorreram no segundo semestre de 2006, envolvendo diversas instituições parceiras no estado, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas

Empresas (SEBRAE), as prefeituras municipais e instituições não-governamentais além do “*Trade*” turístico de cada município ou região aonde elas aconteceram.

Foram capacitados em média 35 pessoas por grupo, distribuídos entre monitores e monitoras, oriundos de diversos grupos sociais, principalmente pessoas que já possuíam certo vínculo com o lugar. Existia um pré-requisito que orientava a seleção dos participantes que exigia que o candidato possuísse um mínimo de 5 anos de moradia comprovada na área de abrangência dos cursos.

Além desse pré-requisito foi valorizado para a seleção dos candidatos aqueles que tivessem um conhecimento sobre as áreas naturais da região e também sobre os aspectos culturais das comunidades da área. O que possibilitou a participação de pessoas que possuíam ligação com o tema do curso.

Ao se formar pessoas com noções sobre a temática ambiental e as formas de atuação nesta área, ocorre o aumento de conhecimento sobre o assunto por parte das pessoas das comunidades que anteriormente não detinham o acesso a esse tipo de informação e pôde potencializar um avanço no grau de negociação e defesa dos interesses dessas populações historicamente marginalizadas.

Cabe ressaltar que uma gestão participativa de unidades de conservação deve primar por possibilitar o acesso às informações e à efetiva divisão de poderes decisórios em relação aos assuntos que dizem respeito às formas de utilização da área em questão, e para tanto é necessário que os participantes do conselho gestor da unidade possuam um conhecimento mínimo sobre a forma de gestão e sobre os conceitos a serem tratados na construção do processo participativo de gestão ambiental para que possam opinar conscientemente sobre os diversos temas a serem tratados.

Um primeiro desafio que se deve considerar é a necessidade de superação das desigualdades de poder entre os diferentes atores sociais que participam do espaço público. De maneira geral, organismos do aparelho estatal e agentes privados se apresentam, no espaço público, com mais poder político e de persuasão do que os movimentos sociais e grupos marginalizados da população. Para que o espaço público exista como tal e não se torne instrumento de dominação ou legitimação da dominação é necessária uma permanente busca da equidade nas relações de poder e na possibilidade de comunicação entre os diferentes atores. A falta desta equidade pode justificar o reforço organizacional de grupos ou atores que se encontram marginalizados, visando o aumento das suas habilidades e capacidades de interlocução com outros atores da sociedade local (SANTOS, 2005, p. 51-69).

É necessário que as pessoas compreendam melhor a formulação e execução das políticas ambientais e possam exercer dignamente a sua participação junto aos colegiados que podem fazer parte na sua região.

Portanto, para que as pessoas possam efetivar o seu direito de participação consciente e proporcionar cada vez mais a ampliação de grupos e organizações que tenham como princípios norteadores a conservação ambiental fundamentada em conhecimentos estruturais sobre o meio ambiente em que vivem e que possuam meios de transformação da realidade é que se torna cada vez mais relevante a realização de cursos de capacitação, não simplesmente como aquisição de conhecimentos e sim de prover às pessoas que vivem em áreas de relevante interesse ecológico, apreensão de novas formas de compreender o contexto em que vivem e valorizá-lo como bem público e de importância para todo o equilíbrio do lugar.

Essa ação foi alicerçada na ‘educação para o turismo’ e envolve a educação ambiental, sendo que a educação para o turismo ambiental deverá ser desenvolvida por meio de programas não-formais, chamando o ‘cidadão-turista’ a uma participação consciente na proteção do meio ambiente não apenas durante as suas férias, mas também no cotidiano, no local de residência permanente (RUSCHMANN, 2001, p. 75).

Traçando um paralelo entre esse tipo de capacitação e o ecoturismo, temos aqui uma alternativa das mais viáveis para a convivência das populações e a preservação da biodiversidade, também como solução a curto e médio prazos desse embate dicotômico. As bases para essa atividade vêm sendo experimentadas neste sentido, caminhando cada vez mais para a sustentabilidade dos meios. Como “[...] um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações”. (VEIGA, 1998, p.181).

Com base em experiência relatada sobre a percepção de monitores ambientais formados para atuar na unidade de conservação da Ilha Anchieta no estado de São Paulo, que a partir do envolvimento e formação no curso de monitores ambientais passaram a compreender melhor o seu papel de parceiros da unidade ressaltando assim cada vez mais a importância desse tipo de formação para apoiar a gestão ambiental das unidades de conservação no Brasil.

Esse curso foi muito importante para o início das atividades de implementação da unidade de conservação, pois envolveu a comunidade local em um processo de formação básica com enfoque em uma gestão socioambiental das áreas naturais da região do Parque Nacional da Chapada das Mesas com vistas a um Turismo Sustentável. Participaram da sua

organização o IBAMA-MA, via gerência de Imperatriz, o SEBRAE, via escritório em Balsas, a Prefeitura Municipal por intermédio da Secretaria de Esportes e Turismo de Carolina, como parceiros a Associação Carolinense de Turismo (ACATUR), o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), a Pousada do Lages e Cia do Cerrado, e o Instituto Pedro Iran Pereira do Espírito Santo (PIPES).

No curso da Chapada das Mesas foram formados 45 monitores, moradores da região do entorno do PNCM, respectivamente dos municípios de Carolina (31), Estreito (2), Riachão (3), Filadélfia (TO) (4), representantes do grupo indígena Timbira (5).

Como resultados principais destacam-se: a elaboração de seis projetos socioambientais para consolidar as experiências e conhecimentos adquiridos durante a formação, houve a mobilização dos municípios participantes para a criação e implementação de leis específicas para as áreas de meio ambiente e turismo, e contou com a discussão efetiva entre os participantes sobre a sustentabilidade ambiental e turística da região, e o intercâmbio cultural entre os representantes do povo Timbira e a comunidade local.

A importância que esse curso teve para os participantes do mesmo e a sua continuidade foi relatada em entrevista pelo Monitor Ambiental III:

“[...] Sempre gostei e tive consciência, nunca pensei que teria como trabalhar na área.(...) e estou trabalhando e vivendo disso, graças ao curso, me conscientizou de muitas coisas que até então não tinha noção. E me tornou diferente, e hoje posso passar tudo aquilo que aprendi, e nunca parei de estudar, buscando aprender a cada dia, e tudo que aprendi juntamente com os meus parceiros no meu trabalho, tentar transmitir para as pessoas lá, desde largar um copo descartável pela janela de um ônibus até a importância de uma árvore, de tudo. Hoje a gente tem feito o trabalho, com muitas pessoas mesmo, e tem sido muito gratificante, graças a esse curso, nós hoje podemos fazer isso.[...] a importância de não se riscar os paredões, de não se tirar mudas de plantar, não cortar, a importância de todo o cerrado no Brasil[...]. Trabalhar como monitor, na pedra caída, e no futuro se eu sair de lá, vou continuar trabalhando seja aonde for, aqui em Carolina, claro.” (Monitor Ambiental III, 2009).[SIC]

No depoimento deste Monitor Ambiental percebe-se que a sua participação neste curso fundamentou as suas ações posteriores e possibilitou ao mesmo o aumento de sua conscientização ambiental, a sistematização dos conhecimentos sobre a conservação do cerrado e decorre daí a compreensão da importância da implementação do PNCM.

As transformações sociais que uma formação bem elaborada promove são fundamentais para o crescimento individual das pessoas, e do coletivo. O estudo e

aprendizado proporcionado por esta atividade desenvolvida na área de abrangência do PNCM alcançou resultados relevantes em relação ao aumento do nível de conscientização desse grupo e também da multiplicação dos saberes acumulados durante todo o processo de formação e principalmente nos momentos posteriores, como foi destacado pelo Monitor Ambiental III.

Ao se analisar a percepção e a mudança de compreensão em relação às unidades de conservação, onde estão inseridos esses sujeitos, que são os monitores e monitoras ambientais, identificamos a importância deste tipo de ação pública direcionada para o ecoturismo, o que poderá subsidiar novas propostas para a busca da sustentabilidade socioambiental, como perceberemos a seguir.

4.7. A percepção dos monitores ambientais locais e alguns representantes da comunidade da área de abrangência do PNCM sobre o processo de implementação da unidade.

A percepção dos sujeitos locais envolvidos no processo de implementação da unidade é importante para a compreensão do processo como um todo, e para apoiar essas concepções relataremos a seguir alguns comentários desses sujeitos.

O Monitor Ambiental III ao ser perguntado sobre como percebe a implantação da unidade de conservação no período de 2006 a 2009 relatou:

“Eu vejo na comunidade hoje, tenho contato, muito contato, com muita gente lá de dentro do parque, muitas vezes eu vejo uma insatisfação das pessoas, elas dizem que estavam lá, viveram, cresceram, criaram filhos e hoje elas dizem que não podem fazer nada lá dentro, dentro de sua propriedade, [...] me cobram, ficam me perguntando, eu não vejo mais esse povo, é difícil, e esses negócios que eles estão exigindo, prá gente é muito complicado prá gente arrumar, tem que gastar dinheiro não tenho condição, tem essa questão da insatisfação em relação a isso, não é. E por eles não saber o quê vai acontecer com eles daqui prá frente.” (Monitor Ambiental III, 2009).[SIC]

A partir deste depoimento, é possível perceber a grande insatisfação por parte dos moradores do PNCM em relação ao que está acontecendo, reclamam da falta de presença dos servidores do órgão responsável pela implementação da UC, e “cobram” o Monitor Ambiental III para que tenham alguma resposta sobre o futuro na área em que habitam, que dependem de suas roças para a subsistência, e fica no ar o que irá acontecer em relação a sua posse neste território.

O Ambientalista regional ressaltou a questão de que os moradores que ficaram na área do PNCM ficaram impossibilitados de financiar suas roças e renovar contratos de custeio na produção pecuária, e também as estradas de acesso ficaram muito piores do que já eram, pois a Prefeitura Municipal, que as conservava se isentou dessa obrigação alegando que a partir do momento que a área fosse decretada como unidade de conservação federal quem deveria mantê-la era a União e não mais a municipalidade. Entendendo essa questão como uma forma de sair do problema e se colocar contra a implantação da mesma, um jogo de política e de inversão de valores para confundir e manter a relação de poder político local perante o imaginário do coletivo dos moradores do interior da UC.

De acordo com Morsello (2001) a prática usual do estabelecimento de UCs era a expulsão da população local, às vezes residentes há séculos no local. Os problemas e prejuízos deste modelo foram reconhecidos pela UICN que desde 1984 vem alterando suas diretrizes em relação ao tema, mas ainda não existe um consenso: alguns acham que as populações podem desenvolver suas atividades como caça, pesca e extrativismo, outros discordam totalmente e outros ainda acreditam em compromissos entre a população e os objetivos conservacionistas. Desta forma, o acesso ou a presença de populações locais às UCs se constitui em um dos maiores e mais polêmicos problemas na gestão destas áreas. (MARQUES; NUCCI, 2007, p.4).

É inegável a relação de conflito em andamento na região, principalmente em relação às limitações impostas pela gestão da unidade no seu interior, como a proibição de aberturas de novas áreas de plantio, que vai ao encontro da tradição agrícola do uso do fogo e abertura de novas áreas no sistema de pousio, onde as áreas “usadas” por alguns anos ficam à espera de um novo ciclo, em torno de 3 a 4 anos seguintes, e nesse tempo é necessário, segundo esse modelo agrícola, a abertura de áreas novas e com mais matéria orgânica no solo.

O Monitor Ambiental V comentou sobre a sua percepção em relação ao momento que está sendo vivenciado pelas comunidades do interior da UC:

“O governo fez uma parte muito grande que foi criar a unidade de conservação, criou de uma forma que algumas pessoas ficaram até surpresas que foi rápido, nós aqui que já éramos de associação, de comunidades, a gente achou desde o começo que isso era muito bom, agora, a implantação, desde que foi criado o parque, é que está muito lenta, incomoda, mas que às vezes algumas pessoas, nem todos, ficam prejudicados em alguns momentos, porque tem algumas pessoas que hoje não podem fazer empréstimo junto ao banco, que a terra está dentro da área do parque, e precisavam fazer algum investimento.[...] além disso tem muita coisa, tá faltando acompanhamento do Ibama.[...] conversando com eles a gente sente isso, que há a necessidade do governo, políticas públicas voltadas para o parque, pois estão muito

lentas e paradas e precisa ser executadas, comecem a fazer mesmo, porque tem algumas pessoas que estão se cansando um pouco.” (Monitor Ambiental V, 2009).[SIC]

A preocupação apresentada por este relato do Monitor Ambiental V diz respeito à morosidade vivenciada pelos moradores do interior do parque perante o processo de gestão da unidade, que os deixa limitados economicamente e com restrições ao crédito bancário, impossibilitando a continuidade dos seus processos de vida, que segundo o relato, poderia ser resolvido com a integração de políticas públicas no processo de implementação de UCS, para a aceleração das ações e resolução dos problemas individuais e coletivos das populações afetadas.

A percepção que uma parcela da população carolinense tem sobre a forma de gestão ambiental governamental praticada pelo IBAMA e ICMBio foi comentado em informação verbal pelo Empresário Local, proprietário de inúmeras empresas instaladas no município e região, que enfatizou a forma de pressão social imputada por meio de multas do IBAMA e disse que não concorda com a forma de implementação da unidade de conservação, pois acredita que as populações estão sendo prejudicadas e não possuem outras alternativas de sobrevivência. No seu entender é necessário um grande investimento e diz que percebe que isso não está acontecendo.

Sobre o esforço que demonstraram os dois servidores que atuaram na gestão da unidade no período da análise, a Monitora Ambiental II comentou,

“É muita coisa só para duas pessoas que estão trabalhando, recurso, carro, material, e para eles estarem mais em contato lá no parque, falta isso ainda, falta mais recursos para eles, para poderem estar mais lá no parque e as pessoas estarem vendo. Eles falam que eles nunca mais passaram aqui, ninguém encontra ninguém, é aquela coisa assim, sumiu, só aparece quando quer multar e é só. Some, eu vejo que a instituição precisa dar mais apoio [...]”. (Monitor Ambiental II, 2009). [SIC]

Sendo completada pelo comentário do Monitor Ambiental IV

“A galera fala que falta informação, como é que a gente pode fazer, e tal, falta muita informação sobre o quê eles podem desenvolver lá dentro da terra deles, que muitos ficam naquela: rapaz, como é que eu vou botar uma roça agora? Como é que eu vou dá comida pro meu filho? [...] falta de informação, falta mais gente para trabalhar.” (Monitor Ambiental IV, 2009). [SIC]

Percebe-se que existe um descontentamento em relação aos problemas de infraestrutura, presença dos responsáveis pela gestão nas áreas do interior do parque, que é um reflexo claro da falta de investimentos do governo, tanto em relação à contratação de servidores, que poderiam estar mais por perto das comunidades do interior da unidade, investimentos na regularização fundiária, nas vias de acesso aos atrativos turísticos e garantia da continuidade das condições dignas de vida aos moradores do interior da unidade, até que seja efetivada a regularização fundiária.

Quando começou o processo de implementação da unidade, a equipe era de somente dois servidores, e como descrito anteriormente, as condições de infraestrutura, recursos financeiros, comunicação foram bastante prejudicadas, e essas condições de trabalho refletiram junto à comunidade, que reclama da ausência e distanciamento da instituição, e principalmente da morosidade dos processos de regularização fundiária.

Um dos maiores problemas consiste em convencer os tomadores de decisão e a sociedade a respeito da necessidade de conservar a biodiversidade dentro e fora das unidades de conservação. Torna-se necessário fazer com que os governantes passem a dotar os órgãos ambientais de uma estrutura física e humana que efetivamente possa atender aos objetivos de conservação da biodiversidade. (SCHENINI et al., 2004, p.7).

Percebe-se que essas questões são comuns no que tange a gestão de unidades de conservação no Brasil, transparecendo a necessidade de ampliação do quadro funcional e também a integração das políticas públicas, o que poderia ser parcialmente resolvido com o ordenamento territorial partilhado e planejado com os municípios, estado e federação, incluindo a participação da sociedade civil, em um amplo modelo de gestão compartilhada do território.

Em relação à regularização fundiária, no que diz respeito a processos de reassentamento, que são de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), urge a intensificação de agendas conjuntas para que esses problemas enfrentados pela população inserida nas áreas destinadas a conservação, sejam minimizados.

Essas questões foram comentadas em informação verbal pelo Ambientalista regional que demonstrou a preocupação com as populações tradicionais que moram no interior da UC, os sertanejos, que não possuem o título oficial da terra e que no processo de regularização fundiária estarão a mercê de um sistema que os exclui, quando se paga somente quem tem a

matrícula do imóvel, e nos casos desses grupos, não possuem este documento, que historicamente ocupam áreas da “Nação”, sem legitimidade cartorial.

O mesmo questionamento foi feito ao Professor municipal que ressaltou a importância dos moradores do interior da UC como responsáveis pela sua conservação, que se pode perceber em sua fala:

“Quando foi decretado a existência do parque, esses moradores já se encontravam há muito tempo no lugar, de geração em geração, e se eles continuam por lá é muito melhor, pois assim alguém estará cuidando do lugar, protegendo das queimadas, e também da grilagem e desmatamentos ilegais.” (Professor municipal, 2008).[SIC]

Ao fazer este comentário sobre como está ocorrendo a implantação da UC, procurou-se ressaltar que após a criação ficou um vazio muito grande. Poucas pessoas vieram para cuidar desse parque, e se não fossem os moradores antigos da área muitas depredações já tinham ocorrido e também queimadas e desmatamentos, prejudicando o processo de conservação da biodiversidade, que é o objeto principal de uma unidade de conservação.

No SNUC está contemplado que as populações tradicionais terão o direito de permanecer na área, mediante a assinatura de um termo de compromisso, inserindo-se nas restrições ambientais que impõe a categoria de proteção integral, que poderão continuar a desenvolver o seu modo de vida, porém sem o uso do fogo, ou com a restrição ao uso, e de abertura de novas áreas de cultivo, o que na prática, inviabilizaria sua subsistência nos modelos produtivos que desenvolvem até hoje.

É um conflito que está posto, pois essa população habita em um território há muito tempo, com seu modo de vida, que os insere no ambiente que vivem, mas esse mesmo ambiente é uma amostra da rica biodiversidade do cerrado, que necessita de um tratamento diferenciado, desenvolvendo as bases de manejo oriundas da biologia da conservação, onde o ecossistema, conceito central da Ecologia, que cientificamente os exclui do processo, pois os considera exterior ao meio ambiente.

Avaliando as opiniões que os moradores têm a respeito da criação do PNCM, tivemos a preocupação em dividir as respostas dadas em moradores do entorno e interior para melhor compreensão. Embora a maior parte das entrevistas nos dois grupos discorde da necessidade de criação da UC, o índice de discordância é muito maior entre os moradores do interior. Os motivos são os mais variados, porém o mais enfático referiu-se a proibição do trabalho na roça. Atrelado a isso você observa nos discursos dos moradores que se a área do local fosse menor seria melhor, especialmente se a área da casa do morador fosse retirada. (JARDIM et al., 2009, p. 405).

As condições vivenciadas pelas populações sertanejas do interior da unidade podem ser avaliadas por meio da informação oral da Moradora do Parque:

“Foi proibido a roça, já ouviu falar no Pedro Espíndola, pois fica bem pertinho do Pedro cabeceira do Itapecuru, lá era do meu pai, sabe, já ouviu falar no Huguinho, pegou e deu para o meu pai, não passou papel, naquele tempo não tinha dessas coisas, então ele morreu, os pais criou nós e ficamos tudinho lá, aí quando é agora, lá não é muito bom de se criar um bicho, e o meu marido é muito.. e aí nós viemos para cá, e aí lá está sozinho, e no caso nós não pode ir lá botar roça que o parque tomou . E ainda não recebemos nada, nada.”(Moradora do Parque, 2007).[SIC]

Este depoimento desvela a forma de transmissão das posses, que é a realidade da maioria das populações sertanejas que habitam o interior da unidade. O conflito entre o parque e a moradora é evidente, sendo necessário a ampliação de espaços de discussão comunitária, que possibilitem uma comunicação horizontal, para que as pessoas se sintam mais participantes do processo de implementação.

É necessária também, a tomada de ações em relação à população tradicional que habita o interior da unidade. Jardim et al.(2009, p. 406) descreve

Quanto às mudanças evidenciadas pelos moradores desde a criação do parque, no que concerne a produção e geração de renda uma parcela considerável (31%) associou a criação da área protegida a um prejuízo, pois as atividades econômicas não podem ser expandidas, em uma fala expressa por uma moradora “não se pode fazer uma rocinha maior” ou “saía fogo e ninguém dizia nada” ou “a gente não pode fazer os planos que a gente tinha”.

Nesses casos, mesmo as populações estando no interior da unidade, que tem como objetivo principal a conservação da biodiversidade, o planejamento deve priorizar a minimização dessas condições, por meio de ações conjuntas com instituições de pesquisa e apoio à populações de baixa renda, via PRONAF, acordos de cooperação técnica, e a assinatura dos referidos Termos de Compromisso, constante no SNUC, visando assim a diminuição dos conflitos existentes na área de estudo.

Apesar dos problemas enfrentados por essas populações, elas consideram que “[...] a conservação da área tem melhorado”, e, enfatizam que: “[...] houve maior conservação porque o pessoal tá com medo”, “[...] o pessoal tá mais cauteloso com fogo”, “[...] o pessoal tava explorando muito as matas, não tão tirando tanta madeira”. (JARDIM et al., 2008, p.406).

Retomando a importância da conservação da biodiversidade, percebe-se que a finalidade principal da criação da unidade está em parte sendo alcançada, porém é necessário considerar a sociodiversidade inserida neste processo, o humano como parte integrante desse geossistema, que possui sua territorialidade e vivência. Nessa paisagem há diversas gerações, num movimento ancestral que dialeticamente se transforma e é transformado pelo meio ambiente da Chapada das Mesas.

5. AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PERANTE OS DESAFIOS E PRESSÕES DA MODERNIZAÇÃO DOS MEIOS DE PRODUÇÃO, A TESE EM QUESTÃO.

5.1- O processo de ocupação e as derivações atuais da organização do território da Chapada das Mesas.

A forma de ocupação do território da região da Chapada das Mesas, fruto de um processo da expansão e interiorização do povoamento do Brasil, como comentado anteriormente, demonstrou-nos que as terras que hoje são usadas para desenvolver o modo de vida sertanejo, estão, em sua maioria, localizadas entre as grandes fazendas.

Esses fazendeiros que obtiveram seus registros via Lei nº 601, de 1850, conhecida como Lei de Terras quando se legitimou o domínio do capital sobre os recursos naturais, via privatização dos meios de produção.

Historicamente um modelo de ocupação europeu, trazendo como exemplo: o cercamento das áreas rurais da Inglaterra, que, no início do processo da Revolução Industrial, transformou a ocupação no campo, descrito por Vizentini (2006, p.28) como

Uma prática tornada comum na Inglaterra nos séculos XVI e XVII auxiliou a criação do sistema produtivo industrial inglês: os cercamentos. Esse termo é usado para descrever a apropriação, pela nobreza, de terras comunais inglesas que estavam de posse de pequenos proprietários ingleses, processo que resultou na migração do campo para as cidades(onde as fábricas iriam instalar-se).

Naquela época, com a apropriação das terras dos camponeses ingleses, tiveram seu modo de vida usurpado com a implantação do novo sistema de produção, voltado para o mercado industrial que se iniciava, e, com a mudança da base produtiva de subsistência para a monocultura de algodão, resultou na expulsão de suas áreas de produção e sua migração para os núcleos urbanos, iniciando assim um grande êxodo rural para as cidades, com a mudança de seus hábitos, os transformando em uma nova classe: o operariado. Muitos eram também artesãos, e, como consequência desse processo, perderam o domínio dos meios de produção e passaram a seguir o novo sistema de produção industrial.

Essa forma de ocupação das terras voltada para o sistema capitalista de produção se difundiu por todo o período colonial, transpondo-se além mar, no Brasil, sob a imposição do sistema colonial português, que implantou nessas terras, a organização territorial dos conselhos, as Sesmarias, explicitada por Abreu (1997, p. 208):

Na realidade, a própria Coroa incentivou a concentração de terras. Ao instituir-se o Governo Geral, ordenou El Rei a Tomé de Souza que só concedesse terras para a construção de engenhos de açúcar àqueles que tivessem posses bastantes para fazê-los. Com o progredir da colonização, entretanto, essas exigências acabaram por se estender a todos os que solicitavam sesmarias, que passaram a ter que provar que tinham recursos (notadamente escravos) para poder recebê-las; cortou-se, assim, o acesso à propriedade a inúmeros colonos.

Notadamente, esta forma de organização territorial impôs desde o princípio a legitimação do acesso à terra aos senhores de posses, que originaram os grandes latifúndios que existem até o presente, com uma grande força, nos territórios antigos do nordeste brasileiro, deixando sempre à margem as populações de baixo poder aquisitivo, que são denominados os posseiros, que não obtiveram em nenhum momento da consolidação territorial, neste caso específico do estado do Maranhão, o direito a sua legitimação cartorial das terras que “[...] ficaram para o seu uso de subsistência”. Tais terras são consideradas “da Nação”, pois são também terras “sem dono”. Entretanto, essas terras ocupadas, como no caso citado, na Inglaterra, no final do século XVIII, foi também cercada e empossada pelos grandes latifundiários e monocultores do novo sistema de produção rural que se iniciava.

Esse modelo configura-se como parte da história da contemporaneidade do sistema capitalista de produção, onde o camponês que depende da terra para sua sobrevivência, acaba por ficar sem a sua área em detrimento do novo modelo que se instala em uma determinada região.

Abreu (1997, p. 233) comenta a respeito da importância dos colonos sem posses, denominados “[...] meeiros, rendeiros, ou simples “agregados” dos proprietários rurais, formando toda uma classe de pobres livres que habitavam o campo, mas que não tinham bens de raiz.” Sob um ponto de vista, podem ser também denominados camponeses, e, somando-se à essa questão, ressalta a origem dos patrimônios religiosos, que se consolidaram na época colonial, incluindo essa camada da população, que era excluída pelo sistema de sesmaria adotado pela coroa portuguesa.

A importância dessa população não-proprietária para o setor produtivo era, entretanto, bastante grande, e é por isso que os patrimônios religiosos foram surgindo por toda a colônia. Eram glebas cedidas por um ou vários proprietários fundiários para que os trabalhadores sem terra pudessem ali fixar residência. A cessão, entretanto, não se fazia diretamente a eles. O beneficiário era sempre o orago de uma capela já existente ou que se queria erigir no local, cabendo à Igreja, em nome do padroeiro, administrar esse patrimônio. (ABREU, 1997, p.233).

Como destaca o autor, a concessão dessas terras para a instituição de um patrimônio religioso era vantajosa, que ao dispor de uma pequena extensão de terras, isso se comparada aos grandes latifúndios que existiam, garantiam a presença, no local, de “[...] uma população gregária que lhe era bastante dependente, notadamente para a obtenção de trabalho”, e, para os colonos, significava acesso a terra para a sua subsistência.

Assim foi se consolidando a colonização do sertão, e a transformação desse espaço pela nova forma de ocupação, com a apropriação dos recursos naturais por meio da legitimação das terras, como meio de dominação do espaço natural, explicitado por Haesbaert; Porto-Gonçalves (2006), que comentam:

É claro que, para dominar a natureza, é necessário que ela esteja à disposição dos que a dominarão e, assim, tanto o Direito Romano, com suas técnicas formais e sua base na propriedade privada (e para os proprietários privados), como a força pura e simples, serão empregados para que essa dominação se faça. As técnicas modernas serão, desde o início, técnicas que, ao mesmo tempo, dominam homens para que se possa dominar a natureza, até porque a natureza estava povoada por todo o lado. Assim, o antropocentrismo não é, simplesmente, o homem como espécie biológica-homo sapiens sapiens- dominando a natureza, mas a dominação de alguns homens sobre outros homens para que possam dominar a natureza. (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 107).

Essa dominação ainda é muito presente no sul do Maranhão, onde os posseiros acabaram ficando em áreas que faziam limites entre uma grande fazenda ou outra, terras que lhes eram cedidas para realizar seu plantio de subsistência, ou em terras de uso coletivo, num sistema de compadrio.

À medida que essas terras foram mais valorizadas, os mesmos perderam seus espaços, vendendo a sua posse, pois não conseguiram obter o registro oficial da mesma, por diversos motivos, principalmente pela questão de acesso ao capital para a averbação cartorial, que possuíam um valor monetário para ser realizada, e como na maioria das vezes esse grupo social não dispunha desses excedentes financeiros, ficavam impossibilitados deste direito.

A dominação exercida pelos grandes proprietários de terra consolidou a forma de ocupação no interior do Brasil, neste caso específico, da região da Chapada das Mesas, que no momento atual, século XXI, vivencia o avanço das técnicas modernas de produção, em detrimento do modo de vida tradicional das populações que estão estabelecidas neste território desde a expansão agropastoril do final do século XVIII.

Essa realidade da estrutura fundiária expõe esse grupo social e o fragiliza perante o momento referente ao processo de regularização fundiária governamental constante na legislação a respeito da implementação de unidades de conservação, onde o direito assegurado em receber a indenização pela terra que mora e trabalha, no interior do Parque, está vinculado a posse de matrícula registrada em cartório deste imóvel. Na maioria dos casos, essa população não possui esse registro, e, como esclarece a lei, as pessoas serão indenizadas somente pelas benfeitorias que existirem no terreno.

A legislação brasileira atual, no que se refere ao território dessas populações tradicionais que ficaram inseridas em unidades de conservação, da categoria de proteção integral traz em seu capítulo VII, do SNUC (MMA/SBF – SNUC, 2004), art. 42. p. 30, que:

As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais a sua permanência não seja permitida serão indenizadas, ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público em local e condições acordadas entre as partes.

Com base neste artigo fica esclarecido que existe o direito em lei, porém na prática, a realocação dessas populações é muito conflituosa, principalmente, devido a grande dificuldade em se conseguir uma área igual ou equivalente, pois essas condições de mudança poderão trazer prejuízos ao modo de vida dessas populações, que estão aclimatados há muito tempo nesse mesmo lugar. No caso específico do Parque Nacional da Chapada das Mesas, as áreas do entorno da unidade estão com um valor de mercado em ascensão, devido ao avanço da fronteira agrícola, com destaque para as culturas de soja e eucalipto, tornando a compra dessas áreas muito onerosas para o Estado.

Ainda como uma forma de regulamentar a situação das comunidades tradicionais brasileiras, foi estabelecido o Decreto Presidencial 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que apresenta no Art. 3º, a seguinte informação:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts.

231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações;[...]

Destaca-se a importância desse documento jurídico para a implementação de políticas públicas integradas aos processos de conservação ambiental e cultural. Esse documento contempla a inserção do humano em meio ao natural, com base em estudos territoriais e antropológicos, resultando na categorização dos grupos que habitam as áreas destinadas às unidades de conservação. Promove-se assim, um maior respeito aos valores humanitários e a sociedade como um todo.

Oliveira (2011, p.4) analisa as inovações desse decreto, comentando que:

Em outra dimensão, é necessário concluir que o Estado, sobretudo, nas atividades administrativa e jurisdicional, mostram-se submetidos ao dever de considerar as culturas envolvidas em um dado conflito, não se podendo validar uma determinada medida ou decisão judicial que compreenda uma questão de forma míope, sem considerar as particularidades dos atores sociais envolvidos. Sob outro ângulo, não há como se considerar eficaz um determinado plano de manejo, sem que se deixe de examinar a possibilidade de sua implementação pelo Estado ou por outros agentes econômicos e a viabilidade e o interesse desse plano para a comunidade. Da mesma forma, como se analisar o impacto de um grande empreendimento para as comunidades tradicionais? O lado financeiro é de menor importância nesse cenário. O deslocamento territorial de uma comunidade enfraquece os seus traços identitários? Que valor econômico supera isso? Não se devem examinar tais situações de forma maniqueísta, fazendo-se a necessária ponderação de interesses, sob o ângulo do formal e “do outro”.

Como complemento, retoma-se o capítulo VII, (MMA/SBF – SNUC, 2004, p. 30) art. 20, inciso 2, que dispõe também sobre essa questão,

Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações.

Com esse embasamento jurídico, considera-se que é possível que essas populações continuem a habitar o seu território, desenvolvendo a sua territorialidade, mediante as condições estabelecidas em normas específicas entre a gestão da unidade de conservação, por meio do instrumento legal denominado: Termo de Compromisso. Principalmente pelo fato da pequena presença de moradores tradicionais no interior do PNCM, que segundo o cadastro

oficial perfazem ao todo 110 famílias. Seria, possível, o estabelecimento dessas condições e benefícios para esse grupo em questão.

Considera-se que a permanência dessas populações no interior da unidade não irá comprometer a conservação do bioma, e ainda segundo Oliveira (2011, p.4)

Mais do que isso, ao vislumbrar os direitos das comunidades como efetiva dimensão da dignidade de seus integrantes, acaba-se por reavivar a “*dupla direção protetiva da cláusula da dignidade humana*” (HÄBERLE, 2006), quais sejam, contra o Estado” e “para o Estado”, havendo, pois, a exigibilidade de abstenções por parte do Estado, para se assegurarem aquelas comunidades, sob os mais diversos matizes já apresentados, bem como a exigibilidade de medidas positivas, no sentido de se obrigar o Estado a implementar políticas públicas voltadas para a preservação do *modus vivendi* dos povos tradicionais.

Sobre essa mesma questão, em nível internacional, visando a minimização dos conflitos acerca da presença de populações tradicionais no interior de parques nacionais, Terborgh (2002, p.270) traz como uma solução para esse dilema, a criação das chamadas “zonas de uso especial” dentro dos parques.

Nossa visão é de que esse expediente e outros similares são extremamente prejudiciais à integridade de qualquer parque. No entanto, as soluções práticas para o problema das pessoas dentro dos parques estão também geralmente além do alcance dos administradores, cujos esforços de remover ou relocar residentes internos não são usualmente apoiados por políticos, pela polícia ou pelos tribunais. Essa falta de apoio institucional e de cooperação pode minar os esforços de remoção até dos invasores ilegais evidentes. (TERBOGH, 2002, p. 270).

Seja por meio da formalização de Termo de Compromisso, ou, pela criação de uma “zona de uso especial”, considera-se, como uma posição pessoal da autora, que essas populações devem permanecer em seu território, como uma forma de se fazer justiça em meio ao processo histórico vivenciado por esse grupo, que esteve sempre à margem das decisões que influenciaram sua existência neste território.

Outro fator relevante é que essas populações convivem há muito tempo com esse ambiente, desenvolvendo técnicas de mínimos impactos ambientais, com um manejo próprio que possibilitou a conservação ambiental e a permanência neste ambiente, com uma significativa sustentabilidade. Conforme esclarece Arruda (1999, p. 83),

[...] tornou-se, portanto, mais evidente que as populações “tradicionais”, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, quilombolas, mas principalmente as sociedades indígenas, desenvolveram através da observação e experimentação um extenso e minucioso conhecimento dos processos naturais e, até hoje, as únicas práticas de manejo adaptadas às florestas tropicais (MEGGERS, 1977; DESCOLA, 1990; ANDERSON & POSEY, 1990). Embora estas populações corporifiquem um modo de vida tradicionalmente mais harmonioso com o ambiente, vêm sendo persistentemente desprezadas e afastadas de qualquer contribuição que possam oferecer à elaboração das políticas públicas regionais, sendo as primeiras a serem atingidas pela destruição do ambiente e as últimas a se beneficiarem das políticas de conservação ambiental.

A importância da permanência dessas populações em seu território é ainda maior, quando se considera seu conhecimento imaterial, inerente ao patrimônio cultural dessas populações, definido como

Um conjunto de saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade. A preservação do patrimônio cultural significa, principalmente, cuidar dos bens aos quais esses valores são associados, ou seja, cuidar dos bens representativos da história e da cultura de um lugar. (BRAYNER, 2007, p. 12).

Esse grupo que habita a região da Chapada das Mesas, em especial os que vivem no interior da unidade, com base em observação direta, promovem um baixo impacto ambiental, pois se utilizam da madeira para a construção de suas casas e, em geral, usam a terra para fechar as paredes, como demonstrado anteriormente. Além disso, a sua agricultura é em pequena escala, o que pode ser conciliado com a elaboração do plano de manejo do PNCM, incluindo assim o patrimônio cultural, considerado como um valor que representa a história e a cultura desse lugar, imputando assim mais um atributo ao ecoturismo a ser desenvolvido no parque.

Inclui-se ainda a importância da gestão integrada do território onde se localiza a unidade de conservação, pois como já constatado em outros continentes, o espaço territorial de conservação do meio ambiente é parte de um geossistema único, que o une a outros territórios e paisagens. Arruda (1999, p. 84-85) comenta sobre as consequências de ações de retirada de populações tradicionais do interior de áreas protegidas de categoria restritiva no Tsavo National Park, na África do Leste,

Porém em certas situações aparecem efeitos paradoxais da aplicação desse modelo de preservação como, por exemplo, no caso do Tsavo National Park

da África do Leste, descrito por Botkin (1990). A política desenvolvida pela administração do parque para proteger e controlar a população de elefantes provocou séria deterioração da terra no interior dos limites da área. No entanto o entorno habitado pelas comunidades humanas expulsas permaneceu florestado e preservado.

O território que contou com a presença humana manteve a sua floresta, e um dimensionamento equivocado do manejo da população de elefantes deteriorou a área reservada para a unidade de conservação.

Urge, portanto, a necessidade de estudos mais aprofundados acerca desta questão, o que demanda investimentos em tempo e recursos voltados para a pesquisa sobre as áreas tropicais, a capacidade de regeneração dos biomas, e outros temas inerentes ao manejo realizado pelas populações tradicionais junto aos biomas brasileiros.

Historicamente, apropriando-se dos processos de ocupação territorial colonial, e posteriormente, já na contemporaneidade, do modelo de expansão da fronteira agrícola, essa camada da população ficou impossibilitada de opinar sobre os destinos de seu território, e também, por ocasião da reunião realizada para consulta pública, para a criação do PNCM, a participação dos mesmos foi insignificante, ficando a maioria desse grupo à parte das decisões da delimitação do perímetro da unidade de conservação, mostrando mais uma reprodução dos processos históricos, como comentado anteriormente.

Observou-se que no desenho do mapa da UC, as áreas com maior número de moradores ficaram fora do perímetro da unidade, em povoados, que mediante estudos a serem realizados no futuro, poderão ser categorizados como patrimônios de origem religiosa, comentado anteriormente. Entretanto, uma parcela desses moradores ficou em áreas inseridas no PNCM, e esse grupo de pessoas foi impossibilitado de continuar a fazer o seu roçado de subsistência, e a manter assim o seu modo de vida.

Fato este, que poderia ter sido evitado, se, durante o período de estudos para a criação desta UC, houvesse um trabalho mais detalhado em relação ao uso do território, incluindo a territorialidade dessas comunidades, mesmo que a proposta de criação fosse eminentemente para uma unidade de proteção integral, onde o uso dos recursos estão impossibilitados. Esses estudos territoriais revelariam a forma de uso da terra, diminuindo consideravelmente os conflitos de uso da mesma, do qual dependem exclusivamente essas populações tradicionais.

Irving (2006) ao discutir sobre a importância do conhecimento regional e das políticas públicas no sentido da conservação ambiental, comenta que:

[...] as dificuldades identificadas para a construção da malha de interações, necessária para a consolidação do processo, iniciam se ainda na etapa de criação da Unidade de Conservação, quando em geral, apenas os aspectos físicos e bióticos são considerados na consulta pública. (IRVING, 2006, p.60)

A autora salienta a importância, nesta fase inicial de criação de unidades de conservação, que

O grande desafio parece ser o engajamento da sociedade, a partir da transmissão de informações consistentes e realistas, em linguagem adequada, aos atores sociais, para que possam compreender também os impactos econômicos e sociais advindos da criação da UC. Este conhecimento possibilita a construção de uma visão crítica, pode apoiar o levantamento das demandas reais e a construção de pactos, o que certamente contribui para a noção de co-responsabilidade na gestão de áreas protegidas. (IRVING, 2006, p.60).

O começo dos trabalhos em uma dada região deve primar pelo aumento do nível de envolvimento da sociedade que irá receber essa nova forma de uso do seu território, que pode ajudar a consolidar mais rapidamente a efetiva gestão participativa dessa nova unidade de conservação.

Já os proprietários que possuem a matrícula do seu imóvel, e não são considerados como população tradicional, os médios e grandes proprietários, em sua maioria, criadores de gado extensivo, têm causado diversos problemas ao cerrado, desencadeando um processo erosivo com a perda da vegetação e com mudanças significativas na paisagem do PNCM. Eles, seguindo os trâmites previstos em lei, deverão receber indenização pelas suas propriedades e sair da área do parque.

Neste caso, é imprescindível a aceleração dos processos compensatórios oriundos da implantação da hidrelétrica de Estreito, em fase de construção, por meio da compensação ambiental⁴, pois no mesmo ano da criação do Parque Nacional da Chapada das Mesas, em

⁴No sistema brasileiro, a compensação ambiental é disciplinada pela Lei nº 9.985/00 – SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) que foi regulamentada pelo Decreto nº 4.340/02, alterado mais tarde pelo Decreto nº 5.566/05. De acordo com o art. 36 da Lei 9.985/00 – SNUC: “nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório – EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei.” [...] sendo considerados os impactos negativos e não mitigáveis aos recursos ambientais. Parágrafo único. Os percentuais serão fixados, gradualmente, a partir de 0,5% (meio por cento) dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento. (SOUSA, 2011, p.2).

dezembro de 2005, já estava em andamento o processo de licenciamento para a construção desta UHE, pelo Consórcio de empresas para a construção da UHE de Estreito (CESTE).

Sousa (2011, p.1) ao discutir que nas diretrizes orçamentárias da União a implementação do Parque Nacional da Chapada das Mesas deveria ter prioridade na destinação dos recursos da compensação ambiental pela construção da UHE de Estreito, que atinge diretamente as áreas naturais conservadas pelo parque, o que não ocorreu, pois o recurso destinado, teve o seu montante dividido para outras unidades de conservação de outros estados, segundo o autor:

[...] o que seria um benefício e tanto para a região mais atingida pelo reservatório da UHE – Estreito, com especificidade para Carolina, passou a ser mais um tormento e insegurança diante da possibilidade de uma não implementação rápida, segura e eficaz do PARNA Chapada das Mesas. É que em janeiro deste ano de 2006, chegou ao conhecimento do Ministério Público e da comunidade em geral a existência de uma minuta do Termo de Compromisso a ser firmado entre o IBAMA e o CESTE (consórcio de empresas para a construção da UHE -Estreito), como forma de compensação ambiental, no valor estimado de R\$ 9.635.000,00 (nove milhões, seiscentos e trinta e cinco mil reais), primeira parcela, correspondente a 0,5% do valor do empreendimento, com previsão do repasse de recursos a outras unidades de conservação do País, situadas nos Estados de Minas Gerais [...] destinação não prevista nos Estudos de Impactos Ambientais da UHE – Estreito.

Essa questão sobre a destinação dos recursos perdura até hoje, pois naquele momento considerando a existência desse ato administrativo, que dividiu os recursos da compensação ambiental com outras regiões do Brasil, os Ministérios Públicos do Maranhão e Tocantins com o Ministério Público Federal ajuizaram no dia 17 de março de 2006, uma Ação Civil Pública junto à Justiça Federal em Imperatriz,

[...] buscando a tutela jurisdicional para coibir que, caso haja a viabilidade ambiental por parte do IBAMA para a UHE-Estreito, os recursos obrigatórios para a compensação ambiental sejam direcionados somente para o PARNA Chapada das Mesas e Monumento Natural de Árvores Fossilizadas no Tocantins, bem como, a impossibilidade do IBAMA destinar tais recursos específicos para outras unidades de conservação do Brasil. (SOUSA, 2011, p.1)

Segundo informações obtidas com a atual gestora do PNCM, esses recursos via compensação ambiental ainda não foram liberados, devido aos processos de questionamentos

sobre a divisão com outros estados, o que impossibilita até hoje o início efetivo da desapropriação das áreas privadas do interior.

Outra questão fundamental, é que o valor dos recursos destinados para a compensação ambiental, segundo cálculos aproximativos sobre os valores das propriedades rurais na região, seriam insuficientes para cobrir os custos da regularização fundiária da UC, o que reforça a necessidade de que esses recursos sejam destinados exclusivamente às áreas de abrangência do empreendimento, como foi sugerido pelo Ministério Público do Maranhão e do Tocantins.

Considerando todas as necessidades, é evidente que os recursos deveriam ser destinados às áreas mais impactadas pelo empreendimento, porém existe na regulamentação sobre essa questão o entendimento de que pode ser destinado a unidades de conservação que estejam no mesmo bioma e protejam neste caso o cerrado.

Cabe, portanto, ao argumento das necessidades das populações de cada região o nível de desenvolvimento, entre outras questões a serem consideradas no que tange a destinação destes recursos. A discussão está posta, sendo necessário estabelecer critérios mais claros e com base na realidade do local onde esses empreendimentos estão em implantação.

5.2. A implantação do PNCM como apoio à conservação da paisagem da Chapada das Mesas

A existência do PNCM no espaço territorial da região da Chapada das Mesas promove uma singularidade representada pela paisagem natural em relação a outras regiões do Brasil. Possui os seus desenhos em formatos tabulares que representam uma herança geológica para toda a população que habita esta região.

Com a criação de um parque nacional, este espaço como um todo, se coloca como um ponto especial no planeta, tanto do ponto de vista ambiental como cultural, pois representa um lugar único na face da Terra. Esse fato, por si, já traz uma dimensão da importância deste lugar, o que neste momento será comentado partindo da sua paisagem e a manutenção dos espaços dos arredores do PNCM, em conjunto com as políticas públicas em desenvolvimento para essa região.

As unidades de conservação são implantadas como forma de proteger os biomas que estão correndo sérios riscos de desaparecerem, e no caso das regiões tropicais, existe, na maioria das situações, habitantes antigos nestes territórios, onde reproduzem a sua existência com o uso dos recursos naturais destas áreas. Devido, principalmente a essa diferenciação de

ocupação, é que devemos equalizar um pouco melhor a forma de implantar unidades de conservação de uso indireto nestas áreas, pois, o modelo dos países de clima temperado para a criação e implementação de parques nacionais foi pensado para aqueles territórios, e ao ser traduzido para a nossa realidade é imprescindível que se leve em consideração a complexidade ambiental e social que se apresenta nesses biomas tropicais.

Essa consideração e respeito ao local, aos grupos de populações tradicionais que habitam esse território e dependem desses recursos para sua sobrevivência e manutenção de seus modos de vida, não quer dizer que em todos os espaços naturais tropicais devem viver seres humanos, e sim, que onde comprovadamente eles estão, deve haver o respeito de seu direito à manutenção de sua territorialidade sedimentada no decorrer de várias gerações.

Deve-se levar em consideração que a convivência dessas populações com esse meio ambiente, congrega em grande parte dos casos, uma relação de troca, e que existem estudos como os citados anteriormente, que defendem a presença humana como forma de proteção e continuidade desses biomas. É claro que devem ser inseridos em um processo de manejo sustentável, nos moldes antigos de convivência desenvolvidos por eles próprios no decorrer de suas vidas e com o aprendizado comum transmitido de geração para geração.

Nestas situações, destaca-se que deve existir um diálogo entre os diversos atores que atuam nestas regiões, inserindo-se também a questão do desenvolvimento regional, que deve ser considerada mediante os processos de proteção de uma paisagem, pois sempre ficará uma pergunta no ar: Para que serve essa paisagem?

Como a paisagem pode ser considerada como um patrimônio natural e cultural de uma dada região, a mesma tem sido amplamente valorizada no plano estratégico de desenvolvimento europeu, como comentado anteriormente. Essa valorização da paisagem deve estar incluída no planejamento e ordenamento do uso territorial da região da Chapada das Mesas, tendo como ponto de partida a unidade de conservação e sua zona de amortecimento como forma de manter a singularidade dessa área como um polo de atratividade para a ampliação do ecoturismo nacional e internacional.

Em nossas conversas no local, sobre a importância da paisagem da Chapada das Mesas, pode-se dizer que os sujeitos entrevistados foram enfáticos em afirmar que a melhor paisagem e que salta aos olhos do espectador é a sua vista, ou seja, a morfologia da mesma, sua paisagem, com maior destaque para as cachoeiras do Prata (Figura 54) e São Romão.

Enfatiza-se portanto, que a paisagem detém diversos significados, não somente como recurso cênico, para o olhar, o vislumbrar, mas como um atributo ao modo de existir de um povo habitante desse lugar.



Figura 54 – Força das águas em meio à paisagem da cachoeira do Prata, que apresenta um volume grande de água devido ao período chuvoso. Este é um dos pontos de maior visitação turística do PNCM, apesar das dificuldades de acesso, que é vencido somente com veículos de tração em quatro rodas. Fonte – MARQUES, 2010.

Tendo como ponto de partida para o ordenamento territorial a paisagem, como forma de assegurar o seu equilíbrio do ponto de vista do desenho, ou morfologia da paisagem, que é a visualização do conjunto de morros testemunhos e mesas, que encantam e imprimem sensibilidade aos seres humanos que ali vivem e também naqueles que ali transitam.

Considerando que a paisagem é muito mais que uma representação pictórica, e possui intensos sentidos, como destaca Bertrand; Bertrand (2009, p. 328) quando comenta sobre a alteração da paisagem dos arredores de Barcelona, “Esta degradação das paisagens tradicionais é um fenômeno que atinge tanto os países industrializados quanto os países em desenvolvimento”, e completa afirmando que:

Podemos falar de crise da paisagem em escala planetária, e algumas pessoas acreditam ter que anunciar a “morte da paisagem”. É verdade que numerosas paisagens antigas de muitos séculos desapareceram e foram substituídas por coisas às vezes inomináveis. A recente consideração do meio ambiente, polarizada na urgência dos problemas de despoluição e de tratamento de lixo, preocupou-se pouco com as paisagens e aquilo que elas representam para as populações envolvidas. A modernização da sociedade e da economia realizou-se sem a paisagem, e frequentemente contra ela.

Neste sentido, sugere-se uma discussão regional sobre a ordenação territorial sob os princípios da valorização da paisagem e a sua conservação, como o começo para o planejamento desta região, iniciando-se pela construção do plano de manejo do PNCM.

O plano de manejo de uma unidade de conservação deve considerar a área de influência da mesma, pois toda a região sofre a influência e é influenciada pela mesma. Sobre esta questão Matias escreve:

Nesta perspectiva a gestão da UC's passa a depender dos seguintes fatores: a) tratar os componentes do sistema no qual as UC's estão inseridas em suas interligações; b) as comunidades vizinhas devem ser consideradas como partes integrantes do sistema; c) obter o apoio e participação da sociedade em geral e das populações vizinhas; e d) integrar o plano e demais planos de desenvolvimento ao planejamento regional. (MATIAS, 2001, p.193).

Destaca-se neste momento a importância desse instrumento para a consolidação do PNCM, que antes de qualquer coisa, deve tratar os componentes do sistema territorial no qual está inserida a unidade. A paisagem ocupa prioritariamente o centro das discussões para que se possa construir uma harmonização entre os interesses e conflitos pelo uso da terra neste território.

Irving (2006, p. 59) descreve a importância do engajamento da sociedade moradora do entorno da unidade de conservação, que, para que isso aconteça, segundo a autora:

A gestão tenha que ultrapassar a visão hermética dos instrumentos previstos pela legislação e avançar, no sentido da inovação e da construção de estratégias de desenvolvimento local para o entorno, com base em novos modelos de parcerias, que permitam o engajamento e inclusão efetiva dos atores sociais, através da geração de benefícios econômicos e melhoria da qualidade de vida, em sentido amplo.

A inserção da população local nos processos decisórios sobre o que poderá ocorrer em uma política de conservação no interior da unidade de conservação, alinhando essa política com as outras políticas que existem nos municípios no qual existe a área protegida, em um movimento que “[...] na participação espontânea da sociedade no processo de gestão, uma vez que a “natureza protegida” passa a ser interpretada e internalizada como patrimônio coletivo”. (IRVING, 2006, p. 59).

A autora completa em sua discussão que a integração da unidade de conservação com a dinâmica do entorno, onde

[...] interagem conflitos mas também possibilidades de inovação e desenvolvimento de novas formas de se pensar a natureza, não em termos de restrição ao desenvolvimento mas como simbologia de agregação de valor às alternativas econômicas locais. (IRVING, 2006, p. 59).

Instaura-se assim um esforço de análise para o equilíbrio e manutenção da sustentabilidade da região da Chapada das Mesas, listando os principais interesses e atores regionais observados no decorrer deste trabalho.

Encontra-se, historicamente instalados, na área, os grandes fazendeiros, frutos de ocupação antiga, que se utilizam de um modelo de exploração com base na extração dos recursos naturais, base pastoril extensionista, que periodicamente provoca grandes impactos no bioma cerrado pelo sistema de criação do gado que pisoteia a vegetação, com uso de queimadas, ampliando o processo de erosão e deteriorando a fisionomia da paisagem.

Territorializados em um mesmo período histórico apresenta-se o trabalhador agregado, que cuida do gado do fazendeiro, mora em sua propriedade ou em áreas de sua posse oriundas do processo de demarcação das terras privadas, e que ficaram sem registro cartorial, denominadas terras de Nação, como comentado anteriormente.

Há também o povo sertanejo que possui ligações de simbiose com o ambiente que o cerca, marcados pela presença na paisagem sob sua forma de viver e perpetuar seus costumes de geração para geração. São comumente chamados de extrativistas, e exercem impactos na vegetação por meio das queimadas para o plantio de roça no toco. Para evitar esse tipo de procedimento, a queimada, seriam necessárias ações conjuntas para uma transformação no modo de uso do cerrado, baseada em princípios da agroecologia⁵.

Encontram-se também os investidores representantes de grandes empresas agrícolas, fruto do avanço da fronteira agrícola, num modelo de cultivo monocultor e voltado para o comércio exterior, com uso de moderna tecnologia para a produção. Esse tipo de uso em áreas do cerrado provoca grandes e rápidas transformações na paisagem do local.

Destacam-se também os empresários do setor do turismo, que possuem pousadas, restaurantes, agências e hotéis, dentre outros serviços. Faz parte desse grupo a associação de monitores ambientais locais que atuam nesta área.

⁵Na Agroecologia, é central o conceito de transição agroecológica, entendida como um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção [...]. Essa idéia de mudança se refere a um processo de evolução contínua e crescente no tempo, porém sem ter um momento final determinado. Entretanto, por se tratar de um processo social, isto é, por depender da intervenção humana, a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais.(CAPORAL, 2004, p.12).

O Parque Nacional da Chapada das Mesas, em processo de implantação, estimula a inserção da região no destino do ecoturismo nacional e internacional, ampliado pelo discurso da conservação do bioma do cerrado e das diversas formas de vida que o compõem.

Concomitantemente a todos esses atores regionais, temos as políticas locais, representadas pela composição partidária dos municípios que compõem a região, mais especificamente, os políticos do município de Carolina, onde foram acompanhadas algumas discussões sobre o uso do território em questão.

Partindo dessas considerações, urge a necessidade da promoção de um diálogo aberto entre todos os atores citados, e outros atores que não obtiveram destaque neste estudo, para se buscar a construção desse território coletivo que representa a paisagem da Chapada das Mesas.

Para tanto, pode-se ampliar as discussões por meio da elaboração de um esquema analítico (Figura 55), com o envolvimento desses diversos atores e instituições locais, regionais e nacionais, tendo como base a conservação da paisagem para a manutenção da sustentabilidade, da memória coletiva das populações dessa região.

Este esquema analítico foi elaborado com a intenção de sintetizar os diversos conceitos e agentes transformadores da realidade da região da Chapada das Mesas. Acredita-se que ao visualizar essas informações em um formato de interconexões, onde existe a ligação entre os diversos itens citados no mesmo é possível ter uma apreensão maior da complexidade socioambiental e cultural da região da Chapada das Mesas.

A intenção de iniciar a análise pelo Geossistema- Território- Paisagem, em uma ligação indissociável entre as três categorias geográficas, surgiu da valoração que este estudo depõe sobre a importância da análise ambiental sob diversos aspectos, em uma interligação que proporcione uma ampliação da visão sobre o objeto em estudo.

Partindo dessa abordagem inicial, que trouxe a tona diversas concepções, não somente sobre a implantação da unidade de conservação: Parque Nacional da Chapada das Mesas (PNCM), mas uma compreensão um pouco maior das origens históricas que permeiam o imaginário no momento presente na região da Chapada das Mesas.

Quando partimos para essa compreensão histórica, fazemos o elo entre a sociedade Timbira que habitou e esteve territorializada na área anteriormente ao processo de ocupação pela frente agropastoril, e que retorna, a partir da institucionalização e criação da Associação indígena Wyty-Catë, no final do século XX.



Figura 55 - Esquema analítico sobre a complexidade socioambiental e cultural da região da Chapada das Mesas.
Fonte – MARQUES; CASTRO, 2011.

Produzindo assim, um movimento de reterritorialização em rede, por meio da implantação de uma indústria de polpa de frutas, em parceria com o CTI, que tem por finalidade o uso sustentável dos frutos do cerrado, além da formação contínua direcionada para a valorização da cultura indígena, no Centro de Ensino e Pesquisa Timbira *Pinxyj Himpèjxà*. Um grande passo para a ampliação e valorização da cultura deste grupo indígena que possui ligação ancestral com a região, com um destaque para o Morro do Chapéu – *Wokran*, lugar aonde existiu a maior aldeia Krahô de toda a cultura Timbira.

Uma sociedade indígena pouco conhecida pelo homem branco- *Cupen*, que representa simbolicamente uma resistência secular, constituindo uma grande singularidade cultural desta região, sob o ponto de vista do patrimônio cultural mundial.

Em contraposição a essa forma de territorialidade, existe a preocupação com a rápida expansão do agronegócio, principalmente pelo fato de que pode alterar aceleradamente a paisagem da região. Que possui ligações em rede com a indústria de exportação, que altera profundamente os vínculos dos territórios que busca ocupar.

Esta questão pode ser melhor explicitada em um prognóstico sobre o uso das áreas para o cultivo do eucalipto, em uma situação hipotética, em que a medida que essa monocultura, composta por árvores de grande porte, encobriria parte da visualização da paisagem, limitando o olhar do geocomplexo da Chapada das Mesas, sob a ótica do nível do solo e ao redor das vias de acesso, no caso a rodovia BR 230, que possibilita o acesso entre os municípios de Estreito e Carolina, passando pelo ponto de entrada conhecido como Portal da Chapada.

Neste caso, sugere-se que a partir de um estudo para o ordenamento territorial com base na perspectiva da paisagem, o desenho da morfologia da paisagem dos tabuleiros deva ser preservado, planejando-se assim áreas de não cultivo para o eucalipto, para que essa visualização não fique prejudicada e saia do alcance das pessoas que transitam por essa região.

Essa forma de planejamento já está em uso nos países que compõem a comunidade européia, inserida nos “Princípios Directores para o Desenvolvimento Espacial Sustentável do Continente Europeu”(Conselho da Europa, 2000). Segundo Pinto-Correia (2005, p.151)

[...] em uma outra perspectiva, a própria Política Agrícola Comum tem vindo a preocupar-se, desde a reforma de 1992, com o papel da agricultura na gestão das paisagens rurais européias, orientando-se cada vez mais para uma agricultura de lógica pós-produtivista, multifuncional, tendo como uma das

tarefas fundamentais a manutenção da qualidade dos recursos naturais e da paisagem.

A cautela, nesse caso, leva em consideração as diferenças fundamentais que cada território representa, pois a comunidade europeia tem um processo de uso e ocupação de suas áreas agricultáveis milenares, e passa por problemas de despovoamento em determinadas regiões, constituindo neste momento, um esforço para conduzir da melhor forma possível os seus recursos naturais, tanto do ponto de vista ambiental como cultural, o que não invalida o modelo adotado na busca da sustentabilidade socioambiental e cultural. Porém ao se transportar para o caso brasileiro, devemos sempre ter em mente que a forma de condução para os nossos recursos naturais em paralelo com o desenvolvimento social e econômico será conquistado com as bases nos nossos saberes e potencialidades locais, porém é importante termos modelos que se sustentam para que possamos melhorar e consolidar nossos planejamentos de desenvolvimento local sustentável.

Para tanto, por meio dos dados já levantados por esta pesquisa, que teve por objetivo geral fazer uma análise integrada do meio ambiente da área de abrangência do PNCM, sugere-se que os estudos para a implantação de monocultura de eucalipto ao redor da rodovia de acesso à paisagem Chapada das Mesas levem em consideração o nível de visualização do desenho e a sua percepção, com vistas à conservação da paisagem natural que há séculos está consolidada nesta região.

Rachel Carson, em sua obra “Primavera Silenciosa”, escreveu sobre as suas impressões sobre a transformação da paisagem das beiras das estradas da região oeste dos Estados Unidos, que, ao serem pulverizadas com herbicidas para conter o “mato”, sofreram muitas modificações, descreve suas sensações da seguinte maneira:

Conheço muito bem um trecho de estrada em que o sentido paisagístico da Natureza havia criado uma orla de amieiros, de viburnos, de fetos-machos e de zimbros, com efeitos estacionalmente cambiantes de flores vivamente coloridas, ou de frutos a pender em cachos como que cobertos por jóias, no outono. A estrada não tinha tráfego muito pesado para suportar; existiam poucas curvas fechadas, e muito poucos cruzamentos em que a mata poderia obstruir a visibilidade dos motoristas. Mas os pulverizadores de ervicidas puseram mãos à obra, e quilômetros e quilômetros de extensão dessa estrada se transformaram em algo que era preciso atravessar com grande velocidade: transformaram-se numa visão tolerável apenas para os espíritos fechados aos pensamentos relativos ao mundo estéril e odioso, que estamos deixando que os nossos técnicos criem. (CARSON, 1962, p.81).

A descrição da transformação da paisagem elaborada pela autora, traduz a forma abrupta que os modelos técnicos científicos inferem junto aos processos modernizantes, que, para amenizar e desenvolver uma maneira mais eficiente de limpeza das beiras das estradas, produzem cenários novos, sem uma preocupação com o que poderia ser significativo à comunidade, e que geram sentimentos de perdas de sensações antes percebidas pela autora, quando ao transitar por esta estrada.

Esse processo de perda de laços identitários devido a mudanças rápidas de uma paisagem, reafirma ainda mais a necessidade de se buscar uma forma de manter o desenho paisagístico da beira da rodovia BR 230, nos trechos que se vislumbra a entrada da Chapada das Mesas, conservando as suas margens com as espécies do cerrado, com as suas sinuosidades e fisionomias que se destacam aliando-se ao conjunto geomorfológico das mesas, sem contar na beleza das flores dos Ipês: amarelo e roxo, das favas de bolota, com suas flores rosas, em formato de bolas aveludadas, entre outras, que no período seco dá vida e enche de encantamento as pessoas que por aí transitam.

Isso sem contar que as transformações climáticas ocorrem em uma sintonia com a transformação da paisagem; produzindo cores e sensações alternadas, no período chuvoso, o cerrado mais verde e com mais folhas, e no período seco, mais cor de palha, mais flores e frutos.

Somando-se a esse contexto, é importante dar destaque ao modo de vida das populações sertanejas da região, tendo como base a memória da paisagem, sendo possível delimitar os principais aspectos da cultura sertaneja, identificando a partir da sociodiversidade das moradias e instrumentos de trabalho e de convivência.

A herança cultural, em estado de permanência compõe um conjunto de paisagens representativas da memória coletiva dessa sociedade, e, a partir dessa identificação, em um processo coletivo com as instituições locais, públicas e privadas, e a comunidade envolvida, elaborar as prioridades paisagísticas da memória sertaneja da região da Chapada das Mesas, dar valor ao que realmente é importante para a população que habita este lugar.

O cotidiano do modo de vida dessa população não pode ser congelado, pois os processos de transformação da sociedade são constantes, porém é possível, por meio de ações coletivas e voltadas para a educação patrimonial e ambiental alcançar êxitos nesta área de conhecimento e inserir na região a importância da valorização da paisagem cultural como um dos pilares para a sustentabilidade socioambiental do território como um todo.

A conservação desse patrimônio natural e cultural é importante também como uma nova forma de valor a tudo que se refere a esse lugar, ou seja, uma identificação com o simbólico que representa a Chapada das Mesas e todo o potencial natural e cultural que está no seu território. Veiga (2005, p. 78) escreve que:

Durante muito tempo o patrimônio foi visto pelos governantes apenas como um item orçamentário de custeio. Isto é, de despesas como um consumo improdutivo.[...] Por isso, a proteção salvaguarda e conservação desses patrimônios era obrigação exclusiva dos Estados centrais. As autoridades locais eram, ao contrário, acusadas de cumplicidade na destruição das paisagens, remanescentes de arquitetura antiga, lugares simbólicos, monumentos, etc.

Talvez seja o momento de se pensar o desenvolvimento regional partindo-se do local, deixando-se para trás a visão do século passado, quando a conservação do patrimônio, seja ele natural ou cultural, era feita somente por obrigação, além de gerar dispêndios financeiros aos cofres públicos municipais, e por isso deixado em segundo plano nos planejamentos dos mesmos.

O autor escreve sobre a forma como o patrimônio pode ser entendido como uma oportunidade de consumo produtivo, em países desenvolvidos, e como, em muitas comunidades, se transformaram em protagonistas de sua valorização. Ele define a questão da seguinte maneira:

O patrimônio está longe de se resumir a elementos físicos, como as paisagens, obras artísticas, ou sítios arqueológicos. Ele também envolve bens imateriais, como as tradições locais, saberes artesanais e culinários, ou a própria imagem do território. É o conjunto desses recursos que dá suporte a várias atividades econômicas. Ela também exerce forte influência sobre os comportamentos residenciais das famílias de classe média, fatores que podem viabilizar projetos de desenvolvimento local. (VEIGA, 2005, p.78).

A valorização desse patrimônio, segundo o autor, permite a diferenciação, gerando um avanço na competitividade entre os territórios na luta pela atração de investimentos, tornando-se um meio de criar recursos próprios com o envolvimento dos atores locais. A ponto de se “construir uma imagem de marca identitária do território”, comparando essa construção com a forma que uma empresa elabora cuidadosamente um símbolo que a ajuda a fidelizar uma clientela, ou conquistar um novo segmento do mercado. (VEIGA, 2005, p.79).

Essa visão do empreendedorismo inovador e criativo, que busca aliar o que existe no lugar, a identidade e singularidade, incrementado com novas propostas que possibilitam novas formas de geração de renda aliado aos princípios da sustentabilidade.

Trata-se de uma construção que está na base do movimento mundial que tem por conceito a sustentabilidade, partindo do local para o global. Pinto-Correia (2005, p.152) destaca a importância dos diversos documentos orientadores europeus que tem como objetivo a proteção da paisagem,

Para que, de facto, cada vez mais a paisagem seja tomada em consideração nas opções de gestão do território e de cada sector por si. Não é defendida uma lógica de conservação unicamente, mas mais numa perspectiva dinâmica de acompanhamento das novas preocupações e procuras da sociedade, e da forma como a sociedade olha para a paisagem. Pretende-se que possa ser preservada a especificidade e autenticidade de cada paisagem e ao mesmo tempo a diversidade que até agora tem caracterizado o espaço europeu.

Pinto-Correia (2005, p.152) comenta que as orientações da Convenção Europeia (2000) se dá pela importância da paisagem na identidade e bem-estar das populações, e “[...] neste sentido, propõe que cada estado signatário defina políticas específicas para a paisagem, mas também a integração da paisagem noutras políticas setoriais”. Esse destaque especial à questão das políticas públicas integradas à proteção e valorização paisagística é fundamental para a gestão dos espaços territoriais, que já foi discutido em um momento anterior, mas que tem agora uma dimensão ampliada por meio da inserção da paisagem como memória, pertencimento, sustentabilidade e prioridade para a formulação de políticas públicas no território em estudo.

A autora enfatiza que existe

Uma representação funcional da paisagem, que a relaciona com um meio de vida, em ligação portanto sobretudo com a atividade econômica. Cada indivíduo pode ter uma relação forte com uma paisagem devido aos laços funcionais do presente, que se estabelecem através das atividades que desenvolve na paisagem. Mas a sua relação com a mesma pode também basear-se nos laços que se estabeleceram durante gerações anteriores, que trabalharam e viveram dessa paisagem, sendo que esses laços lhe conferem conteúdo ainda nos dias de hoje. (PINTO-CORREIA, 2005, p. 153).

A representação expressa pela maioria dos entrevistados, moradores mais antigos da Chapada das Mesas, demonstrou nos claramente essa representação funcional vinculado à

questão econômica, principalmente na fala do Professor do município, ao comentar sobre a diferença de crescimento econômico entre a cidade de Imperatriz e Carolina, e as transformações que esse desenvolvimento econômico produziu em Imperatriz, apesar de desordenado, foi muito bom e trouxe o progresso.

Segundo sua fala: “[...] fluxo de progresso intenso e desordenado, mas transformou a cidade na segunda maior do estado, com uma pujante economia”, apesar das grandes e conflituosas transformações em seu espaço urbano e rural.

Percebe-se que existe uma paisagem que está nas representações, no imaginário, porém a necessidade econômica está em primeira instância, principalmente pelo fato de que o município teve momentos anteriores de sua história com um grande desenvolvimento, “[...] boas escolas, uma sociedade estruturada”, como comentada pelo Professor municipal, e neste momento, com a implantação do PNCM, “fazendeiros, tanto do interior como da área de influência do parque não podem nem sequer tirar créditos para continuar os seus cultivos”. Evidencia-se um grande descontentamento com essa ação governamental, a implantação do PNCM, que, segundo a percepção do sujeito entrevistado, não vai ajudar a melhorar as condições de vida do povo carolinense.

A paisagem, portanto, a partir dessa representação, com essa forma que está no presente, não traz benefícios a curto prazo, como citado pelo Professor municipal. Segundo ele, os benefícios oriundos do ecoturismo “podem vir, mas a longo prazo”, e a urgência econômica é “para o agora”, devido, segundo ele, “ aos momentos de estagnação que o município tem passado no decorrer do processo histórico”.

Em uma representação da conservação da paisagem da Chapada das Mesas, o Monitor Ambiental III, ao ser questionado sobre essa questão, se para ele ocorrerá a conservação dessa paisagem, ele acredita que sim, se houver a aliança entre a conservação e a questão econômica, comentando sobre a importância da formação das brigadas de combate aos incêndios em Carolina, que inclusive ele foi um dos contratados. Essa é uma forma de geração de renda, fruto de uma ação conservacionista. Acredita que aumentando essas formas de geração de renda, aliada à conservação do meio ambiente, haverá sim a manutenção dessa paisagem.

A mesma representação ocorre por parte dos outros monitores entrevistados, o que podemos considerar que mesmo com a potencialidade singular que essa paisagem representa para a população desse território, o pertencer a essa paisagem, é fundamental que seja feito um vínculo econômico e gerador de renda para que ela seja conservada, pois a necessidade da

população, neste momento, está voltada para a geração de renda para a sobrevivência pessoal e familiar.

A mesma paisagem pode servir a diversos usos, porém alguns desses usos contrapõem-se aos outros, como no caso da transformação da paisagem do cerrado em área de exploração comercial agrícola, sobre essa multifuncionalidade da paisagem, Pinto-Correia (2005, p.154) escreve:

Multifuncionalidade da paisagem, porque dela se esperam várias funções pelos vários utilizadores: os proprietários e agricultores, os visitantes e turistas, os habitantes, tanto os de longa data como os recentes que procuram uma qualidade de vida, os que foram habitantes e que se mudaram, mas que se identificam com a paisagem (turismo, recreio, etc.), amantes e defensores da natureza e do ambiente, os técnicos e decisores.[...]

Esse movimento de resgate dos saberes tradicionais, formas de uso e impressões humanas na paisagem, aliado ao novo momento de singularidade que envolve a valorização dos espaços rurais europeus, onde cada signo paisagístico produz ícones que dão significado ao lugar e às suas potencialidades sejam elas sociais, culturais ou econômicas.

Como um exemplo dessa potencialidade expressa em ampliação e desenvolvimento realizada por meio da conservação da paisagem e valorização dos signos nela impressa, podemos citar as *Sierras de Bejar y Francia*, no noroeste da Espanha, área visitada por meio de uma viagem de estudos realizada durante o processo de formação do Doutorado Interinstitucional (DINTER) em conjunto com o Centro de Estudos Ibéricos (CEI), do qual a autora desta pesquisa participou, onde pode-se vivenciar as diversas formas de conservação das paisagens na porção centro-norte de Portugal e noroeste da Espanha, em destaque para a Reserva da Biosfera, criada pela UNESCO, em outubro de 2006, que compreende em extensão de 199.140.48 hectares, abrangendo 88 municípios espanhóis. Leiva (2009, p.18) escreve sobre a importância em se buscar a harmonia entre o homem e os biomas, sendo, segundo a autora, “as Reservas da Biosfera são o melhor exemplo de como se pode contribuir para o desenvolvimento econômico e social preservando o entorno”.

Em termos integrativos, Sachs (2000, p.30) defende que a sustentabilidade se constitui em um conceito dinâmico, no qual estão internalizadas as crescentes necessidades das populações humanas. Por isso, enfoca a questão por meio de oito dimensões, das quais serão ressaltadas as seguintes:

1. A sustentabilidade social: a partir de uma distribuição mais equânime da renda e dos ativos, pode-se usar um mecanismo de política pública que conduza a um padrão estável de crescimento, assegurando uma melhoria substancial dos direitos dos grandes contingentes de população e uma redução das atuais diferenças entre os seus níveis de bem-estar.

2. A sustentabilidade econômica: será possível graças ao fluxo constante de investimentos públicos e privados, além da alocação e do manejo eficientes dos ativos naturais.

[...] 4. A sustentabilidade cultural: inclui soluções específicas que possibilitem a continuidade cultural, contemplando-se a região, sua cultura e seu ecossistema.

5. A sustentabilidade espacial: os problemas ambientais são ocasionados, muitas vezes, por uma distribuição espacial desequilibrada dos assentamentos humanos e da concentração de atividades econômicas; então, há a necessidade de se criar uma configuração territorial mais equilibrada, de se estabelecer uma rede de reservas da biosfera para proteger a diversidade biológica e, ao mesmo tempo, ajudar a população local a manter seu bem-estar.

[...] 7. A sustentabilidade política nacional: baseia-se na democracia e no respeito aos direitos humanos, de modo que o Estado implemente um projeto nacional em parceria com todos os agentes ambientais.

A compreensão sobre a importância de promover a equidade social, uma menor diferença entre as classes sociais, em direção a ampliação da renda das populações, a sustentabilidade poderá ser conquistada com o apoio de investimentos tanto públicos como privados, porém sempre com referência ao território da ação a ser implementada, dando continuidade à cultura do lugar, com uma visão espacial, integrando os diversos fatores que delineiam os interesses das diversas instituições em um mesmo território. O diálogo é fundamental para a construção dessas tramas territoriais.

O autor traz como uma possível construção conceitual para o desenvolvimento sustentável que

[...] o conceito de desenvolvimento sustentável envolve uma nova consciência dos gestores de políticas públicas, os quais devem observar os limites e as fragilidades dos ecossistemas globais, enfocando o desenvolvimento socioeconômico com equilíbrio ecológico, orientando-o para a satisfação das necessidades básicas e reconhecendo o papel fundamental que a autonomia cultural desempenha nas comunidades locais. Na operacionalização do desenvolvimento sustentável, é necessário garantir qualidade de vida para as populações locais, removendo obstáculos políticos e institucionais a sua inserção social, garantindo sua participação nas estratégias de desenvolvimento, ao mesmo tempo assegurando a manutenção do estoque de capital natural. (SACHS, 2000, p.31).

Neste diálogo entre as instituições que atuam na região, é necessária a priorização dos caminhos a serem seguidos. Deve-se levar em consideração que ao se conservar essa

paisagem como um atributo que possibilita a identidade a um povo, estará se protegendo os valores socioculturais construídos no decorrer dos processos históricos dessa população, atributos estes reforçados pelas imagens inseridas no Apêndice B.

A perda da identidade territorial, que pode acontecer se a paisagem natural e cultural for totalmente transformada em um curto espaço de tempo, pode produzir uma desconstrução no nível de pertencimento ao lugar, entre outras questões, que devem ser melhor avaliadas e estudadas. Guimarães (2007) explana sobre essa particularidade da paisagem. Segundo ela

[...] a paisagem é suporte de uma identidade individual e coletiva, como também é mediadora das relações ser humano/meio ambiente, exprimindo, através das tramas simbólicas, constituídas por seus elementos naturais e culturais, as ideias, intenções e concepções relacionadas ao modo de vida, à estruturação e estratificação de mundo vivido de uma dada sociedade. (GUIMARÃES, 2007, p. 37).

Devido à importância que associamos à paisagem, concordando com a autora, que

[...] diante dessas reflexões, observamos que os processos conservacionistas e preservacionistas associados à gestão do meio ambiente, em especial da paisagem como recurso ambiental não-renovável, envolvem questões relacionadas à proteção e à extinção dos recursos que integram o patrimônio natural e cultural de uma comunidade ou da própria humanidade. Implicam, também, desdobramentos tais como os conflitos e contradições refletidos nas diferentes realidades espaciotemporais vividas pelos vários segmentos de população, cristalizando formas, reordenando traçados, diretrizes e funções, imprimindo novas feições espaciais, gerando lugares duradouros ou efêmeros, com visibilidades significativas ou não, sob perspectivas temporais cronológicas e simbólicas. (GUIMARÃES, 2007, p. 38).

Os caminhos dessa discussão permeiam as possibilidades de sustentabilidade socioambiental que podemos alcançar, ao valorizarmos o equilíbrio paisagístico de um território, articulando a sociedade, os usos e finalidades organizativas, partindo do pressuposto de que a conservação da paisagem irá se desdobrar em outros benefícios, tanto econômicos como psicológicos às populações desse lugar, e nesse sentido, como já discutido anteriormente, irá contribuir para a conservação do meio ambiente, para o equilíbrio do geossistema integrado ao processo territorial com uma potencialização da paisagem.

Besse ao comentar sobre a “verdade da paisagem, caso exista, não se dá num “altar” ou numa vista congelada. A paisagem também não é acumulação de memórias, depósito de signos, patrimônio constituído, nostalgicamente consultável.” Trazendo a discussão sobre o

momento presente, o tempo real que uma paisagem proporciona às pessoas que a percebem e vivenciam. Para o autor:

Ela é evento, ela é passagem incompleta da vida. Do mesmo modo que o presente é esta atualidade inegociável, esta infadigável urgência de possibilidades que não se pode adiar sem perdê-las, a paisagem se desvenda para aquele que olha para frente, ela é o ponto a partir do qual se acolhe ou se recusa o que vem adiante. Paisagem-evento, ela se abre a partir do ponto sensível do presente, na confluência exata de uma duração pessoal de tempo e do aparecer das coisas neste instante. Mais ainda, toda paisagem apresenta uma espécie de velocidade própria, que corresponde à forma do encontro entre o que chega e a sensibilidade que para ali se transporta. (BESSE apud PÉGUY, 2006, p.100).

O autor reafirma a importância da paisagem descoberta por Péguy, que: “encerra inteiramente, neste movimento dividido e instável, o movimento da articulação[...] entre a vida pessoal e a exterioridade que se adianta e anuncia.” Concebendo as paisagens como “pontos de passagem, múltiplos e repetidos, do presente das possibilidades que se apresentam numa vida no mundo, e que exigem uma decisão.”

Eis, portanto, a complexidade temática posta sob o olhar paisagístico, que sedimenta-se, segundo o autor, no momento presente, imersos no movimento articulado que a sociedade apresenta, que mesmo imperceptíveis a algumas pessoas, dependendo do nível de sensibilidade de cada sujeito, mas real, que influencia o cotidiano da sociedade a que pertence essa paisagem.

Cabe destacar a importância dos aspectos subjetivos inerentes ao contexto do planejamento ambiental, mas que também é social e cultural, pois integra toda a concepção relacionada à contemporaneidade dos processos de modernização em áreas de fronteira agrícola, com suas nuances de tradicionalidade cultural e valioso potencial para a conservação da biodiversidade. Imersa neste contexto, Guimarães (2007) escreve que

[...] os valores associados a esses contextos da gestão e do planejamento ambiental revelam níveis experienciais e relacionais diretos e indiretos, abrangendo situações correlacionadas a faixas etárias, gênero, níveis socioeconômico e cultural (educação formal), influenciando atitudes e condutas individuais e coletivas, tanto em relação aos seus aspectos objetivos e subjetivos, positivos e negativos, em concordâncias ou discordâncias aos diversos processos cognitivos, perceptivos e interpretativos, quer tenham ocorrido em sociedades antigas ou ocorram na contemporaneidade. (GUIMARÃES, 2007, p. 38).

Essa potencialização dos aspectos paisagísticos em consonância com as novas formas de transformação do território, via ordenamento territorial e modernização capitalista, oriunda dos novos modelos de uso da terra, principalmente pela apropriação dos solos dessa região, para a monocultura da soja e do eucalipto. Irá promover um mosaico paisagístico que deve valorizar a paisagem já existente que condiciona e justifica os significados à nomenclatura denominada Chapada das Mesas.

Os aspectos paisagísticos, que serão priorizados dentro do conjunto na confecção deste desenho, dependerão do processo de inclusão participativa dos indivíduos que atuam, trabalham, habitam, convivem e se reproduzem neste território, aliado ao processo de modernização que insere novos grupos de interesse para os mesmos recursos, o que demanda uma dimensão política capaz de articular os interesses em uma linha de melhoria socioambiental e cultural em busca da sustentabilidade propriamente dita.

Para tanto, é necessária a prática do diálogo entre as instituições com o intuito de aumentar consideravelmente a tolerância entre os envolvidos, que com uma articulação política regional com vistas ao global, porém sempre com o olhar de cuidado com o local, respeitando as particularidades de cada grupo social e empresarial dessa trama territorial.

A promoção deste diálogo conjunto surgirá com base nos princípios da sustentabilidade que a nossa sociedade almeja, onde, assumimos nossos papéis perante nossas convicções e muitas dúvidas sobre qual o melhor caminho a seguir, questões estas que serão dirimidas durante o caminhar.

Concordando com Monteiro (1978, p.70) que enfatiza

[...] a “questão natural” só será entendida se levarmos em conta que o descaso a que relegamos a natureza e o ambiente sobre ela criado por nós, é uma decorrência de desempenho de um patrimonialismo estatal que, desde a colônia, está de olhos voltados para a especulação, o lucro e a aventura.

A mudança deverá ser estrutural, buscando deixar para trás essa herança colonial que teve como norteador dos processos a base extrativista do nosso potencial biológico e geológico, concentrador de poderes em detrimento da possibilidade da construção de uma sociedade ambientalmente justa e equalizadora da liberdade humana em equilíbrio com o ambiente natural.

Como uma proposta inicial de ordenamento da paisagem, idealizou-se o uso das margens da estrada de acesso à região, via Estreito, a BR 230, a ser conservada nos moldes de uma estrada-parque, como escreve Soriano (2006, p.36), são

As gerenciadas/administradas por órgão público ou não, sem ato legal referente à condição e ou denominação de Estrada-parque, mas cuja comunidade local (da área de influência), ou o próprio agente público e demais grupos de interesse a percebam (denominando) como Estrada-parque ou como Ecológica, Ambiental, Panorâmica, Cênica, etc. mediante manifesto expresso de qualquer natureza.

Para conservar aspectos visuais importantes para o contexto paisagístico da região da Chapada das Mesas, contendo a paisagem no cenário atual (Figura 56), com o bioma do cerrado e a visão do geocomplexo da Chapada das Mesas e também num possível cenário futuro (Figura 57), com a implantação da monocultura do eucalipto, que encobriria uma grande parcela dessa monumental paisagem.



Figura 56 – Representação artística do cenário atual da paisagem da Chapada das Mesas às margens da rodovia BR 230.

Fonte – SANTOS, 2011.



Figura 57 – Representação artística de um cenário hipotético com a implantação da monocultura do eucalipto no mesmo ponto de visualização da rodovia BR 230.
Fonte – SANTOS, 2011.

Neste sentido, a proposição do início da discussão, em um primeiro momento sobre a proteção dessa paisagem das margens da rodovia BR 230, principalmente voltada para os seus aspectos visuais e sensoriais, um processo que deve ser fruto de discussões e consensos coletivos, entre as diversas instituições públicas, sociedade civil, empreendedores privados, sociedade indígena, sociedade tradicional, entre outros atores e atrizes atuantes neste território.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Caminante, son tus huellas
el camino, y nada más;
caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.
Al andar se hace camino,
y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar.
Caminante, no hay camino,
sino estelas en la mar.*

António Machado

Há um tempo para começar, um tempo para desenvolver e outro para finalizar, e todos esses tempos se misturam no decorrer de uma pesquisa, e, no resultado da somatória de saberes que se entrelaçam uns sobre os outros, em um movimento de ir e vir, comparável a um barco que tem um roteiro a cumprir, mas que às vezes volta para trás, seguindo em direção a uma corrente oceânica, e, depois, segue rumo à outra, até, que, em um dado momento, retoma o seu curso original e chega, orientado pelo farol, ao seu porto final.

Durante todo o tempo desta pesquisa, que construída em uma parceria intrínseca entre todos os sujeitos e saberes que a compõem, percebeu-se a importância do estudo integrado sobre os assuntos relacionados ao meio ambiente, em especial à conservação ambiental, e, que, a cada nova descoberta surgia uma certeza, a de que um objeto de estudo precisa ser observado por diversas formas, por diversos ângulos, com tempo e paciência para a sedimentação das possíveis conclusões sobre o que se está analisando, e, que, ao final, as verdades são aquelas em que acreditamos, que, porém, sempre serão questionáveis.

Partindo dessas impressões da autora sobre a pesquisa na área da geografia humana, que se mantém indissociável da geografia física, pois ambas se completam e juntas consolidam a ciência geográfica, que é o fio condutor e objetivo que queremos alcançar como pesquisadores desta ciência abrangente, que busca dar conta da realidade e do vivido pela sociedade em seu meio ambiente. Envolto em toda a complexidade que estes estudos propõem aos cientistas contemporâneos, chegou-se ao momento de tecer as considerações finais desta pesquisa, escrevendo, a seguir, uma breve memória sobre o início deste processo.

A proposta desse estudo geográfico teve como tema gerador o caso da implantação do Parque Nacional da Chapada das Mesas, no qual a pesquisadora esteve envolvida em uma grande parte do recorte temporal como integrante da equipe de apoio ao processo em questão.

Esse envolvimento foi, em grande parte, responsável pela consolidação da proposta para o projeto de doutoramento e posteriormente, após todas as fases de classificação junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista –UNESP- Campus de Presidente Prudente- SP tornou-se o projeto de doutorado da autora.

O caminho se faz caminhando, como escreveu o poeta Antônio Machado, e este caminhar se deu passo a passo, em um movimento lento de descoberta, que partiu da seguinte hipótese inicial: que o processo de criação do Parque Nacional da Chapada das Mesas, como unidade de conservação de categoria proteção integral, não priorizou o estudo da territorialidade das populações que habitam essa área. Além disso, na implantação do Parque não se levou em consideração os processos históricos da ocupação da região que resultou na organização social presente nas configurações territoriais consolidadas nesta área de estudo. E, as rápidas transformações paisagísticas que estão em curso nesta região afetam a noção de pertencimento da sociedade sob o ponto de vista da percepção ambiental.

No início dos estudos, havia o entendimento que essa unidade fora criada de uma maneira participativa, com uma pesquisa mais completa sobre todos os atributos regionais, incluindo os levantamentos biológicos, físicos, humanos e culturais.

Porém, a medida que foi se conhecendo melhor o processo de criação do PNCM por meio dos levantamentos bibliográficos, entrevistas com alguns dos sujeitos que vivenciaram esse momento, a observação participante junto ao cotidiano da realidade carolinense e os espaços territoriais da região proposta para a unidade, chegou-se a uma primeira conclusão: os procedimentos metodológicos desenvolvidos durante os levantamentos iniciais: as atividades de campo, que ao todo foram duas vistorias percorrendo as áreas por transporte terrestre, uma com sobrevoo de avião e duas com helicóptero, não priorizaram os estudos sobre a ocupação do território em questão.

Entende-se, sob o ponto de vista geográfico, com base nos dados levantados por meio desta pesquisa, que esses estudos foram insuficientes principalmente no que tange a análise do território em si e tudo que diz respeito a essa área do conhecimento.

Notou-se que a delimitação do desenho da unidade de conservação procurou deixar fora dos limites do PNCM os povoados com maior número de casas, porém, o uso do território por parte dessa população foi pouco estudado. O resultado foi que em algumas áreas as moradias ficaram fora dos limites da UC e o terreno de agricultura dentro dos limites do

mesmo. Esse tipo de ocorrência poderia ter sido evitada, com um tempo maior de pesquisa em campo, direcionado para a busca dessa forma de uso da terra, e da territorialidade do povo sertanejo, sociedade tradicional ancestral nesta área de estudo.

Salienta-se a necessidade de um planejamento de pesquisa com mais tempo no que diz respeito ao processo de criação desta unidade de conservação, de uso indireto, com uma vasta área a ser estudada: em torno de 200 mil hectares, e inúmeras dificuldades de deslocamento devido às péssimas condições de suas vias de acesso. Culminando em um estudo de maior qualidade sobre o território, gerando um conhecimento mais detalhado sobre as sociedades tradicionais do interior das áreas propostas inicialmente para a unidade. Uma contribuição dos estudos mais complexos e com equipes formadas em uma perspectiva interdisciplinar, no intuito de propor um desenho mais fidedigno com a realidade local, para o perímetro da unidade de conservação.

A definição deste desenho, mesmo demandando mais tempo de trabalho e demora nos levantamentos de dados como: visitas de campo, estudos qualitativos, organização da equipe técnica, inserção dos saberes locais, entre outros procedimentos metodológicos, necessitaria de um esforço ainda maior, segundo a compreensão e interpretações oriundas desta pesquisa.

A inserção de novos procedimentos de pesquisa para o levantamento de dados para a criação de uma unidade de conservação vem ao encontro da possibilidade de geração de mais conhecimentos. Essas informações serviriam de base de dados que poderiam resultar em proposições a respeito da delimitação do traçado, evitando inúmeros conflitos de uso territorial, que uma unidade de conservação da categoria de proteção integral tende a provocar. Destacando como um dos principais conflitos: a restrição imposta ao uso dos recursos naturais que se propõem a proteger, impossibilitando assim a continuidade do modo de vida dessas sociedades, que ancestralmente ocupam e habitam este território.

Quanto ao valor e ao processo histórico da ocupação da região da Chapada das Mesas, que é a base da organização social presente nas configurações territoriais consolidadas nesta área de estudo, constatou-se que não foi priorizada no decorrer do processo de criação e na fase inicial da implementação do Parque Nacional da Chapada das Mesas, devidos diversos problemas de falta de servidores, equipamentos e infraestrutura adequada ao bom funcionamento de uma unidade de conservação.

Sobre a ligação dos habitantes dessa região com o cerrado, percebeu-se, por meio do modo de vida dos sertanejos, sua forma de uso da terra, coleta de frutos, uso da madeira para construções, artefatos de diversas utilidades, com a matéria-prima básica retirada de espécies do bioma, uma interdependência entre eles e a paisagem. Se ela for totalmente transformada

pelo processo de territorialização do agronegócio, estes serão os maiores prejudicados, pois perderão os seus vínculos identitários, e o seu sustento, o que, quase com certeza, os expulsaria desse lugar, encaminhando-os para as periferias das cidades circunvizinhas, aumentando os níveis de desemprego, subnutrição, violência urbana, entre outros inúmeros problemas urbanos vivenciados pela sociedade contemporânea.

Além dessas consequências, a sociedade da região da Chapada das Mesas de uma maneira geral, acaso a paisagem venha a se transformar rapidamente, ao redor da rodovia pelo qual transitam periodicamente, principalmente pela implantação da monocultura de eucalipto, poderá perder parte da visão de alguns pontos do desenho das mesas, dos morros testemunhos, e também das espécies do cerrado, que despertam os sentidos daqueles que os valorizam e admiram.

Essa “perda” é muito difícil de ser valorada em termos quantitativos, porém quando partimos para uma análise qualitativa, considerando diversos aspectos como: o equilíbrio emocional proporcionado pelo sentimento de pertencimento, supõe-se que: 1- pode a sociedade desenvolver ausência de significados antes existentes em uma interrelação cognitiva com a paisagem; 2- diminuição da ligação e identificação com a dimensão simbólica, entre outros, que necessitam ser melhor estudados e avaliados em um trabalho posterior.

O potencial da cultura representada pelos grupos indígenas, pelos agroextrativistas sertanejos, dos ribeirinhos do rio Tocantins, entre outras comunidades que compõem a base identitária dessa região, representam um território vasto e heterogêneo, que necessita de um tempo para ser reconhecido e valorizado, tempo este, que neste processo de modernização dos meios de produção se processa de uma maneira muito rápida, colocando em risco a memória cultural e paisagística da região da Chapada das Mesas.

Em relação às potencialidades adormecidas que ainda não estão completamente instauradas, como por exemplo: a consolidação do pólo turístico da Chapada das Mesas, que tem na conservação da paisagem um ponto de partida, pois sem ela, ou, com a percepção da sua rápida transformação, o turista poderá optar em se deslocar para outros lugares que se apresentam melhor cuidados e conservados.

Sem contar, nas perdas culturais que representam a alteração de uma paisagem, pois com ela não se perde somente o cerrado, seu potencial biológico e de fauna, e sim, toda a rede de conexão que existe entre: o ser humano e o meio ambiente. Salientando-se que ao se perder os recursos naturais, perde-se também o motivo cultural que existe em simbiose com a

sociedade desse lugar, em especial o sertanejo que desenvolveu diversas formas de fazer e existir nessa paisagem.

Como contabilizar tudo isso?

Acredita-se que é necessário a abertura dos sentidos, e o desenvolvimento da humildade para poder perceber que, nós, seres humanos, não temos o direito de destruir tudo a qualquer preço, mesmo que justificado pelo paradigma vigente do progresso econômico, que tem as bases bastante frágeis, pois, sob a ótica da sustentabilidade esse “progresso é falso”, e comprovadamente desigual, que reflete na configuração de uma sociedade em crise, na contemporaneidade.

O conhecimento sobre as hipóteses iniciais levantadas por esta pesquisa, obtiveram a sua validação por meio de alguns objetivos ao quais se delinearão o desenvolvimento dos trabalhos no decorrer desses anos dedicados à este estudo.

A abordagem metodológica com base na perspectiva do GTP, possibilitou uma maior compreensão sobre as diversas formas de uso para um mesmo território, e, a multifuncionalidade da paisagem que pode promover a participação social no contexto da gestão ambiental da área em questão.

A análise integrada do meio ambiente, teve como referências as diversas concepções sobre paisagem para a geografia, inserindo o Parque Nacional da Chapada das Mesas e sua área de abrangência, como também os significados que essa paisagem traz para a discussão da conservação do meio ambiente. Iniciando com a entrada o Geossistema, seguindo a proposta metodológica de Bertrand; Bertrand (2007), que apresenta o físico e o humano em estreita ligação com a “escala” de leitura adaptável, a escala dos fenômenos observados.

Fruto desta perspectiva percebeu-se que a paisagem do cerrado possui um valor como representação da identidade dos habitantes dessa região, mas que necessita ser valorizada em conjunto com as formações dos tabuleiros, conhecidos também como mesas, que dão o maior significado para todo o conjunto paisagístico da região da Chapada das Mesas.

Além, do alto nível de antropização que se apresenta no interior da unidade de conservação, devido ao uso intenso de sua biodiversidade, fruto de um longo processo de ocupação representado pela frente agropastoril, instalada há mais de dois séculos na região, é um fator a ser destacado em meio ao conjunto ambiental desta área, que precisa de programas de recuperação de áreas degradadas, visando a manutenção do bioma cerrado.

Para ampliar essa abordagem, foi desenvolvida uma análise sobre a complexidade territorial da região da Chapada das Mesas, o seu processo de ocupação, de origem indígena (Timbira), à cultura suplantada com a frente pastoril no final do século XIX, e que perdura até

os dias de hoje. Na década de 1980, a nova ocupação pelo agronegócio ocasionou, assim, a coexistência das diversas territorialidades produzidas pelos seus habitantes. Somando-se a esse contexto, como uma forma de conservação do bioma do cerrado, ocorreu a criação de uma Unidade de Conservação: Parque Nacional da Chapada das Mesas, que possui como determinante a imposição de novas formas de convivência com o ambiente, anteriormente “livre” para o uso comunitário dos sertanejos.

Como parte da memória do processo de criação desta unidade, foram levantados dados sobre a importância do movimento da sociedade civil organizada na região da Chapada das Mesas, denominado SOS rio Farinha, possibilitando que fossem realizados os estudos técnicos sobre a biodiversidade da região, culminando com a criação da unidade.

Sobre a participação social no processo de criação da unidade, considera-se que o formato desenvolvido para a consulta pública, neste caso, deveria ter sido com um maior tempo, e que priorizasse as populações que seriam atingidas pela sua implantação, que devido as dificuldades de acesso e de locomoção, a maioria dos sertanejos ficaram impossibilitados de exercer a sua participação, o que seria imprescindível, pois habitam, em grande parte, nas áreas destinadas à criação do PNCM.

Este caso vem contribuir com reflexões para que os procedimentos metodológicos adotados pelos órgãos responsáveis pelos estudos de criação de uma UC de proteção integral sejam revistos, sendo necessário uma valoração maior em relação à presença dessas sociedades tradicionais, pois, são parte integrante do meio ambiente que se quer conservar, e dependem dele para a continuidade de sua existência.

Considerando a análise do processo de implementação do Parque Nacional da Chapada das Mesas, com base nos dados levantados por meio desta pesquisa, tem-se como mais relevantes as seguintes ações: I curso de formação de monitores ambientais da região da Chapada das Mesas; Projeto de Diagnóstico sócio-econômico-cultural-ambiental no Parque Nacional da Chapada das Mesas-MA; a implantação das brigadas de combate aos incêndios, que de uma certa maneira tem alcançado êxito em suas ações e possibilitado uma diminuição dos grandes incêndios na região de abrangência da UC, além da presença dos gestores, e a orientação quanto às melhores formas de praticar a queima controlada em áreas de plantio.

O I curso de formação de monitores ambientais da região da Chapada das Mesas foi muito importante para o início das atividades de implementação da unidade de conservação, pois envolveu a comunidade local em um processo de formação básica com enfoque em uma gestão socioambiental das áreas naturais da região do Parque Nacional da Chapada das Mesas com vistas a um Turismo Sustentável.

Sobre o projeto de diagnóstico sócio-econômico-cultural-ambiental no Parque Nacional da Chapada das Mesas- MA, ressalta-se que trouxe um maior conhecimento da sociedade que habita a área do PNCM, o que, segundo esta pesquisa, deveria ter sido feito no momento do levantamento dos dados para o processo de criação da unidade de conservação. Porém, não se descarta esse outro momento, pois tem o seu valor como uma ação participativa e esclarecedora sobre esse território, que está vivenciando a territorialização da conservação ambiental, com a implantação desta área protegida.

Quanto às dificuldades principais na gestão, detectadas neste início de implementação destacam-se:

- Ausência de infraestrutura mínima para que a equipe técnica possa ter condições de um bom desenvolvimento do trabalho diário;
- A existência de apenas dois servidores como responsáveis pela gestão da unidade de conservação; além de possuírem pouca autonomia administrativa para desenvolver o processo de gestão, que possui um nível alto de dependência do núcleo central em Brasília;
- Falta de meios de transporte adequados para as dificuldades de acesso ao interior da área do PNCM;
- Existência de poucos recursos financeiros para as despesas de custeio, projetos, entre outras necessidades;
- Falta de integração de políticas de desenvolvimento para a área em questão, em nível municipal, estadual e federal. No que se refere ao nível federal, ocorreu o direcionamento dos recursos de compensação ambiental, oriundo da implantação da UHE de Estreito, que foram pulverizados e divididos com outras unidades de conservação, no mesmo bioma, porém, em outras regiões, comprometendo assim a regularização fundiária desta unidade, que é afetada diretamente pelo empreendimento em questão;
- Percebeu-se que existe uma visão do local e outra do órgão central em Brasília, e que a visão do grupo do núcleo central precisa ser ampliada em relação aos que estão na ponta, como são chamados os núcleos dos estados e principalmente os que estão em áreas remotas, distante dos grandes centros urbanos, pois, ao se planejar ações em regiões com extremas dificuldades de deslocamento e infraestrutura local é necessário uma maior atenção e principalmente valorização das proposições técnicas da equipe que se encontra trabalhando no local.

Apesar das inúmeras dificuldades detectadas neste início de gestão, é importante destacar que o comprometimento por parte dos servidores responsáveis pela gestão dessa unidade possibilitou os seguintes avanços no processo de implantação do parque: ampliação do conhecimento sobre as potencialidades para a conservação da unidade, com a diminuição da incidência de incêndios criminosos; com a instituição do ICMBio ocorreu uma melhora das relações entre os níveis de decisão centralizados em Brasília e a ponta, via Parque Nacional da Chapada das Mesas.

Consolidaram os limites do parque perante a comunidade que participou das reuniões realizadas pelo projeto de diagnóstico. Um grande avanço perante situações precárias de infraestrutura e alta deficiência de servidores para a montagem das equipes de apoio.

Quanto à percepção dos envolvidos com o processo de implementação do PNCM, temos as seguintes impressões:

- Existe uma grande insatisfação por parte dos moradores do PNCM em relação ao que está acontecendo. Reclamam da falta de presença dos servidores do órgão responsável pela implementação da UC, querem respostas sobre o futuro na área em que habitam, pois dependem de suas roças para a subsistência, com uma instabilidade sobre o que irá acontecer em relação a sua posse neste território.
- Necessidade de aumento de integração entre as políticas locais, regionais e nacionais, que, na visão de alguns dos sujeitos entrevistados, precisa de políticas direcionadas e articuladas em um rumo para o desenvolvimento regional sustentado, sem deixar que a população afetada pelos novos usos de seu território, fiquem sem esperança em seu futuro.
- Entendendo essa questão, por parte dos poderes locais, de passar as responsabilidades de gestão do território do interior do PNCM só para o poder Federal, como uma forma de sair do problema e se colocar contra a implantação da mesma, um jogo de política e de inversão de valores para confundir e manter a relação de poder político local perante o imaginário do coletivo dos moradores do interior da UC.
- Uma parcela dos entrevistados considera a forma de gestão da unidade de conservação distante da realidade do local, com um caráter impositivo de proibição ao uso dos recursos naturais, implantação de roças, no interior da unidade, demonstrando descontentamento sobre a forma de pressão social

imputada por meio de multas, prejudicando as populações que não possuem outras alternativas de sobrevivência.

- Falta de investimentos por parte do governo federal no que diz respeito à: regularização fundiária das propriedades no interior do Parque, infraestrutura de apoio ao turismo, contratação de mais servidores, projetos que possibilitem o envolvimento da população do local, ampliação do diálogo entre a comunidade e a gestão da unidade de conservação.

E, para finalizar as contribuições proporcionadas por esta pesquisa, propõe-se a discussão sobre: as unidades de conservação perante os desafios e pressões da modernização dos meios de produção, a tese em questão. Este capítulo indica que a área em estudo teve uma ocupação territorial por meio da dominação exercida pelos grandes proprietários de terra, a forma mais difundida de ocupação no interior do Brasil, neste caso específico, da região da Chapada das Mesas, onde está inserido o Parque Nacional da Chapada das Mesas, território que, atualmente, vivencia o avanço das técnicas modernas de produção, em detrimento do modo de vida tradicional das populações que estão estabelecidas desde a expansão agropastoril do final do século XVIII.

Com base nos resultados desta investigação, considera-se que a população tradicional que está inserida no perímetro desta unidade de conservação não possui, em sua maioria, registro de suas propriedades, e, como esclarece a lei, as pessoas serão indenizadas somente pelas benfeitorias que existirem no terreno, ou serão realocadas em uma outra área próxima, equivalente ao lugar que vivem, porém essa possibilidade é bastante demorada, e pode também gerar outros conflitos territoriais, além da dificuldade de se conseguir área nesta região, tanto pelo ponto de vista do valor das terras, que está em alta, como pelo grande número de deslocamentos populacionais que está em andamento, devido a construção da UHE de Estreito.

Sugere-se que a população tradicional continue em sua área, seja por meio da formalização de Termo de Compromisso, ou, pela criação de uma “zona de uso especial”, um caminho mais justo e equitativo para essa questão.

Sobre a chegada da agroindústria a esse território, essa mesma população sofrerá com as novas formas de uso, e as transformações produzidas nos territórios que ocupam, destacando a importância de criação de políticas públicas no sentido de valorização do conhecimento que essas populações possuem sobre o patrimônio imaterial, inerente ao patrimônio cultural sertanejo.

Sendo assim, a paisagem e a sua multifuncionalidade, que deve ser respeitada e ordenada territorialmente, num processo coletivo que se direcione para a conservação como um todo, ultrapassando os limites territoriais do PNCM, e abrangendo a região da Chapada das Mesas de uma forma global.

Cabendo a cada uso da paisagem e/ou a sua conservação ser exercida pelos diversos agentes sociais que habitam este território, tendo sempre em vista um equilíbrio dinâmico e sustentável entre os usos e a sua conservação, segundo a ótica da paisagem do cotidiano, comentada anteriormente. Valorizando os modos de vida, saberes, fazeres, que são integrantes da sociedade da Chapada das Mesas, independente de ser: indígena, sertaneja, latifundiária, grandes ou pequenos agricultores e empreendedores: do turismo, do comércio, entre muitas outras funcionalidades a qual essa paisagem pode envolver.

Comparável a organização de uma orquestra, onde a sociedade precisa afinar-se perante os novos desafios, que seria uma grande sinfonia; onde existe a hierarquia social, cada um dos sujeitos tem o seu papel a desempenhar, os músicos e seus instrumentos; cada grupo com a sua liderança por meio do primeiro instrumentista, que possui mais experiência e habilidade; sob a regência do maestro, que coordena o grupo todo, com respeito à individualidade de cada um, compondo assim a harmonia do conjunto, que ao tocarem juntos, envolvem toda a platéia em um movimento sensível, despertando os diversos sentidos, convergindo para um grande espetáculo, que é o objetivo comum, o bem comum da sociedade e da natureza.

Para tanto, sugere-se que a partir de um estudo para o ordenamento territorial com base na perspectiva da paisagem, o desenho da morfologia da paisagem dos tabuleiros deva ser preservado, planejando-se assim áreas de não cultivo para o eucalipto e outras formas que escondam o cenário, para que essa visualização não fique prejudicada e saia do alcance das pessoas que transitam por essa região.

A conservação da paisagem cultural traz em si uma resistência aos efeitos homogeneizantes /modernizantes, impostos com o progresso e o desenvolvimento dessa nova sociedade urbano-industrial, e a valorização dos lugares, das moradias tradicionais; os artefatos confeccionados pelos sertanejos e indígenas desta região representam uma singularidade perante ao todo repetitivo dos modelos massificados produzidos industrialmente.

Uma discussão complexa, mas necessária, dificultosa em meio a diversos conflitos, que se propõem minimizar os efeitos devastadores de uma grande transformação paisagística

por meio da concepção com base em uma multifuncionalidade da paisagem, onde cada grupo social poderá participar dos processos desse novo desenvolvimento consensual.

Uma forma de ampliar as discussões perante a visão do empreendedorismo inovador e criativo, que busque aliar o que existe no lugar: a identidade e singularidade; incrementado com novas propostas que possibilitem novas formas de geração de renda aliado aos princípios da sustentabilidade.

Talvez se apresente, ainda em estado latente, como um “relicário adormecido neste sul do Maranhão” (FALCÃO, 2009, p.89), necessitando de um polimento, de uma ótica nova, sempre com respeito ao saber local, e para o local, que coexistem neste território secularmente.

Seguir adiante, com passos firmes e leves, sem machucar ou destruir o que já foi construído gratuitamente pela natureza, no ritmo dos tempos: passado, presente e futuro, que integralmente ligados possibilitam esse momento ao qual temos o privilégio de conhecer, amar e querer proteger: a Chapada das Mesas.

REFERÊNCIAS

ABREU, M.A. **A apropriação do território no Brasil colonial**, in CASTRO, I.E., GOMES, P.C., CORRÊA, R.L. (org) **Explorações geográficas: percursos no fim do Século**, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1997.

AB`SÁBER, A.N. **Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALBINUS, P. **Meinznische Land-und Berg Chronica** Dresden, 1589-1590; primeira edição: 1580.

ALBERT, B. **Associações indígenas e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira**. In: Carlos Alberto Ricardo (ed.). **Povos Indígenas no Brasil**, 1996/2000.SP: ISA, 2000.

ALVES, R. **Conceito de ordenamento do território** Disponível em <www.igeo.pt>. Acesso em 05 de agosto de 2011.

AMARAL, P.D.A. et al. **A importância do Plano de Manejo nas unidades de conservação para o desenvolvimento de um turismo sustentável**. Anais do II Seminário Internacional de Turismo Sustentável. Fortaleza-CE. Maio de 2008.

AMEND, S.; AMEND, T. **Balance Sheet: Inhabitants in national parks: an unsolvable contradiction?**In: Amend, S. & Amend, T. (eds.). *National Parks Without People?The South American Experience*. IUCN e Parques Nacionales y ConservacionAmbiental, 1995.

ANDRADE, M.P.; FILHO, B.S (org) **Os gaúchos descobrem o Brasil: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa**. São Luís: Edufma, 2008.

ARRUDA,R. **Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação**.Rev. Ambiente & Sociedade - Ano II - No 5 - 2o Semestre de 1999.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Trad. Reto, L.A; Pinheiro, A. Lisboa; edições 70, 1997.

BERTRAND, G. **Paisagem e geografia física global. Esboço metodológico**. Trad.: Olga Cruz. R.A`E GA, Curitiba, n. 8, p. 141-152, ed. UFPR, 2004.

BERTRAND, G.; BERTRAND, C. **Uma Geografia Transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Messias Modesto dos Passos (org) Maringá: Massoni, 2007.

BESSE, J.M. **Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e geografia**, trad Vladimir Bartalini- Perspectiva, São Paulo, 2006.

BRASIL, Constituição Federal do Brasil 1988. **Título VIII, Da ordem social, Cap. III Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção II, Da Cultura, art. 216**. Disponível em:<http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_13.07.2010/art_216_.shtm> Acesso em: 07 de out de 2011.

_____, **Instrução Normativa n. 9 de 24 de outubro de 2003**. Disponível em:<http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_13.07.2010/art_216_.shtm> Acesso em: 07 de out de 2011.

_____, Decreto 2.661 de 8 de julho de 1998. **Regulamenta o parágrafo único do art. 27 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (código florestal), mediante o estabelecimento de normas de precaução relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais, e dá outras providências**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2661.htm>. Acesso em: 07 de out de 2011.

_____, Resolução 303 de 20 março de 2002. **Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente**. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 19 de agosto de 2011.

_____, Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. **Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP)** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm>. Acesso em: 07 de out de 2011.

_____, Lei 11.516 de 28 de agosto de 2007. **Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 15 de out 2010.

_____, Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 19 de agosto de 2011.

BRAYNER, N.G. **Patrimônio cultural imaterial: para saber mais**, Brasília, IPHAN, 2007.

CABRAL, M. do S. C. **Caminhos do Gado: Conquista e Ocupação do Maranhão**. MA, SECMA, 1992.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios** / por Francisco Roberto Caporal e José Antônio Costabeber; Brasília : MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. Trad. Raul de Polillo, des. Lois e Louis Darling, 2ª ed. Melhoramentos, 1962.

CARVALHO, C. **O sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil**/ Carlota Carvalho (organização e notas de Adalberto Franklin) 3 ed. Ver. E ampl. – Imperatriz-MA; Ética, 2006.

CASSETTI, V. **Elementos de Geomorfologia**. Goiânia: UFG, 1994. Disponível em: <www.funape.org.br/geomorfologia/index.php>. Acesso em 15 de out de 2010.

CHIZZOTTI, A. **A pesquisa em Ciências Humanas e Sociais** 2ª ed., Cortez, São Paulo, 1995.

CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM. Florença 20.X.2000 Disponível em: <www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/landscape/versionsconvention/portuguese.pdf> Acesso em : 05 de out de 2011.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a Filosofia?** Trad Bento Prado Jr., Alberto Alonso Munoz, Col Trans, Ed !34, Rio de Janeiro, 1992.

DIMITRIUS, Jo-E.; MAZZARELLA, M. **Decifrar Pessoas: como entender e prever comportamento humano**. Trad. Sônia Augusto. – São Paulo: Alegro, 2000.

EMBRAPA-GEPLAN (MA). **Mapa de Declividade. ZEE-Maranhão-2002**, Disponível em: <www.ma.gov.br>. Acesso em: 25 de agosto 2006.

FALCÃO, J. **Saga, Sonho, Motivo: trajeto da conquista**, Gráfica Brasil, Imperatriz, 2009.

FERREIRA, A.B.H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 1ª Ed, 15ª imp., Nova Fronteira, 1975.

FERREIRA, R. **Evolução da paisagem do Concelho da Guarda: o último meio século.** In CUNHA, L.; PASSOS, M.M.; JACINTO, R. **As Novas Geografias dos Países de Língua Portuguesa. Paisagens, Territórios, Políticas no Brasil e em Portugal.** Centro de Estudos Ibéricos, Coleção Iberografias, vol 16, Guarda, 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder;** org e trad Roberto Machado, Ed Graal, 6 ed, Rio de Janeiro, 1986.

GARCEZ, F.S.; FONSECA, L.C.A.; TCHAICKA, L. **Diversidade de mamíferos no Parque Nacional da Chapada das Mesas: a etnozootologia como ferramenta para o planejamento em Unidades de Conservação.** Monografia em andamento, curso de Ciências Biológicas, UEMA, 2011. não publicado.

GUIMARÃES, S. T. L. **Paisagens: aprendizados mediante as experiências, um ensaio sobre interpretação e valoração da paisagem.** Tese de livre docência apresentada ao Deptº de Geociências- UNESP - Rio Claro. Rio Claro: Unesp, 2007.

HAESBAERT, R.C. **Territórios Alternativos** EduFF, São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBAERT, R.C. **Des-caminhos e perspectivas do território,** in RIBAS, D.A., et al. (org) **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens,** GETTER (Grupo de Estudos Territoriais) 2004.

HAESBAERT, R.C.; PORTO-GONÇALVES, W. **A nova des-ordem mundial,** coleção paradidáticos, série poder, Ed Unesp, São Paulo, 2006.

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Relatório técnico do sobrevôo na área abrangida pelo Parque Nacional da Chapada das Mesas e entorno.** Lima, L.P. & Moraes, R.C., Maranhão, 2005. não publicado.

_____, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Projeto de diagnóstico socioeconômico-cultural-ambiental no Parque da Chapada das Mesas-MA.** Marques, A.R.; Tchaicka, L. & Lima, L.P., Maranhão, 2006. não publicado.

_____, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Relatório de Ocorrências de Incêndios em Unidades de Conservação Federais.** Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/institucional/ibama-nos-estados/> 2009>. Acesso 10 de agosto de 2010.

IBAMA/PREVFOGO. **Relatório de acompanhamento mensal das atividades desenvolvidas pela brigada de prevenção e combate a incêndios florestais- julho de 2007.** não publicado.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais; Coordenação de Geografia; Estudos e Pesquisas Informação Geográfica número 7; Rio de Janeiro; Brasil 2010.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Unidades de Conservação**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br>> Acesso em: 14 de out de 2010.

_____, **Relatório das atividades de diagnóstico de ocupação do Parque Nacional da Chapada das Mesas- Etapa de Levantamento no Fórum e Cartório de Carolina** .2008. não publicado.

IPHAN, Instituto Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria nº 127**, de 30 de Abril de 2009. Disponível em: < <http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 26 de maio de 2011.

IRVING, M.A.(org) **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**, Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquarius, Rio de Janeiro, 2006.

JARDIM, E.L. et al. **Parque Nacional da Chapada das Mesas: percepção dos moradores**. Anais do I Colóquio Internacional sobre desenvolvimento local e sustentabilidade; Org. CASTRO, C.E.; PEREIRA,R.C.. São Luís: Eduema, 2009.

LARRÈRE, C; LARRÈRE R. **Du bon usagem de la nature. Pour une philosophie de l'environnement**. Paris, Alto Aubier, 1997.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre-Belo Horizonte, Artmed-UFMG, 1999.

LEIVA, A. **El paisaje, una pieza vital del desarrollo sostenible**, in DELGADO et al, **Paisajes e Impressões Reserva de la Biosfera de las Sierras de Béjar y Francia**, amarú Ediciones, Salamanca, Espanha, 2009.

LIRA, E. R. **A frente pastoril e a (des) organização dos territórios indígenas no sul do Maranhão e no antigo norte de Goiás** Disponível em:

<<http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/revistaplurais/article/view/62>> Acesso em: 07 de fev 2010.

MACHADO, A. **Antologia poética. Poema Caminante, son tus huellas** Os poemas de António Machado foram transcritos da 2ª ed. (revista e aumentada) de uma Antologia Poética (com selecção, tradução, prólogo e notas de José Bento), da editorial Cotovia (1999). Disponível em:<http://www.poesia-inter.net/Antonio_Machado.htm > Acesso em: 17 de set 2011.

MACHADO, L.M. C. P. **Paisagem Cultural**, in KOZEL, S.; SILVA,J.C.; GIL, S.F.F., Org **Da percepção e cognição a representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista** São Paulo: Terceira Margem; Curitiba:NEER,2007.

MADEIRA, M.C. **Representações sociais: Pressupostos e implicações.** R.Bras. Est. Pedagógicos, Brasília, maio-agosto, 1991.

MARQUES, A.C.; NUCCI, J.C. **As unidades de conservação e a proteção da natureza** R.E.V.I. Revista de Estudos do Vale do Iguaçu, v. 8 e 9, p. 167-180, 2007.

MATIAS, F.O. **Ocupação, Políticas Públicas e Gestão Ambiental em Unidade de Conservação do Estado de Rondônia: O Estudo de Caso do Parque Estadual de Guajará Mirim RO** – Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto Geociências e Ciências Exatas. Orientador: Prof. Dr. Vicente José Fúlfaro, Rio Claro: s.n., 2001.

MAXIMIANO, L. A. **Considerações sobre o conceito de paisagem** R. RA´E GA, Curitiba, n. 8, p. 83-91, Editora UFPR, 2004.

MEDEIROS et al. **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Sumário Executivo.** Brasília: UNEP-WCMC, 2011.

MMA. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**, org Diegues, A.C. et al., COBIO- coordenadoria da Biodiversidade; NUPAUB- Núcleo de Pesquisas sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras, Universidade de São Paulo,SP, 2000.

MMA/SBF - SNUC, **Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Lei n 9.985**, de 18 de julho de 2000; decreto n 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5 ed. aum. Brasília,2004. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 15 de out 2010.

MMA- Ministério do Meio Ambiente, **Diagnóstico de Visitação em parques nacionais e estaduais.** 2004. Disponível em: <http://www.femesp.org/docs/seminario2009_visitacao_parques.pdf>. Acesso em: 15 de out de 2010.

MINAYO, M.C.S. et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

MINAYO, M. C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 7ª ed., São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MONTEIRO, C.A.F. **Derivações Antropogênicas terrestres no Brasil e alterações Climáticas: Perspectivas urbanas e agrárias ao problema de elaboração de modelos de avaliação,** Anais do Simpósio sobre a comunidade vegetal como unidade biológica, turística e econômica. Publicação ACIESP n 15, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, Academia de Ciências do Estado de São Paulo, 1978.

MORAES, R. C; LIMA, L.P. **Utilização de SIG como ferramenta na gestão do Parque Nacional Chapada das Mesas (Carolina/MA).** Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, INPE, Florianópolis, Brasil, 2007.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo.** São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 3ed. Brasília: Cortez/Unesco, 2001.

MURCIA, C. **Edge effects in fragmented forests: implications for conservation.** *Trends in Ecology and Evolution* 10: 58-62, 1995.

OLIVEIRA, E.M. **Gestão com a sociedade: diretrizes básicas para a operacionalização da gestão participativa em unidades de conservação.** In MMA/IBAMA. **Gestão participativa do SNUC.** Brasília, 2004.

OLIVEIRA,L. **Percepção e Representação do Espaço Geográfico.** In DEL RIO,V.;OLIVEIRA,L.(orgs) **Percepção Ambiental – a experiência brasileira.** São Paulo, UFSCar,1999.

OLIVEIRA, M. R. de **O conceito jurídico da expressão “povos e comunidades tradicionais” e as inovações do Decreto 6.040/2007.** Disponível em: <www.ocarete.org.br>Acesso em: 17 de maio de 2011.

PASSOS, M.M. **Biogeografia e paisagem**, 2 ed, UEM, Maringa, 2003.

_____. **A raia divisória, Geossistema, Paisagem e Eco-História**. Vol 1, Ed UEM, Maringá, 2006.

PINTO-CORREIA, T. **Paisagem e identidade: da memória à pós-modernidade**, Geografia de Portugal, vol 1 , coord. C. A. Medeiros, 2005.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo, Ática, 1993.

RELPH, E. C. **As Bases Fenomenológicas da Geografia**. **Geografia**. Rio Claro. Trad. Herbert S. A. Pinho Halbsgut, v. 04, n. 07, abril, 1979.

RIBEIRO, D. **O povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, J.F.; WALTER, B.M.T. **Fitofisionomias do bioma cerrado**. In: Sano, S.M.; Almeida, S.P. (Eds.) **Cerrado: ambiente e flora**. Brasília: Editora da UnB, 1998. p. 89-166.

RIBEIRO, I.C. **Sesmeiros**. Cuiabá, Ed UFMT, 1998.

RIGONATO, V. D.; ALMEIDA, M. G. **A singularidade do cerrado: a interação das populações tradicionais com as fitofisionomias**. VIII EREGEO – Encontro Regional de Geografia. Goiás. 2003.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente**, Papirus, 8 ed, Campinas, 2001.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTOS, A. D. et al. **Metodologias Participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais**, IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil. – São Paulo: Peirópolis, 2005.

SAQUET, M.A. **Abordagens e concepções sobre território**, Expressão Popular, São Paulo, 2007.

SAUER, C. O. **A morfologia da paisagem**. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SCHENINI, et al. **Unidades de Conservação: Aspectos Históricos e sua Evolução COBRAC 2004** · Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário · UFSC Florianópolis · 10 a 14 de Outubro 2004.

SILVA, C. A.F. **Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial**, in SANTOS, M. et al., **Territórios : ensaios sobre o ordenamento territorial**, Lamparina, Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, A.J.P. et al. **Bacias Sedimentares Paleozóicas e Meso-Cenozóicas Interiores**, CPRM – Serviço Geológico do Brasil Geologia, Tectônica e Recursos Minerais do Brasil, L. A. Bizzi, C. Schobbenhaus, R. M. Vidotti e J. H. Gonçalves (eds.) CPRM, Brasília, 2003.

SILVEIRA, F.L.A;LIMA FILHO,M.F. **Por uma antropologia do objeto documental: entre a “A alma nas coisas”e a coisificação do objeto**, Rev Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p.37-50,jan/jun 2005.

SPINK, M. J. P.(org) **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo, Brasiliense, 1995.

SIQUEIRA JR, J. C. **Wyty-Catê: cultura e política de um movimento pan-Timbira Contribuição ao entendimento das organizações indígenas e novas expressões da política indígena**. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília – UnB, Instituto de Ciências Sociais - ICS Departamento de Antropologia – DAN, Brasília – DF, Fevereiro de 2007.

SORIANO, A. J. S. **Estrada-parque: proposta para uma definição**. Tese (Doutorado) Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro,SP, 2006.

SOUSA, J.C. de **O Parque Nacional Chapada das Mesas e a problemática de recursos para sua implementação**, Disponível em: <www.ecodebate.com.br>. Acesso em: 20 agosto de 2011.

TELLES, M. Q. et al. **Vivências integradas com o meio ambiente**. Sá editora, São Paulo, 2002.

TERBORGH,J.;SCHAIK,C.V. **Por que o mundo necessita de parques**, in TERBORGH,J.;SCHAIK,C.V.; DAVENPORT,L.; RAO,M. (org) **Tornando os parques eficientes, estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**, Ed da UFPR, Fundação O Boticário, Curitiba, 2002.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia, um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Trad. Livia de Oliveira, São Paulo: Difel, 1980.

UNESCO - **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural** – Paris, 1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>> . Acesso em: 06 de out de 2011.

VEIGA, J. E. et al. **O Ecoturismo com estratégia de desenvolvimento regional** in, “Turismo e Meio Ambiente”, vol 3, Fábio Perdigão Vasconcelos (org.), Fortaleza, UECE, p 169-184, 1998.

_____. **Do global ao local**, Armazém do Ipê (Autores associados), Campinas,2005.

VITTE, A. C. **O desenvolvimento do conceito de paisagem e a sua inserção na geografia física** Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 06, número 11, 2007.

VITTE, A.C.; MELLO, J.P. **Considerações sobre a erodibilidade dos solos e a erosividade das chuvas e suas consequências na morfogênese das vertentes: um balanço bibliográfico**. Climatologia e Estudos da Paisagem, Rio Claro - Vol.2 - n.2 - julho/dezembro/2007.

VIZENTINI, P.F.. **Manual do candidato: História Mundial Contemporânea (1776-1991)**, Paulo Fagundes Vizontini, Brasília:FUNAG,2006.

Sites consultados:

<<http://www.cprm.gov.br/publique/media/capII.pdf>>. Acesso em: 21 de out de 2010.

<<http://www.conservation.org.br>> . Acesso em: 15 de out de 2010.

<<http://www.biodiversityhotspots.org/xp/hotspots/cerrado>>. Acesso em: 17 de out de 2010.

<<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 16 de maio de 2011.

<<http://www.klepsidra.net>>. Acesso em: 18 de maio de 2011.

<<http://www.ecodebate.com.br>>. Acesso em: 20 agosto de 2011.

<<http://www.ibama.gov.br/institucional/ibama-nos-estados/>>. Acesso 10 de agosto de 2010.

<<http://www.icmbio.gov.br>>. Acesso em: 14 de out de 2010.

< <http://www.igeo.pt>>. Acesso em: 05 de agosto de 2011.

<<http://www.funape.org.br/geomorfologia/index.php>>. Acesso em: 15 de out de 2010.

<<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 26 de maio de 2011.

<<http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/revistaplurais/article/view/62>>. Acesso em: 07 de fev 2010.

<<http://www.ma.gov.br>>. Acesso em: 25 de agosto 2006.

<http://www.femesp.org/docs/seminario2009_visitacao_parques.pdf>. Acesso em 15 de out de 2010.

<<http://www.rets.rits.org.br/>>. Acesso em: 10 de dez de 2006.

<<http://www.scielo.br/scielo.php> >. Acesso em: 08 de fev de 2010.

<<http://www.ocarete.org.br>>. Acesso em: 17 de maio de 2011.

<<http://www.dicionario.pro.br>>. Acesso em: 01 de set de 2011.

< <http://letras.terra.com.br/joao-do-vale/1546761/>>. Acesso em: 01 de nov de 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTAS

GRUPO 1 – Monitores Ambientais locais – 5 Entrevistas

PERGUNTAS

- 1- Mora há muito tempo por aqui?
- 2- O que fazia antes de ser Monitor Ambiental?
- 3- Qual a sua ligação com a implantação do PNCM ?
- 4- Percebeu algumas mudanças após o ocorrido?
- 5- Qual a sua visão sobre a gestão da UC desde a criação (2005) até os momentos de hoje?
- 6- Qual a paisagem que mais gosta por aqui?
- 7- Descreva momentos positivos e negativos segundo a sua visão sobre o processo de implantação da UC;
- 8- Quais mudanças ocorreram em sua vida depois da sua formação?
- 9- Se você pudesse mudar alguma coisa neste caso, o quê mudaria?
- 10- Tem alguma coisa a dizer para as pessoas que estão fora daqui?

GRUPO 2 – Pessoas que possuem ligação com a implantação da UC- 3 entrevistas:
Empresário regional; Ambientalista local; Professor Municipal.

PERGUNTAS

- 1- Você acompanhou o processo de criação do PNCM?
- 2- O quê pensa sobre o processo de implantação do PNCM?
- 3- Considera a unidade de conservação importante para a região?
- 4- Qual a participação da sua instituição no processo de implantação da UC?
- 5- Qual a paisagem que mais gosta por aqui?
- 6- Descreva os pontos negativos e positivos da gestão do IBAMA/ ICMBIO;
- 7- O que mudaria neste processo?
- 8- Tem alguma coisa a dizer para as pessoas que estão fora daqui?

GRUPO 3 – Gestores Federais – IBAMA/ICMBIO – 3 entrevistas com os analistas ambientais responsáveis pela implantação do PNCM.

PERGUNTAS

- 1- Qual a sua função no processo de gestão do parque?
- 2- Como descreve o processo de implantação da UC desde 2005 até hoje?
- 3- Para vc, quais são os maiores conflitos que existem por aqui?
- 4- Como tenta amenizá-los?
- 5- Qual a sua opinião sobre a formação de monitores e monitoras ambientais para o apoio à gestão da UC?
- 6- E a formação de brigadistas?
- 7- Como tem ocorrido o cotidiano da gestão da UC?
- 8- Quais as maiores dificuldades?
- 9- E as facilidades?
- 10- Como entende um modelo ideal de gestão de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral?
- 11- Como é a relação com o núcleo central em Brasília?
- 12- E a questão política?
- 13- Quais as paisagens do parque que considera mais significativas?
- 14- Se você pudesse mudar alguma coisa, o quê mudaria?
- 15- Tem alguma coisa a dizer para as pessoas que estão fora daqui?

GRUPO 4 – Moradora do interior do PNCM- 1 entrevista.

PERGUNTAS

- 1- Mora há muito tempo aqui?
- 2- Sabe alguma coisa sobre o PNCM?
- 3- O quê pensa sobre o Parque?
- 4- Já teve algum contato com a equipe do IBAMA/ICMBIO?

- 5- Ocorreu alguma mudança em sua vida após a criação do PNCM?
- 6- Percebeu alguma modificação no meio ambiente depois da criação do PNCM?
- 7- Quais os lugares que mais gosta por aqui?
- 8- Gostaria de falar alguma coisa para as pessoas que estão fora daqui?